



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

HEBERTY RUAN DA CONCEIÇÃO SILVA

ENTRE MANGUEZAIS, RIOS E RESTINGAS:



**SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS TRADICIONAIS
PESQUEIROS E A CARCINICULTURA NO MUNICÍPIO DE BREJO
GRANDE/SE**

Cidade Universitária Professor José Aloísio Campos
São Cristóvão/SE

2020

HEBERTY RUAN DA CONCEIÇÃO SILVA

ENTRE MANGUEZAIS, RIOS E RESTINGAS: SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS
TRADICIONAIS PESQUEIROS E A CARCINICULTURA NO MUNICÍPIO DE BREJO
GRANDE/SE

Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS – como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sônia de Souza Mendonça Menezes.

Cidade Universitária Professor José Aloísio Campos
São Cristóvão/SE
2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586e Silva, Heberty Ruan da Conceição
Entre manguezais, rios e restingas : soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros e a carcinicultura no município de Brejo Grande/SE / Heberty Ruan da Conceição Silva ; orientadora Sônia de Souza Mendonça Menezes. - São Cristóvão, SE, 2020.
157 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Geografia humana. 2. Comunidades. 3. Territorialidade humana. 4. Pesca artesanal – Brejo Grande (SE). 5. Hábitos alimentares. I. Menezes, Sônia de Souza Mendonça, orient. II. Título.

CDU 911.3:639.21(813.7)



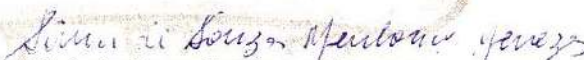
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA




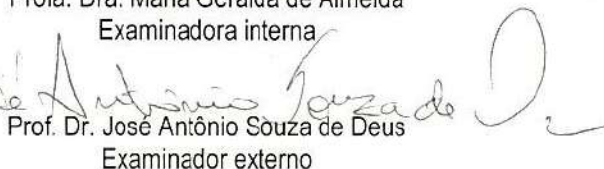
Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado
em Geografia de **Heberty Ruan da Conceição Silva**.

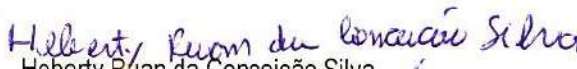
Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, com início às quatorze horas, realizou-se na sala de aula Professor José Alexandre Felizola Diniz, localizada na Didática II, 1º andar, na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, a sessão de defesa de dissertação de Mestrado em Geografia de **Heberty Ruan da Conceição Silva**, intitulada: Entre manguezais, rios e restingas: soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros e a carcinicultura no município de Brejo Grande/SE. A defesa foi presidida pela Professora Doutora Sônia de Souza Mendonça Menezes que na qualidade de orientadora, abriu a sessão pública e passou a palavra para o mestrando proceder à apresentação de sua dissertação. Logo após a apresentação, cada membro da Banca Examinadora composta pela Professora Doutora Maria Geralda de Almeida e o Professor Doutor José Antônio Souza de Deus arguiram o candidato, que teve igual período para sua defesa. Na sequência, a Professora Doutora Sônia de Souza Mendonça Menezes, na condição de orientadora, teceu comentários sobre a dissertação apresentada e destacou a trajetória para a sua construção. Encerrados os trabalhos, a banca decidiu **APROVAR** o candidato. Foram atendidas as exigências da Resolução nº 25/2014/CONEPE, que regula a apresentação e defesa de Dissertação de Mestrado.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 03 de fevereiro de 2020.


Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes
Orientadora e Presidente


Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida
Examinadora interna


Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus
Examinador externo


Heberty Ruan da Conceição Silva
Mestrando

Às mulheres negras e marisqueiras da minha família, em especial a
Elma da Conceição Santos, minha mãe, que apesar de não ter
concluído a educação básica, acredita no poder transformador da
educação e sempre me guiou para esse caminho. Você é, e sempre
será minha fonte de inspiração, meu combustível, minha maior
incentivadora, meu porto seguro.
Dedico

AGRADECIMENTOS

*Sonho que se sonha só
É só um sonho que se sonha só
Mas sonho que se sonha junto é realidade*
Música: Prelúdio. Compositor: Raul Santos Seixas

Estou realizando mais um sonho, um sonho que se tornou realidade porque não sonhei sozinho. Durante a minha trajetória acadêmica pude compartilhar com familiares, amigos e professores o meu desejo de chegar até aqui, e muitos deles passaram a sonhar comigo e apostar no meu desenvolvimento acadêmico e pessoal, e me deram todo o suporte emocional, técnico, científico e mental para que eu pudesse prosseguir e ir cada vez mais distante, e por isso, sou muito grato.

A todos os meus familiares que mesmo sem compreenderem o real significado dos caminhos para obtenção do título de mestre, me possibilitaram forças com o apoio ao meu projeto de vida, mesmo diante das minhas ausências corriqueiras em comemorações especiais e redução das minhas visitas aos seus lares nos últimos dois anos. Em especial aos meus irmãos, Maria e Edson, ao meu primo Elisson e minhas tias Zilva, Gilsa, Elba, Elda, Rosilene, Helene, Rosineide e Rosimeire e minha mãe Elma, por não soltarem a minha mão nos momentos de fragilidade financeira e emocional.

À minha orientadora Sônia de Souza Mendonça Menezes por acreditar no meu projeto e potencial, me acolher em seu grupo de pesquisa e me guiar nos caminhos da investigação científica, nos proporcionando o alcance a oportunidades e experiências edificantes para além da orientação como a experiência do PROMOB/FAPITEC/CAPES.

Aos membros do Grupo de Estudo e Pesquisa Sobre Alimentos e Manifestações Culturais, Rafaela, Vanessa, Roberta, Paulo Adriano, Natan, Lucas, Dayane, Letícia, Claudionete e Murilo pelo fortalecimento mútuo durante as discussões de texto, por me estenderem a mão quando precisei e pela amizade constituída dentro e fora do ambiente acadêmico. Agradecimento especial para Paulo Gabriel, devido à ajuda com o processo de criação e sistematização de dados para o mapeamento. Amanda, Débora e Greyze pelas valorosas contribuições no processo de finalização deste trabalho.

Quero agradecer ao PPGEU/UFS, seus professores em decorrência das contribuições durante as disciplinas. Às coordenadoras, Ana Rocha e Sônia Menezes pelo profissionalismo. Agradecimento especial ao assistente administrativo Jobson pelo atendimento, presença e a linda amizade que formamos durante os últimos anos.

Aos componentes do Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura, - meu grupo de pesquisa por três anos na graduação – Profa. Maria Augusta Mudim Vargas, Jorgenaldo Calazans, Daniele Pereira, Daniele Luciano, Edivaldo Oliveira, Patrícia Rocha e Cicero Bezerra, pela parceria e a amizade que sempre permaneceu consolidada. Aos colegas do Grupo de Pesquisa Território Cultura e Representações, pela troca de conhecimentos e parceria.

Aos professores do Departamento de Geografia da UFS, que contribuíram para a minha formação profissional e transformação pessoal, com destaque para professora Maria do Socorro Ferreira da Silva, que com energia e perspicácia me orientou na Iniciação à Docência e no PEAC. À professora Roseane Cristina Santos Gomes, que com disposição me guiou nos caminhos das pesquisas de iniciação científica durante dois anos. Ao professor Genésio José dos Santos, que com firmeza e generosidade, segurou a minha mão no meu momento de maior fragilidade durante a graduação, orientou na iniciação científica e no PEAC.

Em relação ao Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras, sou muito grato a todos os membros da gestão da professora Socorro e Genésio nos anos de 2016 e 2017, em especial a equipe do conselho Gestor: Sindiany Caduda, Alessandra Magda, Cyntia Sena, Daniele da Corôa e Lucas feitosa, pelo partilhar das experiências e vivências das ações de extensão com comunidades pesqueiras dos litorais norte da Bahia ao norte de Sergipe. Agradeço também a Cátia Santos, Franciele Santana, Letice Lobo e a Bruna Leidiane.

Aos colegas e amigos da minha turma da graduação em licenciatura em Geografia na Universidade Federal de Sergipe, em especial aos “**Geodinâmicos**” grupo formados por Marcos Vinícius, Daniela Feitoza, Marcelo Araújo, Lucas Bisco, Gilda Emilly, Davi Genisson e Eveline Aragão, pelo incentivo e comemorações antes, durante e depois de cada etapa conquistada. Gratidão aos amigos parceiros de PIBIC, Ana Cláudia, Luan Lacerda, Milena Lisboa e Gilda passos, pela troca de conhecimento técnico, científico e pela linda amizade. Aos meus colegas da turma de mestrado pelo compartilhar dos sonhos e das experiências.

Aos parceiros de pesquisa de campo, Jonas Emanuel, Roniex Silveira e em especial a Marcos Júnior - morador local e estudante da UFS – que com muito carinho, dedicação e disponibilidade nos guiou entre manguezais, rios, restingas e gentes. A Ícaro Freire, por partilhar dos conhecimentos sobre a carcinicultura em Brejo Grande e abrir os caminhos para realização de visita técnica aos empreendimentos e unidades de produção.

À Maria Izaltina, líder comunitária Quilombola, que nos cedeu sua casa como suporte para as pesquisas de campo com pernoite e a todos os meus entrevistados, pelas informações prestadas. Aos motoristas da UFS, Gilmar e Zé Maria pela segurança durante a condução.

Aos membros da comissão examinadora por valorosas contribuições tanto nas disciplinas quanto na qualificação. Agradeço ainda a Profa Maria Geralda de Almeida pela presença na minha área de estudo e ao Prof. José Antônio Souza de Deus por ter me acolhido em seu grupo de pesquisa durante o projeto PROMOB na UFMG em 2018.

A Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE) que concedeu a bolsa de estudos e viabilizou financeiramente a permanência e conclusão do mestrado. Agradeço ainda a FAPITEC e a CAPES, pela oportunidade de participar do Projeto de Mobilidade Acadêmica (PROMOB UFS-UFMG-UFG).

Agradeço as amigadas que se consolidaram durante a minha caminhada nos últimos dois anos. A Luciana Priscila (Lupri), Ludmila Rodrigues e a Karla Trigueiro, pelas convivências e confidências no âmbito do Promob em terras mineiras e sergipanas. A Bruna Santana, Bruno Ribeiro, Patrícia Rocha, Michelle Silva pelas tardes de apoio, café, literatura e risadas que possibilitaram um toque de leveza ao ambiente acadêmico. Gratidão a Jefferson Santos e Maciel Santos pelo suporte oferecido nos momentos finais do trabalho.

Gratidão a Thiago Melo pelas relações de convivências, confidências e cumplicidade, que transformaram os momentos de tensão, angústias e medo em leveza, foco, inspiração e sentimentos bons.

A todos vocês meu muito obrigado.

Não importa onde você parou...
Em que momento da vida você cansou...
O que importa é que sempre é possível e
necessário “recomeçar”
recomeçar é dar uma nova chance a si
mesmo,
é renovar as esperanças na vida, e o mais
importante:
Acreditar em você de novo.

Recomeçar

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Nos territórios tradicionais pesqueiros de Brejo Grande, a produção e o consumo de alimentos estão associadas as práticas produtivas desenvolvidas nos manguezais, rios, restingas e áreas cultivadas. O objetivo dessa dissertação é compreender como a soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros de Brejo Grande/SE tem sido afetada pela prática da carcinicultura. Para isso, nos embasamos nos pressupostos metodológicos da pesquisa qualitativa, com destaque para as seguintes instrumentais: revisão bibliográfica, pesquisas de campo constituídas de roteiros de entrevistas semiestruturada, observação, coleta de relatos informais, registro e levantamento fotográfico e diário de campo. Foi possível constatar que a soberania alimentar dos povos tradicionais está atrelada à autonomia no acesso e na realização das práticas produtivas como o cultivo, pesca e extrativismo de espécies nativas de peixes, crustáceos, moluscos, frutas, grãos e legumes. Essas atividades proporcionam as bases da alimentação, assim como da reprodução socioeconômica dos sujeitos. Entretanto, nos últimos anos, as comunidades têm vivenciado o avanço da criação de camarão em cativeiro, esta atividade se apropria dos recursos naturais, impõe novas condições socioambientais que afetam diretamente a manutenção da soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros do município de Brejo Grande.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais. Territorialidades. Pesca artesanal. Hábitos alimentares.

ABSTRACT

In the traditional fishing territories of Brejo Grande, food production and consumption are associated with the work done in the mangroves, rivers, restingas and cultivated areas. The objective of this dissertation is to understand how the food sovereignty of the traditional people of Brejo Grande / SE was affected by shrimp farming. We are based on qualitative research, with emphasis on the following instruments: literature review, field research consisting of semi-structured interview scripts, observation, collection of informal reports, photographic record and survey and field diary. We have found that the food sovereignty of traditional peoples is linked to autonomy in accessing and carrying out productive practices such as the cultivation, fishing and extraction of native species of fish, crustaceans, mollusks, fruits, grains and vegetables. These activities provide the basis for eating as well as the socioeconomic reproduction of the subjects. In recent years, people have experienced the advance of captive shrimp farming, this activity appropriates the natural resources, imposes new socio-environmental conditions that directly affect the maintenance of food sovereignty of the traditional fishing peoples of the municipality of Brejo Grande.

Key words: Traditional Communities. Territorialities. Artisanal fishing. Eating habits.

LISTA DE ABREVIATURA

ABCCAM	Associação Brasileira dos Criadores de Camarão
ADAPS	Associação de Doceiras e Artesãos do Povoado Saramem
ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
AGU	Assembleia Geral das Nações Unidas
APP	Áreas de Preservação Permanente
BM	Banco Mundial
CMA	Conferência Mundial da Alimentação
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CODISE	Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DESO	Companhia de Saneamento de Sergipe
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
DUEFD	Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição
EMPARN	Empresa de Pesquisa Agropecuárias do Rio Grande do Norte
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FCP	Fundação Cultural Palmares
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPI	Fiscalização Preventiva Integrada
GPS	Global Positioning System
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IMNV	Vírus da Mionecrose Infecciosa
INCRA	Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LER	Lesão por Esforço Repetitivo
MPF	Ministério Público Federal
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio

ONU	Organização das Nações Unidas
PEAC	Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras
PIB	Produto Interno Bruto
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicas, Sociais e Culturais
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEA	Segurança Alimentar
SELSF	Sistema Estuarino-Lagunar do Rio São Francisco
SEPLAG/SE	Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SOA	Soberania Alimentar
TBC	Turismo de Base Comunitária
UHX	Usina Hidroelétrica de Xingó
WSSV	Vírus da Mancha Branca

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapeamento de viveiros de Carcinicultura em Brejo Grande/SE	22
Figura 2	Mapa da Fome no mundo – 2018	30
Figura 3	Intercessão teórica/conceitual da formação da soberania alimentar	39
Figura 4	Localização de Brejo Grande/SE	54
Figura 5	Atividades econômicas em Brejo Grande/SE, 2019	58
Figura 6	Doenças comuns nos viveiros de Brejo Grande	64
Figura 7	Sistema de Abastecimento de água dos viveiros por bombeamento	66
Figura 8	Sistema para esvaziamento das águas dos viveiros por gravidade	66
Figura 9	Cobertura do solo pela Carcinicultura em Brejo Grande/SE	69
Figura 10	Características do porto de Carapitanga	78
Figura 11	Pesca no Rio São Francisco na comunidade de Saramem	79
Figura 12	Reservatórios de água em frente as residências	82

Figura 13	Croqui da comunidade de Carapitanga	86
Figura 14	Características da água do poço artesiano	90
Figura 15	Terreiro de candomblé na mata de restinga em Santa Cruz	91
Figura 16	Estratégias de Reprodução social na comunidade Santa Cruz	92
Figura 17	Croqui da comunidade Quilombola Santa Cruz	93
Figura 18	Estrutura da Ilha do Cabeço na década de 1990	94
Figura 19	Farol do Cabeço nos anos de 1992 e 2014	96
Figura 20	Cardápio de Restaurante em Saramem	98
Figura 21	Comercialização de cocadas na foz do Rio São Francisco	99
Figura 22	Croqui da comunidade Saramem	101
Figura 23	Ornograma da produção e consumo de alimentos	105
Figura 24	Técnica utilizada para captura do Aratu-vermelho	109
Figura 25	Espécies da fauna coletadas nos rios e manguezais de Brejo Grande/SE	110
Figura 26	Espécies da flora encontradas na restinga em Brejo Grande/SE	111
Figura 27	Espécies cultivadas em lotes no município de Brejo Grande/SE	113
Figura 28	Características dos quintais na comunidade Quilombola Santa Cruz	114
Figura 29	Quintal produtivo na comunidade Quilombola Santa Cruz, 2019	115
Figura 30	Formas de preparo do alimento nos quintais de Carapitanga	116
Figura 31	Culinária típica dos Territórios Tradicionais Pesqueiros de Brejo Grande	119
Figura 32	Doces, guloseimas e bebidas da cultura alimentar dos povos pesqueiros	123
Figura 33	Produção de derivados da mandioca em Santa Cruz	124
Figura 34	Carcinicultura em área de manguezal em Carapitanga	128
Figura 35	Produtos químicos utilizados na carcinicultura em Brejo Grande	130

Figura 36	Camarão de viveiro incrementando os hábitos alimentares	131
-----------	---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Percentual da população por cor em Brejo Grande, 2010	55
Gráfico 2	Pirâmide etária de Brejo Grande, 2010	55
Gráfico 3	Área em hectares da produção de arroz em Brejo Grande/SE 1974-2018	60
Gráfico 4	Quantidade Produzida em toneladas de Arroz em Brejo Grande/SE	60
Gráfico 5	Tanques de carcinicultura distribuídos por tamanho em hectare	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número e área dos estabelecimentos agropecuários – Brejo Grande/SE	56
Tabela 2	Produção agrícola municipal de Brejo Grande em 2018	57
Tabela 3	Dimensão produtiva da rizicultura em Brejo Grande – 1974-2018	60
Tabela 4	Número e área dos tanques de aquicultura – Brejo Grande/SE	68
Tabela 5	Pescadores artesanais beneficiados pelo seguro defeso em Brejo Grande	71
Tabela 6	Dez maiores recursos pesqueiros de Brejo Grande – 2010/2011	71

SUMÁRIO

Resumo	IX
Abstract	X
Lista de Abreviatura	XI
Lista de Figuras	XII
Lista de Gráfico	XIV
Lista de Tabela	XIV
INTRODUÇÃO	16
CAPITULO I - INTERLOCUÇÕES ENTRE SOBERANIA ALIMENTAR E COMUNIDADES TRADICIONAIS	26
1.1 Caminhos do discurso da segurança e proposta de soberania alimentar	32
1.2 Um diálogo entre comunidades tradicionais e soberania alimentar	41
1.3 As particularidades territoriais das comunidades tradicionais pesqueiras	47
CAPÍTULO II - UM MERGULHO NO CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO E SOCIAL DE BREJO GRANDE/SE	51
2.1 O desvelar das características históricas, sociais e econômica de Brejo Grande/SE	52
2.2 Espacialização geográfica da carcinicultura em Brejo Grande	61
2.3 A atividade pesqueira tradicional: importância econômica e social	70
CAPÍTULO III - POVOS TRADICIONAIS BREJO-GRANDENSES: TERRITORIALIDADES E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL	73
3.1 Povos de Brejo Grande: similitudes e singularidades ambientais e socioeconômicas	75
3.2 As singularidades da comunidade Carapitanga: A cotidianidade pesqueira	82
3.3 Comunidade Santa Cruz: o chão conquistado pela cultura e identidade quilombola	87
3.4 Comunidade Saramem: da destruição ao (re)começo	94
CAPITULO IV - SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS PESQUEIROS BREJO-GRANDENSES	103
4.1 A busca do que comer e a manutenção da soberania alimentar	105
4.2 Os sabores da cultura e da identidade dos povos brejo-grandenses	116
4.3 Soberania alimentar dos povos brejo-grandenses sob ameaça	127
4.3.1 Percepção, pertencimento e identidade territorial com a carcinicultura	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICES	151

INTRODUÇÃO



A geografia está presente nas atitudes e nos conhecimentos que sempre mobilizamos em nosso cotidiano. (ALMEIDA, 2018, p.26)

INTRODUÇÃO

O conceito de Soberania Alimentar emergiu enquanto construção democrática dos povos e comunidades tradicionais organizados em movimentos sociais diante de duas principais preocupações, a primeira com a fome e má alimentação, que afligiam os grupos humanos em todos os continentes do planeta, e a segunda com o modelo de produção de alimentos gerenciados pelas grandes corporações agroalimentares, marcada pela insustentabilidade ambiental e pela transformação dos alimentos em mercadoria.

Os povos tradicionais representados pela *la via campesina*, lançaram a proposta da soberania alimentar em 1996, como uma alternativa capaz de superar as problemáticas da fome e do desenvolvimento sustentável. De acordo com Coca (2016a) “nessa proposta o alimento não é tratado como mercadoria, mas como um direito humano” sob esse pretexto, o conceito consolidou-se nos anos posteriores sob princípios que valorizam a produção de alimentos locais com respeito a natureza, autonomia, liberdade, acesso à terra, diversidade, e as identidades culturais dos povos.

Essa dissertação tem como temática central, a soberania alimentar de povos tradicionais pesqueiros. Realizamos os estudos empíricos com as comunidades que habitam e conformam os seus territórios de vivência as margens do estuário do Rio São Francisco, no município de Brejo Grande.

Este município está situado no nordeste do Estado de Sergipe, às margens da foz em delta do Rio São Francisco com canais fluviais e afluentes que penetram o seu interior e conformam um Sistema Estuarino-Lagunar (SELSF). De acordo com Carvalho (2004), esse sistema é caracterizado por uma rede de canais interligados com formação de ilhas, manguezais, lagoas que se estende por 5 km de largura e 25 km de extensão na linha de costa, desde o povoado Saramem em Brejo Grande até Ponta dos Mangues em Pacatuba/SE.

O SELSF é habitado por gentes nas quais estabelecem os seus modos de vida baseados na pesca artesanal realizada nos rios Parapuca e São Francisco, coleta de moluscos e crustáceos nos manguezais, extrativismo de frutas nas matas de restinga, além do cultivo de grãos, legumes, tubérculos, frutas e outras espécies estratégicas para o abastecimento alimentar dos grupos familiares. Neste caso, a SELSF possibilita as condições ideais para a consolidação da Soberania Alimentar e para a sobrevivência desses povos.

Ao pensarmos sobre a soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros, destacamos que assim como as sociedades camponesas, ela é conformada por meio da articulação territorial com os elementos da terra, mas principalmente, com a correlação do

trabalho desenvolvido com os elementos aquáticos, como os rios, estuários e mar.

Entretanto, estabelecer a soberania alimentar para os povos torna-se uma tarefa difícil e complexa, uma vez que, as realidades enfrentadas por eles são permeadas por conflitos de interesses e disputa pelo uso e apropriação da terra, águas e seus territórios.

Em Brejo Grande, os povos tradicionais pesqueiros não estão isentos dos conflitos territoriais decorrentes do uso e apropriação dos elementos naturais, pois, nos últimos anos, eles têm vivenciado a expansão da carcinicultura, isto é, criação de camarão em cativeiro, e o ônus da operação da Usina Hidroelétrica de Xingó. Essas atividades têm transformado e imposto novas condições e características socioambientais, econômicas, culturais, simbólicas que interferem nas territorialidades e ameaçam a sobrevivência e a manutenção da soberania alimentar dos povos.

A situação apresentada motivou-nos uma série de inquietudes pessoais envolvendo a relação entre a pesca, modo de vida, território e conflitos socioambientais no município de Brejo Grande. A prática investigativa desenvolvida ao longo da pesquisa dissertativa foi norteada pelos seguintes questionamentos: I) como as comunidades tradicionais constituem a sua soberania alimentar?; II) de que forma a carcinicultura se expande no município de Brejo Grande?; III) Em que medida a carcinicultura afeta a soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros que habitam o SELSF?; IV) Como os sujeitos estabelecem as suas territorialidades com foco nas estratégias de reprodução social?

Os questionamentos emergiram durante as experiências vivenciadas no decorrer das atividades desenvolvidas no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras – PEAC, que entre os anos de 2016 e 2017, desenvolveu atividades de pesquisa e extensão em 98 comunidades tradicionais da zona costeira dos estados de Sergipe e Bahia. Os anseios, angústias, revoltas e resistências dos povos tradicionais pesqueiros, quilombolas, extrativistas e camponeses, nos possibilitaram o reconhecer-se parte, aflorando a nossa identidade enquanto povo que compartilha os mesmos sentimentos e perspectivas.

A motivação para o desenvolvimento do estudo está amparada por relações emocionais do pesquisador em seu seio familiar, por ter nascido em uma comunidade e em uma família em que o beneficiamento e a comercialização do marisco é uma das principais estratégias para geração da renda, que o sustentou durante toda a sua vida e parte da trajetória acadêmica.

Diante dos questionamentos, inquietações e motivações acadêmicas e pessoais, temos o objetivo geral de compreender como a soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros de Brejo Grande/SE tem sido afetada pela prática da carcinicultura. E os objetivos específicos:

- Revisar a base teórica/conceitual da proposta de soberania alimentar e sua relação com as comunidades tradicionais pesqueiras.
- Analisar o processo de espacialização da carcinicultura no município de Brejo Grande e sua interferência na Soberania Alimentar.
- Apreender as territorialidades dos sujeitos das comunidades tradicionais pesqueiras do município de Brejo Grande.
- Refletir como se constitui a soberania alimentar dos povos à luz da busca, produção e consumo de alimentos e na conformação dos hábitos alimentares dos povos tradicionais pesqueiros de Brejo Grande.

Com base nos objetivos da pesquisa foram definidos os procedimentos metodológicos que guiaram a realização da prática investigativa realizada. Sobre esse aspecto, Turra Neto (2012) considera: “O que define a opção metodológica é, na verdade, a problemática da pesquisa. Ela nos aponta as fontes que deverão ser acionadas e indica quais metodologias devemos empregar para ter acesso às fontes” (TURRA NETO, 2012, p. 2). Na busca de respostas para os questionamentos e problemáticas apresentadas nos parágrafos anteriores optamos pelo desenvolvimento da pesquisa qualitativa, por concordar com Matos e Pessoa (2009) quando afirmam que é uma abordagem que requer maior interpretação do fenômeno estudado e necessita de um trabalho laborioso, pois, não dispensa o registro de informações, coleta de dados e as análises. Ainda sobre a abordagem qualitativa, Godoy (1995) afirma que:

De maneira diversa, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (p. 58).

Para atender aos pressupostos da pesquisa qualitativa selecionamos instrumentais metodológicos que viabilizaram a abordagem mais interpretativa e reflexiva da soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros e da espacialização da carcinicultura. Com destaque para revisão bibliográfica, levantamento e coleta de dados primários e secundários, pesquisas de campo constituídas, roteiros de observação e entrevistas semiestruturados, registro e levantamento fotográfico e georreferenciamento e análise de imagens aéreas e coleta de dados geoespaciais para a produção de mapas temáticos.

Na revisão bibliográfica foram abordadas produções científicas e institucionais que abordam e discutem os conceitos fundamentais desse projeto como os de soberania, segurança

e hábitos alimentares, comunidades tradicionais, modo de vida tradicional, carnicultura e a territorialidade, além da categoria geográfica, território.

Os levantamentos e coletas de dados secundários foram realizados por meio de pesquisas em órgãos e instituições públicas como no banco de dados *online* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) como Censo Agropecuário, Pesquisa Agrícola Municipal e Pesquisa da Pecuária Municipal; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA), Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA); Secretarias Municipais de Saúde (Estratégias de Saúde da Família), e Assistência social do Município de Brejo Grande. Além de organizações não governamentais como Associações de moradores. Ns órgãos supracitados foram pesquisados dados populacionais, demográficos, educacionais, sociais e econômicos da área de estudo.

A coleta de dados primários desenvolveu-se com base nas pesquisas de campo concentradas nos povoados Carapitanga, Santa Cruz, Saramem e na Sede municipal de Brejo Grande e foz do São Francisco em Piaçabuçu/AL, as quais foram realizadas em junho, novembro e dezembro de 2018 e abril, setembro e outubro de 2019.

Para as atividades de campo elaboramos os roteiros de observação e entrevista semiestruturadas, coleta de relatos informais, registro e levantamento fotográfico. Para Matos e Pessoa (2013), a observação é uma técnica que permite ao pesquisador o contato e a proximidade com a realidade pesquisada. Optamos então, pela observação semiestruturada, com elaboração prévia de roteiro (Apêndice I) com pontos que deveriam ser observados.

No conjunto de tipologias de entrevistas, optamos pelas entrevistas semiestruturadas, pois, se constituem por meio da interação de perguntas abertas e fechadas previamente formuladas, possibilitando ao entrevistado, a possibilidade de discorrer sobre o assunto questionado de forma mais espontânea (MATOS; PESSÔA, 2009), o que possibilitará a obtenção de informações não que estavam previstas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os sujeitos sociais envolvidos diretamente com a realidade pesquisada: os pescadores, marisqueiras, agricultores, carnicultores, líderes de associação, agentes de saúde, e filhos de pescadores e marisqueiras. Foram efetuadas 36 entrevistas, que apareceram no decorrer deste trabalho em forma de relato. Optamos por qualificar os relatos conforme o seguinte modelo, (Relato [Nº] – Profissão principal ou função, comunidade, Ano).

Para registro dos relatos, utilizamos o gravador que permitiu a captura de elementos cruciais verbalizados pelos entrevistados durante a entrevista como “[...] as pausas de reflexão

e de dúvida, a entonação da voz nas expressões de surpresa, entusiasmo, crítica, ceticismo - elementos que compõem com as ideias e os conceitos a produção do sentido da fala, aprimorando a compreensão da própria narrativa” (SCHRAIBER, 1995, p. 71). O uso do gravador de voz permitiu que o pesquisador atribuísse uma atenção maior ao diálogo com o entrevistado, uma vez que as anotações se tornaram menos frequente e o contato visual e auditivo passou a ser mais valorizado, tornando as entrevistas mais dialogadas. Além disso, as falas gravadas permitiram sempre que necessário, a reprodução para revisar as informações prestadas durante as entrevistas.

Concomitantemente aos instrumentais realizadas durante as pesquisas de campo, utilizamos também o diário de campo, que de acordo com Weber (2009, p. 157) “é um instrumento que o pesquisador se dedica a produzir dia após dia ao longo de toda a experiência etnográfica. É uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais”, neste sentido, vinculamos o diário de campo ao registro e anotações das observações durante a emersão na experiência investigativa, como contatos, endereços, questionamentos, curiosidades, localizações, advertências, dentre outros tipos de dados.

Outro instrumental metodológico utilizado foram os registros e levantamento fotográfico do território e das territorialidades dos povos tradicionais pesqueiros. A fotografia tem importância singular na pesquisa qualitativa, pois pode suscitar interpretações e reflexões, além de legitimar as informações apresentadas no decorrer do texto acadêmico, como afirma Guran (2012):

A fotografia [...] visa especificamente integrar o discurso, a apresentação das conclusões da pesquisa, somando-se às demais imagens do corpus fotográfico e funcionando, sobretudo, na descrição e na interpretação dos fenômenos estudados. É geralmente produzida quando o pesquisador já pode identificar os aspectos relevantes cujo registro contribui para a apresentação de sua reflexão (GURAN, 2012, p. 80-81).

Utilizamos a foto no decorrer deste trabalho para auxiliar a escrita, integralizar e ilustrar não somente o texto com a imagem, mas também, no auxílio da interpretação de mapas e croquis. Para a produção de mapas temáticos e croquis foram utilizados pontos georreferenciados com GPS durante as pesquisas de campo, dados geoespaciais disponibilizados pela SEPLAG, e dados coletados com base na análise de imagem de satélite datada de abril de 2019 e disponibilizada no *Software Google Earth*. O tratamento dos dados e a elaboração dos mapas e croquis foram realizados com o auxílio do *software QGIS*, resultando na criação de um mapa de localização do município e das comunidades, um croqui para cada comunidade estudada e um mapa temático da espacialização da carcinicultura no território

municipal de Brejo Grande.

Para a construção do mapa temático sobre a carcinicultura no município, elaboramos uma metodologia de identificação dos tanques de aquicultura com base nas imagens de satélite, e a criação de polígonos georreferenciados para que fossem transformados em *Shapefiles*, e posteriormente foram utilizados em mapeamentos diversos. Para identificar os tanques, tivemos que desenvolver um estudo prévio das características e diferenças entre aqueles que são destinados para o cultivo do arroz, e criação de camarão e peixe.

Os tanques destinados ao cultivo de arroz são mais irregulares em sua forma, geralmente foram construídos por meio da transformação de lagos naturais para tanques de rizicultura, as bordas são mais finas, e a coloração da água no interior é mais esverdeada devido à presença da vegetação. Em relação aos tanques destinados a carcinicultura, as bordas são mais espessas, seu formato é geometricamente regular, e a coloração da água é mais clara, livre de vegetação em seu interior, e tem grandes dimensões. Enquanto isso, os tanques para criação de peixe semelhante ao utilizado para a criação de camarão, porém, costuma ter dimensões menores em até 1 hectare, não sendo possível identificar e diferenciar com exatidão na imagem de satélite a diferença entre ambos. Desta maneira os classificamos como tanques de aquicultura. Na Figura 1, apresenta-se o mapeamento preliminar dos tanques de aquicultura, com criação de pontos e polígonos georreferenciados.

Figura 1 – Mapeamento de viveiros de carcinicultura em Brejo Grande/SE



Fonte: Google Earth (2018)

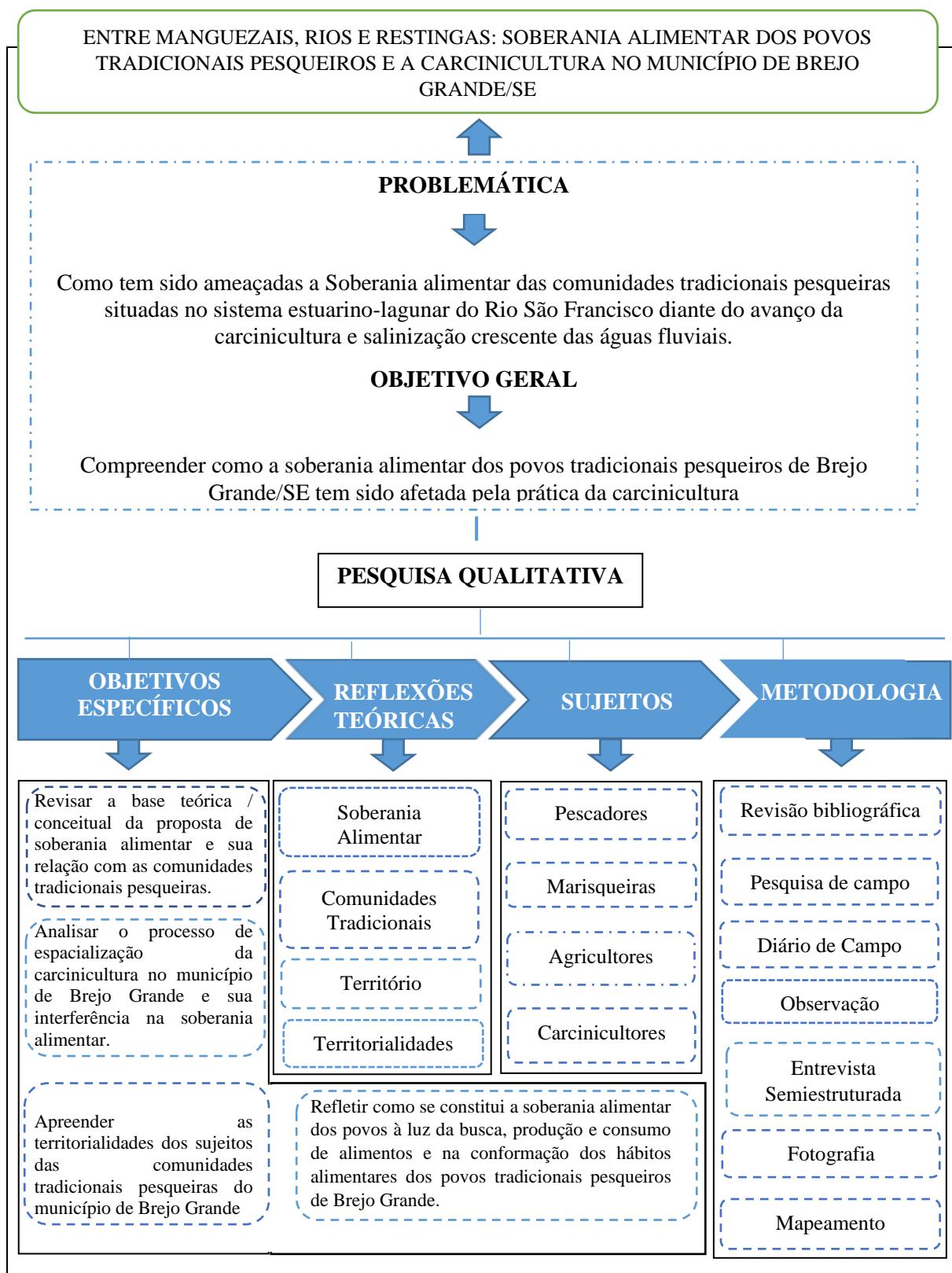
Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan (2018).

Com os dados obtidos por meio da metodologia citada, foram sistematizadas planilhas com a utilização do *software Microsoft Excel*, com dados e parâmetros individuais como

coordenada Geográfica, tamanho em hectare, perímetro e comunidade tradicional mais próxima. Esses dados auxiliaram na elaboração de gráficos e tabelas que nos possibilitaram a interpretação da dimensão produtiva no município.

Ancorado nas problemáticas, objetivos e metodologias apresentadas no decorrer desse trabalho, apresentamos no Quadro 01, a sistematização geral da dissertação com o encadeamento, hierarquização dos elementos principais que estabelecem uma síntese das principais correlações da pesquisa.

Quadro 01 – Sistematização geral da pesquisa



Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan (2018).

O desenvolvimento dos procedimentos metodológicos nos possibilitou a aquisição de dados quantitativos e interpretações qualitativas que serão apresentadas no decorrer dos capítulos da dissertação.

O capítulo 01, intitulado “Interloquções entre soberania alimentar e comunidades tradicionais”, apresentaremos o entrelaçamento teórico entre os conceitos, teorias e temáticas fundamentais para a reflexão teórico-pragmática da realidade vivenciada pelos sujeitos. A proposta deste capítulo é compreender os conceitos, definições e reflexões associadas à soberania e Segurança Alimentar, considerando as perspectivas governamentais, multilaterais, acadêmicas, sociais e as suas interloquções com o desenvolvimento das comunidades tradicionais.

No capítulo 2, denominado “Um mergulho no contexto histórico, econômico e social de Brejo Grande”, apresentamos um histórico do município dando ênfase às relações políticas, sociais e as principais atividades econômicas desenvolvidas, com destaque para a rizicultura, o seu declínio nos últimos anos, e a espacialização geográfica da carcinicultura no território.

O capítulo 3, intitulado Povos tradicionais brejo-grandenses: territorialidades e estratégias de reprodução social, retrata as características do território e as territorialidades dos povos tradicionais, evidenciando as suas relações existenciais com o meio, e as estratégias de reprodução social e econômica realizadas no seu cotidiano.

No último capítulo, intitulado “Soberania Alimentar Dos Povos Pesqueiros Brejo-Grandenses”, temos como proposta central evidenciar como se institui a soberania alimentar nos territórios tradicionais pesqueiros do município, destacando as práticas produtivas realizadas para a aquisição de alimentos, a dimensão sociocultural da alimentação e as problemáticas que afetam negativamente a Soberania Alimentar, como a carcinicultura.

E por fim, apresentaremos as considerações finais que se destacam pela retomada conclusiva das principais reflexões tecidas no decorrer deste trabalho, além de estabelecermos proposta para minimizar os impactos das principais problemáticas sociais experienciada pelos sujeitos que vivem no território tradicional pesqueiro do município.

CAPÍTULO I

INTERLOCUÇÕES ENTRE SOBERANIA ALIMENTAR E COMUNIDADES TRADICIONAIS



Estamos lutando por um mundo em que:
A soberania alimentar seja considerada um direito humano
básico, reconhecido e respeitado pelas comunidades, os
povos, os estados e as instituições internacionais;

Declaração de Nyélény
Foro Mundial Pela Soberania Alimentar
2007

CAPÍTULO I – INTERLOCUÇÕES ENTRE SOBERANIA ALIMENTAR E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

Para compreender a proposta de segurança e soberania alimentar tomamos como pontapé inicial as reflexões sobre a fome e a subnutrição, pois, são conceitos que se tornaram evidentes no momento em que a humanidade passou a pensar em soluções capazes de combater e erradicar estas problemáticas. Neste sentido, apresentaremos reflexões introdutórias sobre o cenário da fome no mundo e no Brasil com base nas ações de organismos internacionais, governos nacionais e movimentos sociais organizados da sociedade civil.

Para entender os impactos devastadores da fome é importante considerar a importância e a função da alimentação, que se configura como um dos fatores essenciais para a manutenção da vida em todas as suas formas e esferas. No organismo humano, os alimentos desempenham um papel primordial no funcionamento do corpo e mantimento das funções vitais, de acordo com Claval (2014, p. 263) a prática alimentar “dá aos homens a água, os elementos minerais e as matérias orgânicas necessárias à manutenção, renovação e crescimento de seus tecidos e a energia indispensável às suas atividades”. Neste viés, é notório que a falta de alimentos representa uma ameaça à vida e acarretam problemáticas sociais graves como a fome permanente e estrutural, a subnutrição e a miserabilidade dos grupos, comunidades, povos e populações humanas.

Superar as problemáticas associadas à ausência e má distribuição de alimentos no planeta tornou-se um dos maiores desafios da humanidade. Diante disso, organismos internacionais e multilaterais, governos nacionais, instituições acadêmicas e movimentos organizados da sociedade civil intensificaram no século XX as discussões e proposições de metas, soluções e modelos para que a produção, distribuição e consumo de alimentos ocorressem de maneira mais justa e igualitária.

Na primeira metade do século XX, o fenômeno da fome passou a ser alvo das análises de Josué de Castro, consagrado pela obra *Geografia da Fome*, publicada em 1946. Neste livro, o autor critica a pobreza bibliográfica ocasionada pela falta de interesse dos cientistas no desenvolvimento de estudos sobre a temática, diante de uma realidade mundial em que a fome era uma epidemia que ceifava a vida de milhões de pessoas em diversos países. Além disso, o autor desenvolveu um diagnóstico detalhado dos cenários da fome no Brasil e constatou que o passado histórico e a organização política nacional são elementos determinantes da fome em sua totalidade.

Ainda no século XX, para além das discussões académicas, a fome passou a ser pauta das reuniões de organismos internacionais. A Organização das Nações Unidas (ONU) desempenhou um papel no reconhecimento da alimentação enquanto direito básico da humanidade. Este fato está previsto no artigo XXV da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), elaborado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948 e no artigo XI do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), elaborado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966. Em ambos os documentos, os chefes de estado se comprometeram a pensar políticas que assegurassem a produção e a distribuição de gêneros alimentícios para manter sua população protegida da fome e da subnutrição.

O Brasil passou a pensar políticas de erradicação da fome desde a década de 1930, no governo de Getúlio Vargas¹, com a criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), órgão responsável pela formulação de normas e propostas da política nacional de alimentação, atuante até o ano de 1972 quando foi extinta (VASCONCELOS, 2005). Após a década de 1970, o país só constituiu outra política efetiva na década de 1990.

Em 1993, o governo Itamar Franco criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA²), responsável pelo estabelecimento de medidas emergenciais de combate à fome e a miséria. Contudo, o órgão extinguiu-se após dois anos de funcionamento, em 1995, quando o governo de Fernando Henrique Cardoso o substituiu pelo Conselho Comunidade Solidária, responsável pela distribuição de cestas básicas para as famílias brasileiras (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001).

Neste momento, as políticas de erradicação da fome se concentraram em ações imediatistas de distribuição gratuita de alimentos, que, na prática constituem ações paliativas incapazes de promover a redução da fome e da miséria no país, realidade que permaneceu ativa até o ano de 2003, quando no governo de Luiz Inácio Lula da Silva são criados os programas Fome Zero (2003) e Bolsa Família³ (2004), Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN⁴) em 2006, e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA⁵) em 2007.

Apesar de o país ter consolidado políticas para promoção da segurança alimentar desde a década de 1930, a alimentação passou a ser reconhecida oficialmente como direito de todos

¹ Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos (1930-1945)

² Decreto nº 807, de 24 de abril de 1993

³ Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

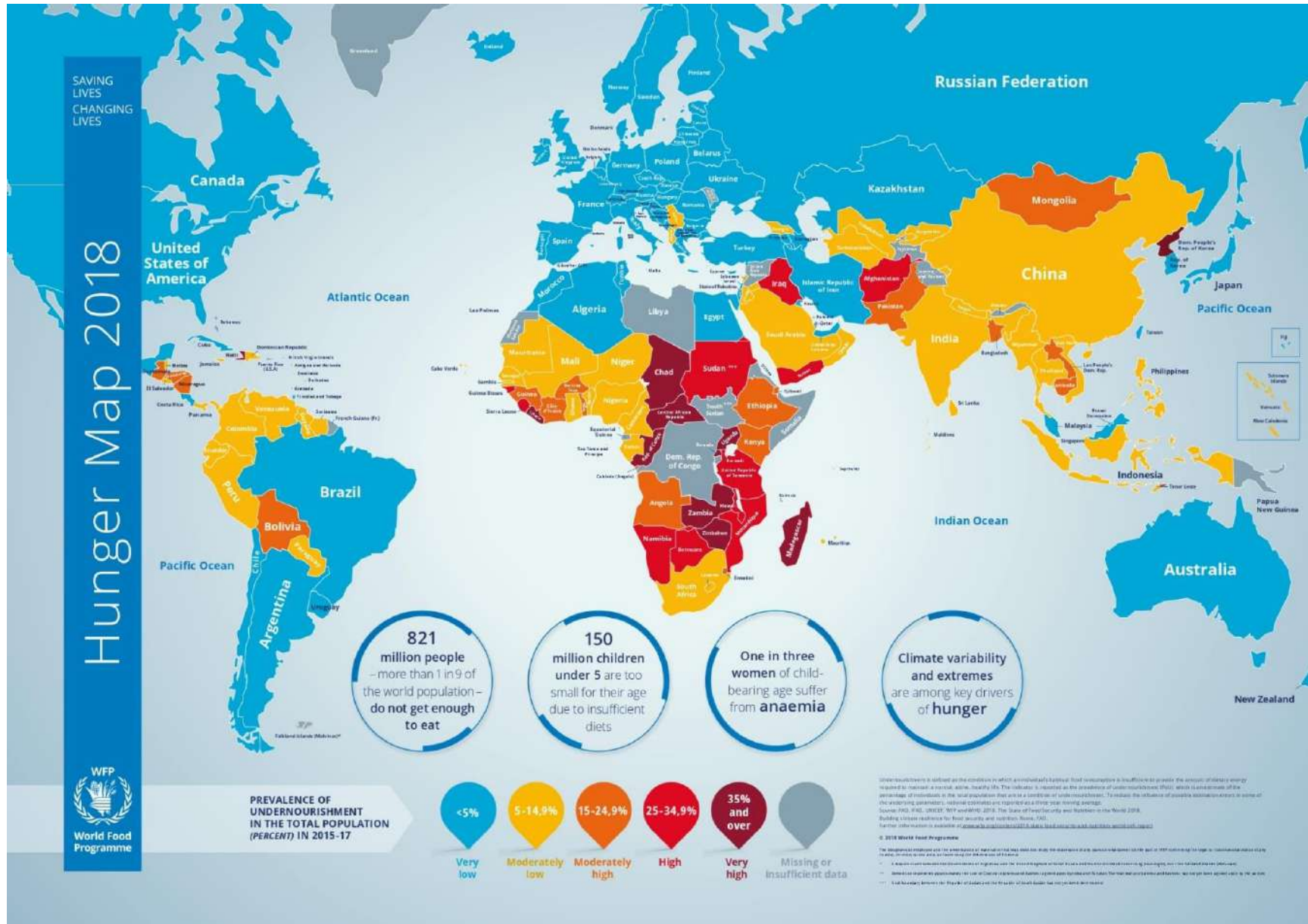
⁴ Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

⁵ Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007.

os cidadãos somente no ano de 2010, por meio da emenda constitucional N°64 publicada em quatro de fevereiro do ano mencionado. Nesta ação houve alteração da redação do art. 6º, que trata dos direitos sociais previstos como educação, saúde, trabalho, previdência social e, dentre outros, sendo inserida a alimentação.

Os esforços dos governos brasileiros e dos organismos globais, multilaterais e governamentais com a criação de políticas públicas de combate à fome passaram a ser associados à proposta de Segurança Alimentar (SEA) na segunda metade do século XX. De acordo com a FAO (1996), a Segurança Alimentar existe quando as pessoas têm o acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender as necessidades básicas nutritivas e sociais. Todavia, os modelos são passíveis de questionamentos, pois, mesmo com o planejamento, acordos, leis, decretos e pactos assinados em prol da minimização da fome global, a insegurança alimentar continua afetando milhares de pessoas ao redor do mundo, como demonstrado na Figura 2.

Figura 2 – Mapa da Fome no mundo - 2018



Fonte: World Food Programme (2018)

Analisando a representação dos dados apresentados na figura 02, é evidente que nenhum continente está livre da subalimentação, que ocorre com mais intensidade nos países chamados periféricos, com destaque para a América do Sul, África e Ásia. De acordo com a FAO (2018), o número de indivíduos com insegurança Alimentar tem crescido nos últimos anos, passando de 815 milhões em 2016 para 821 milhões em 2018 (figura 2). Os dados nos conduzem a reflexões que as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional têm fracassado devido à persistência da fome, tendo em vista que o atual modelo hegemônico de produção, circulação e consumo de alimentos não se mostrou capaz de democratizar o acesso e promover sua distribuição para todos, tornando à alimentação um privilégio e não um direito.

Entretanto, devemos salientar que as políticas públicas de combate à fome no Brasil, criadas com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentaram efeitos satisfatórios. De acordo com os dados do relatório de Insegurança Alimentar no mundo, elaborado pela FAO (2014), o indicador de prevalência de subalimentação no país marcou um nível abaixo dos 5%, possibilitando a exclusão histórica do país do mapa da fome no mundo. Este índice permaneceu estável para o ano de 2018 (figura 2). Devemos destacar que, no Brasil, as políticas de promoção à Segurança Alimentar tiveram a particularidade de estarem aliadas a distribuição de renda, o que contribuiu veementemente para a redução dos índices da fome. Contudo, o mesmo não aconteceu ao nível mundial, e a fome continua instaurada de maneira expressiva.

Diante disso, a sociedade civil organizada, por meio dos movimentos sociais que reúnem principalmente os trabalhadores do campo, tem criticado o atual modelo de produção e apontado modelos alternativos que não somente contribuem para o combate à fome e aumento da Segurança Alimentar, mas também na construção da Soberania Alimentar (SOA), sobretudo, dos trabalhadores rurais, povos originários e comunidades tradicionais.

A organização internacional dos camponeses, *La Via Campesina*, foi um dos maiores impulsionadores e propositores dos debates e discussões relacionadas a soberania alimentar. O Movimento entende que para vencer as problemáticas relacionadas à fome e à miséria, os povos devem ser soberanos e autônomos na produção e consumos de alimentos. Neste caminho, a Soberania Alimentar possui propósitos mais amplos que a concepção de Segurança Alimentar e Nutricional. Entretanto, apesar de apresentarem ideias diferentes, os conceitos estão aglutinados. Isto significa que no momento em que um povo conquista a Soberania Alimentar também adquire, entre outros propósitos, a Segurança Alimentar.

A luta pela conquista da Soberania Alimentar é um processo complexo, uma vez que é alternativo ao modelo hegemônico de produção e consumo de alimentos (COCA, 2016a). Além

disso, é pauta reivindicatória de movimentos sociais, com ações por vezes marginalizadas. Logo, os conflitos territoriais são muitas vezes inevitáveis e neste contexto, os povos e comunidades tradicionais são os mais afetados.

1.1 Caminhos do discurso da segurança e da proposta da soberania alimentar

A concepção inicial do que atualmente é designado de Segurança Alimentar surgiu durante a Primeira Guerra Mundial (COCA, 2016a), estando ligadas ao estado-nação com a noção de segurança nacional (CLAPP, 2015) ou autossuficiência alimentar (JALIL, 2009). Contudo, o percurso epistêmico sobre Segurança Alimentar e Nutricional tem se caracterizado por intensos debates e reflexões que possibilitaram uma consolidação conceitual marcada pela multiplicidade de interpretações, usos, inspirações e aplicabilidades que evidenciam o combate da fome e da subalimentação no mundo.

A fome e a subalimentação é um drama vivido por milhões de seres humanos durante séculos de forma silenciosa (CASTRO, 1984). De acordo com a figura 2, em 2018 existem 821 milhões de pessoas vivenciam a fome e a subalimentação. O mundo passou a discutir a fome e as formas de solucioná-la somente no século XX, ao final das primeiras e segundas guerras mundiais. Na ocasião, os países do centro geopolítico mundial encontravam-se devastados tanto economicamente, quanto socialmente e vivenciavam o desabastecimento de gêneros alimentícios. Sobre o assunto, Wittman (2011) afirma que:

Food security - framed as a universal ideal to prevent world hunger - emerged as a post - World War II development principle enshrined in the 1948 Universal Declaration of Human Rights and the 1966 International Covenant of Economic, Social and Cultural Rights (WITTMAN, 2011, p. 90).⁶

Conforme afirmativa de Wittman (2011) percebemos que a Segurança Alimentar foi consagrada sob a tutela da ONU. Assim, incorre-se em um erro epistemológico discutir o conceito sem evidenciar as ações da Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura, no combate a Insegurança Alimentar no mundo.

A FAO surgiu em 16 de outubro de 1945, em Quebec – Canadá, em meio a necessidade de criação de mecanismos multilaterais para produção e comércio de alimentos (CLAPP, 2015). Desde então, a organização liderou a luta pelo combate à pobreza e erradicação da fome, difundindo a proposta da Segurança Alimentar. No centro das suas principais ações, se destaca

⁶ Tradução nossa: A Segurança Alimentar - enquadrada como um ideal universal para combater e evitar a fome no mundo - emergiu como um princípio de desenvolvimento pós Segunda Guerra Mundial consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966.

a convocação da Conferência Mundial da Alimentação (CMA) que ocorreu em Roma no ano de 1974, para discutir soluções diante da crise internacional de abastecimento e distribuição de alimentos que acometia o início da década de 1970.

A crise mencionada atingiu seu pico entre os anos de 1972 e 1974, sendo ela, a maior crise de alimentos após os cenários pós-guerras mundiais. Com base em Jalil (2009), o colapso do abastecimento de alimentos ocorreu pela queda da produção de alimentos em países como União Soviética, China, Índia e Austrália, ocasionando aumento dos preços, dificultando o acesso dos países mais pobres. Coca (2016a) destaca que os países da África e do sudeste asiático foram os mais afetados pela fome e o desabastecimento, tornando-se emergente o debate sobre soberania alimentar. Conforme os dados apresentados na figura 2 é evidente que o continente africano e sudeste da Ásia continuam apresentando os maiores índices percentuais de fome e subnutrição.

É importante observar que a CMA foi realizada em um momento de escassez de alimentos nos estoques mundiais, e perdas de safra de países produtores. Neste momento, a compreensão de Segurança Alimentar estava associada a de produção agrícola (MALUF, et al. 2001).

Esta concepção norteou a elaboração do principal produto da CMA, que se refere à Declaração Universal Sobre a Erradicação da Fome e Desnutrição (DUEFD). No documento, a existência da crise da fome nos países em desenvolvimento foi interpretada, com base nas circunstâncias históricas de desigualdade social, domínio estrangeiro, discriminação e segregação racial, e principalmente a insuficiência na produção agrícola e o aumento excessivo da população. Compreende-se então, que os fatores mencionados causam desequilíbrio no sistema alimentar mundial. A DUEFD também apresenta onze recomendações⁷ que suscitam os caminhos e propostas para que juntos os países possam conquistar a chamada Segurança Alimentar Mundial, dentre as quais podemos destacar a recomendação J:

Los países en desarrollo reafirman su convicción de que es a ellos a quienes incumbe ante todo la responsabilidad de asegurar su rápido desarrollo. Por tanto, se declaran dispuestos a seguir intensificando sus esfuerzos individuales y colectivos para aumentar su cooperación mutua en el sector del desarrollo agrícola y la producción de alimentos, incluida la erradicación del hambre y la malnutrición. (CMA, 1974, sem paginação).⁸

⁷ As recomendações estão expostas em ordem alfabética (a-k)

⁸ Tradução: Os países em desenvolvimento reafirmam a sua convicção de que lhes incumbe a responsabilidade pela garantia do seu próprio desenvolvimento. Declaram, assim, que estão prontos a continuar a intensificar os seus esforços individuais e coletivos a fim de alargar a sua cooperação recíproca na área do desenvolvimento agrícola e produção alimentar, nomeadamente no que concerne à erradicação da fome e má nutrição

Em outras palavras, a recomendação (J) afirma que os países em desenvolvimento devem comprometer-se com o seu próprio crescimento a partir da ampliação e intensificação de atividades agrícolas em seus territórios, apoiando-se mutuamente nos esforços para a erradicação da fome e a conquista da Segurança Alimentar. Ainda no documento, em meio às doze proclamações, são apresentados os caminhos que devem ser trilhados para viabilizar a expansão da agricultura, como: a eliminação dos obstáculos e a concessão de incentivos a produtores agrícolas; utilização dos recursos naturais de interesse das necessidades alimentares dos povos; os países desenvolvidos devem possibilitar a assistência técnica e financeira, além de promover a transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento.

No tocante às recomendações e proclamações publicadas no DUEFD e definidas na CMA, é evidente que a fome e suas causas continuam interpretadas de maneira conservadora, por vezes equivocada, pois, evidenciam o aumento da população como um dos principais obstáculos, evidenciando, deste modo, influências do pensamento Malthusiano. Na teoria de Malthus, o aumento da população representa um malefício para a sociedade global, e umas das consequências é o aumento do consumo e da fome (GENNARI, 2009). Além disso, a fome seria uma epidemia positiva e evidência da necessidade do controle da população de modo a evitar o seu crescimento. Neste caso, a teoria considerava a fome como um “freio positivo” do crescimento demográfico e populacional (ALVES, 2002).

Ainda em relação à DUEFD, não se discute a incapacidade e o fracasso de políticas neoliberais para produção e distribuição adequada de alimentos, ao contrário, a CMA aposta na financeirização dos sistemas alimentares, alta produtividade e internacionalização dos territórios agrícolas dos países em desenvolvimento para vos livrar o contexto da Insegurança Alimentar. Nesta prerrogativa, a Segurança Alimentar é tratada como comércio de alimentos ineficientes, e não com diretamente com a fome (WITTMAN, 2011).

A DUEFD causou alguns efeitos na atividade agrícola de todo o mundo, Hoyos e D’Agostini (2017, p. 78) consideram que a declaração foi um mecanismo multilateral que “[...] que legitimou e promoveu a revolução verde e as respectivas ações para o aumento da produtividade agrícola, criando a plataforma base para o monopólio internacional de produção de alimentos”. A revolução verde é caracterizada pela inserção da tecnologia, insumos agrícolas e agrotóxicos, para aumentar a produtividade e produzir alimentos em larga escala. Esse modelo viabiliza a concentração de terras, garante a alta lucratividade e o monopólio dos produtores agrícolas internacionais.

O monopólio na produção agrícola e alimentícia envolvem empresas com influência multinacional, que dominam todos os pacotes tecnológicos utilizados e todo o processo de

distribuição. Sobre o assunto, Stedile e Carvalho (2010) afirmam que aproximadamente cinquenta empresas multinacionais exercem o controle majoritário da produção e distribuição de sementes, insumos agrícolas, alimentos e gêneros alimentícios no mundo. Os efeitos desse tipo de monopolização estão evidenciados na concentração de riquezas e renda, tornando o consumo de alimentos da população mundial cada vez mais dependente das atividades desenvolvidas por essas empresas que, neste momento, transformaram a segurança alimentar em moeda de troca entre a população e o mercado internacional.

No sistema alimentar mundial, que se constituiu com base no mercado internacional e suas interfaces neoliberalistas, a alimentação deixou de ser um direito e tornou-se um privilégio, pois, os alimentos transformaram-se em mercadoria, e como tal, deve ser adquirida por pessoas economicamente privilegiadas. Essa realidade contribui para persistência da fome e da miséria na cidade e no campo, (COCA, 2016a). Tal fato se comprova pelo número crescente de famintos no mundo (atualmente 821 milhões), dado que permite questionar sobre a eficiência da proposta de Segurança Alimentar apresentada pela FAO desde 1974.

Apesar de considerarmos que a FAO possuiu um relevante papel no combate à fome no mundo com a proposição dos conceitos e discussões relacionadas à Segurança Alimentar, definida na primeira cúpula da alimentação em 1996, pelo acesso físico e econômico a alimentos seguros e nutritivos (FAO, 1996), ela não define os modelos de agricultura capazes de promover a SEA nos países. Logo, as corporações internacionais pautadas nos discursos de combate a fome investiram na produção de alimentos no mundo, mas sob o viés mercadológico, ou seja, com o objetivo de transformar a necessidade de alimentação em lucro.

As corporações internacionais ampliam o domínio de produção, distribuição e consumo de alimentos, se territorializando com facilidade nos países mais pobres devido à emergência e à necessidade de implantação da Segurança Alimentar e da fragilidade dos produtores locais que não conseguem suprir às necessidades de consumo alimentar do mercado interno. Assim, percebemos a Segurança Alimentar conforme discutido pela FAO, tornou-se uma estratégia para a reprodução do terceiro regime alimentar global, aproveitando-se do discurso do combate à fome para produzir alimentos em larga escala.

De acordo com Coca (2016b), a humanidade vivenciou três regimes alimentares globais, o primeiro ocorreu entre 1870 e 1930, neste momento, a produção e o consumo de alimentos era influenciada pelo poder econômico dos países da Europa, com a importação de bens primários das antigas colônias onde a monocultura já era predominante. O Segundo Regime ocorreu entre as décadas de 1950-1970, num contexto Pós-Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria. A Europa perde o seu poder hegemônico e o Estados Unidos tornou-se o maior exportador

mundial de alimentos. Neste período, são incorporados os pacotes tecnológicos da revolução verde que mecanizou a produção de alimentos com o discurso de atender à demanda crescente no mundo. O Terceiro Regime começou na década de 1980 e permanece até os dias atuais. É caracterizado pelo estímulo ao livre mercado com os mecanismos multilaterais, resultando na hegemonia das grandes corporações na condução e gerenciamento dos sistemas alimentares em todo o mundo.

Associada às ações do terceiro regime alimentar global, a Segurança Alimentar, definida na Cúpula da Alimentação em 1996 pelo acesso físico e econômico a alimentos seguros e nutritivos (FAO, 1996), configura-se um discurso político promovido por organismos internacionais, órgãos financeiros mundiais para fortalecer a expansão das grandes corporações multinacionais do setor agropecuário. Para implantar a Segurança Alimentar Mundial, sob as vias de fato, é necessário repensar o modelo de produção imposto pelo terceiro regime alimentar, ou, a problemática da fome e má alimentação persistirão.

Entretanto, nos espaços acadêmicos e na sociedade civil organizada, o conceito de Segurança Alimentar, tal qual definido pela FAO, tem sido pauta de discussões e tomado novos rumos, interpretação, aplicabilidades e, até mesmo, refutações. Ainda na década de 1990, a sociedade civil organizada reconheceu a inviabilidade da proposta da Segurança Alimentar no combate à fome e à pobreza, e lançaram a contraproposta para superação da fome, a Soberania Alimentar.

Não existe consenso acadêmico quando o assunto é a origem do conceito de Soberania Alimentar (EDELMAN et al., 2016), mas, é inegável que essa proposta tomou repercussão internacional com as ações da Rede Internacional de Movimentos do Campo a *Via Campesina*⁹.

O conceito de Soberania Alimentar é evidenciado inicialmente na conferência da Cúpula Mundial da Alimentação que ocorreu em Roma em novembro de 1996. Por meio de um documento apresentado e declarado pela *Via Campesina*, com denúncias ao modelo neoliberal de desenvolvimento rural e apontando a nova proposta como estratégia para garantir a

⁹ A Via Campesina é uma coalizão global de movimentos sociais no campo, gestada desde 1992, pela necessidade emergente de articulação e fortalecimento interacional das suas lutas (Coca, 2016). Atualmente a organização internacional agrega 182 movimentos que atuam em aproximadamente 81 países distribuídos em todos os continentes, em dez grandes regiões de atuação: América Central, América do Norte, América do Sul, Caraíbas, África do Sul e oriental, África ocidental e central, Sul da Ásia, Sudeste e leste da Ásia, Europa e regiões emergentes. Em 2019, o Brasil possui oito movimentos sociais que também são membros da Via Campesina: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Movimento de Pescadores e Pescadores Artesanais (MPP), Movimento de Trabalhadores sem Terra (MST), Movimento Nacional pela Soberania Popular frente a Mineração (MAM), e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Deste 1993, a via campesina realiza numa média de a cada quatro anos a sua Conferência Internacional. A última foi realizada em 2017 em Derio, no País Basco, norte da Espanha.

Segurança Alimentar, o desenvolvimento sustentável e o direito à alimentação (Zanotto, 2017).

Ainda sobre o conteúdo do documento, Hoyos e D’Agostini (2017) afirmam que:

A declaração da Via Campesina identificou, categoricamente, como principais obstáculos da materialização do direito à alimentação, o sistema econômico capitalista em sua modalidade de capitalismo financeiro, os tratados de livre comércio que o circundam, as instituições multilaterais e as medidas de ajuste estrutural. A declaração denunciou que estas políticas, além de serem responsáveis pela “globalização da fome e da pobreza”, eram também responsáveis pelo desaparecimento das comunidades camponesas e de sua capacidade de produção de alimentos. (HOYOS; D’AGOSTINE, 2017, p. 182).

Para a Via Campesina, o direito à alimentação foi violado e as soluções para produção de alimentos no modelo neoliberalista só contribuiu para expandir a fome no mundo, e representa um obstáculo para a sobrevivência das comunidades camponesas. Diante desta problemática, o conceito e a proposta de Soberania Alimentar são apresentados como um modelo alternativo e eficaz para conquista da Segurança Alimentar, com respeito à cultura, autonomia e diversidade dos povos e pelos princípios da sustentabilidade e respeito à natureza.

O documento apresentado pela Via Campesina durante a cúpula da alimentação é fruto do debate instituído durante a Conferência de Tlaxcala¹⁰, realizada sete meses antes da CMA. Na Declaração de Tlaxcala, fica evidente o objetivo de promover o desenvolvimento rural com base na Soberania Alimentar, respeito à terra e comércio justo. Foram definidas dez estratégias para que a ideia se difundisse, com destaque para número 2: “levar os objetivos da Via Campesina para a arena internacional da FAO, FMI, BM, OMC e outros fóruns internacionais das Nações Unidas e da OIT” (VIA CAMPESINA, 1996, sem paginação). Estratégias que tiveram ações concretizadas ao longo dos anos.

Ainda sobre os objetivos da Via Campesina, fica claro a intenção de “modificar a correlação de forças que faz com que os agricultores familiares/camponeses e indígenas sejam subalternos ao agronegócio na condução do desenvolvimento do campo” (COCA, 2016a, p. 85). Neste sentido, é notório que as discussões sobre a SOA são originadas com um viés político, econômico e social marcado pela contra-hegemonia, e assim permanece no contexto atual.

As propostas em discussão têm suas gêneses vinculadas a concepções ideológicas distintas. Enquanto a Segurança Alimentar nasceu tendo a fome como problemática central, a soberania foi gestada com a preocupação do monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos (HOYOS; D’AGOSTINE, 2017). Após o lançamento da proposta no final do

¹⁰ II Conferência Internacional da Via Campesina, realizada entre 8 a 21 de abril de 1996.

Século XX, é no início XXI que avança as discussões da SOA como conceito.

Sobre o percurso de construção do conceito, Wittman (2011) afirma que desde que foi lançado na Conferência de Tlaxcala, a proposta tem atraído a atenção de diversos setores da Sociedade Global, inicialmente dos movimentos sociais e de setores não governamentais, e posteriormente de organizações políticas internacionais. Com destaque para o Fórum Internacional Sobre a Soberania Alimentar que ocorreu em Nyéléni, Mali em 2007.

O Fórum de Nyéléni, contou com aproximadamente 500 participantes de 80 países, que representavam diversos segmentos e organizações da sociedade civil, se somaram aos povos de Nyélény em Selingue, trabalhadores rurais, camponeses, pescadores tradicionais, povos indígenas e da floresta, comunidades sem-terra, consumidores e movimentos de agroecologia, para fortalecer o movimento mundial da Soberania Alimentar. (*DECLARATION OF NYÉLÉNI*, 2007, p.8). Neste sentido, nota-se que a diversidade de povos preocupados com a construção do conceito e proposta da Soberania Alimentar, apresentada na Declaração como:

Food sovereignty is the right of peoples to healthy and culturally appropriate food produced through ecologically sound and sustainable methods, and their right to define their own food and agriculture systems. It puts those who produce, distribute and consume food at the heart of food systems and policies rather than the demands of markets and corporations. It defends the interests and inclusion of the next generation. It offers a strategy to resist and dismantle the current corporate trade and food regime, and directions for food, farming, pastoral and fisheries systems determined by local producers. Food sovereignty prioritises local and national economies and markets and empowers peasant and family farmer-driven agriculture, artisanal % fishing, pastoralist-led grazing, and food production, distribution and consumption based on environmental, social and economic sustainability¹¹. (*DECLARATION OF NYÉLÉNI*, 2007, p.9).

Com base na concepção de Soberania Alimentar apresentada na Declaração do Nyéléni, percebemos que o conceito é compreendido como o direito a alimentos nutritivos, porém, produzidos de maneira ecologicamente sustentável. Ou seja, diferentemente da Segurança Alimentar, a soberania está preocupada com os modelos de produção de alimentos. Outra ideia apresentada no documento é que a proposta possibilita aos povos o poder de decisão sobre o

¹¹ Tradução: A Soberania Alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentárias, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações. Nos oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentício atual, e para ENCAUZAR os sistemas alimentários, agrícolas, pastoris e de pesca para a prioridade das economias locais e os mercados locais e nacionais, e outorga o poder aos camponeses e à agricultura familiar, a pesca artesanal e o pastoreio tradicional, e coloca a produção alimentícia, a distribuição e o consumo sobre as bases da sustentabilidade meio ambiente, social e econômica. Disponível em: <<https://nyeleni.org/spip.php?article327>>

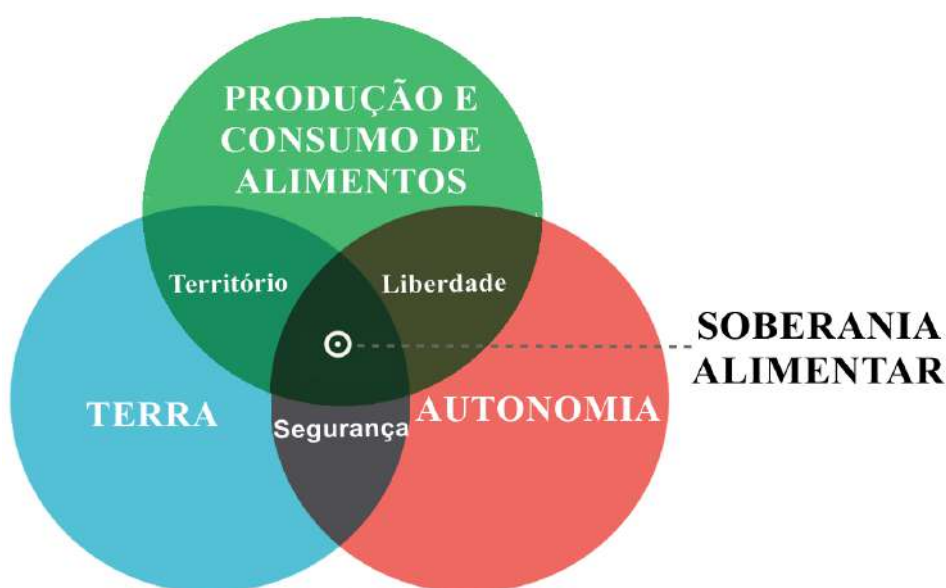
próprio sistema alimentício produtivo, isto representa a constituição de povos soberanos.

Nas palavras de Zanotto (2017, p.51) para que os povos se tornem soberanos, é necessário “produzir, comercializar localmente, vinculado à cultura, ao modo de vida de cada povo, afastando a dependência dos grandes mercados”. Em outras palavras, a autonomia é um dos elementos mais importantes para a efetivação da Soberania Alimentar, pois, possibilita a liberdade para escolher o quê e como produzir, distribuir e consumir os variados tipos de alimentos, respeitando a culinária local e a identidade dos sujeitos envolvidos. A valorização das economias e dos mercados locais contribui para o fortalecimento dos povos e suas comunidades. Além disso, quando o comércio local se fortifica a tendência é manter equidade na distribuição de renda.

À terra é um elemento fundamental para a manutenção da Soberania Alimentar das comunidades tradicionais, pois, é na relação estabelecida entre os sujeitos e à terra que os alimentos serão cultivados, extraídos, caçados e coletados, logo, ela é essencial para a reprodução da vida. A ausência da terra é uma situação grave, uma vez que põe em risco a autonomia e a soberania dos povos. Por esse motivo, se “defende a reforma agrária como uma medida urgente” (COCA, 2016a, p. 113).

Com base nas contribuições teóricas apresentadas, compreendemos que as discussões sobre Soberania Alimentar estão vinculadas em três principais pontos de reflexão: a terra, a autonomia, a produção e consumo de alimentos, conforme podemos analisar na Figura 3, que apresenta a intersecção teórica dos conceitos e elementos.

Figura 3 – Intersecção teórica/conceitual da formação da soberania alimentar



Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan (2018).

Com base na figura 3, a Soberania Alimentar ocorre quando as condições da terra, autonomia, produção e consumo de alimentos de determinado povo encontram-se equilibrados, livre de conflitos socioambientais e ameaças por fatores internos e externos às respectivas comunidades. Isto significa dizer que, o enfraquecimento de qualquer um desses elementos põe em risco a condição de formação da Soberania Alimentar.

Observamos na figura 3 que os conceitos de Território, Liberdade e Segurança são estratégicos para a compreensão da Soberania Alimentar, pois, a análise do território do ponto de vista geográfico, nos permite compreender que a terra é a base material das relações dos sujeitos no desenvolvimento da vida cotidiana, e, principalmente, das práticas produtivas que versam sobre toda a experiência de saberes, fazeres e sabores que envolvem a produção e consumo dos alimentos.

Em relação à segurança, ela se consolida com base na correlação entre a terra e a autonomia, permitindo-nos pensar que os povos que têm a posse da terra e a autonomia para produzir os seus alimentos, não encontram dificuldades para estabelecer a sua segurança alimentar. Em decorrência disso, os movimentos sociais no campo lutam pelo acesso à terra e reforma agrária para que possam estabelecer seus territórios com autonomia para produção de alimentos e a conquista da segurança e soberania alimentar. Entretanto, somente a posse da terra não garante a autonomia e nem a segurança dos povos, pois, essas podem ser afetadas pela atuação de fatores externos que causam conflitos socioambientais e o enfraquecimento das relações produtivas, ou também, por fatores internos, como as condições da própria terra, que, em alguns casos, possui características que dificultam a prática da agricultura.

Para a consolidação da Soberania Alimentar é preciso, também, que os povos conquistem a liberdade no autogerenciamento de todas as etapas e processos de aquisição, cultivo, produção e consumo de alimentos.

Neste sentido, percebemos que a construção e manutenção da Soberania Alimentar dos povos e comunidades tradicionais estão cada vez mais difíceis e complexas, sobretudo, quando analisamos a capacidade expansiva do modelo de desenvolvimento hegemônico neoliberal. Ele se apropria das terras e domina a produção, a circulação e a distribuição de alimentos nas diferentes escalas geográficas, o que dificulta o processo de conquista e manutenção da soberania alimentar dos povos.

Acreditamos na Soberania Alimentar enquanto solução para as problemáticas da fome, subalimentação e no fortalecimento da produção e mercados locais, pois, mesmo que os povos apresentem realidades culturais e geográficas múltiplas, a proposta mencionada consegue se adaptar a cada uma delas. Para a Via Campesina (2018), não existe uma solução única para os

problemas da fome enfrentados na atualidade, e a Soberania Alimentar tem se tornado um modelo capaz de se adaptar às pessoas e seus respectivos lugares. Com base no exposto, no próximo tópico iremos refletir sobre o processo de formação da Soberania Alimentar em comunidades tradicionais.

1.2 Um diálogo entre comunidades tradicionais e Soberania Alimentar

Os povos originários e comunidades tradicionais desempenham um papel indispensável na compreensão do desenvolvimento da formação e consolidação da proposta e do conceito de Soberania Alimentar. Pois, é nos seus territórios, onde, de fato, ocorrem as tentativas, os conflitos, desafios, e as ações relacionadas a construção da Soberania Alimentar. As comunidades tradicionais representam o chão da experiência de todo processo de lutas políticas associadas ao conceito, por meio da organização em movimentos sociais.

Os movimentos sociais do campo são organizações da sociedade civil que representam os interesses de determinados grupos, povos e comunidades tradicionais organizadas politicamente e culturalmente para defender e propor medidas e soluções de interesses comuns, como a Soberania Alimentar. Nestas condições, destacamos que as pesquisas científicas aos quais se propuseram a analisar o percurso conceitual e propositivo da SOA tiveram como foco central e ponto de partida as ações dos movimentos sociais, suas estruturas, pautas, lutas e reivindicações, secundarizando as relações culturais, modos de vidas e concepções de mundo dos povos que gerenciam o próprio movimento. Para refletir sobre esses povos, recorreremos à legislação brasileira.

No que concerne à legislação brasileira, o país reconhece os povos e comunidades tradicionais por meio do Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, que institui a política nacional de desenvolvimento sustentável desses povos, definidos no artigo terceiro e inciso primeiro, como grupos culturais que se reconhecem e se diferenciam pelas formas próprias de organização social que dependem do acesso aos recursos naturais, à terra e ao território para se reproduzirem em sua essência cultural, social, religiosa e econômica, mediante conhecimentos e práticas transmitidas pela tradição (BRASIL, 2007).

O decreto apresenta a definição de comunidades tradicionais tornando evidente algumas características gerais, dentre as quais destacamos a relação de dependência dos recursos naturais, o auto reconhecimento identitário, organização sociocultural particular, e a necessidade de uso e estabelecimento do território. Essas características estabelecem as condições *sine qua non* da compreensão das múltiplas relações intrínsecas aos povos tradicionais.

Os recursos naturais possuem centralidade no cotidiano das comunidades tradicionais. A natureza onde os povos se reproduzem, dispõem de elementos capazes de prover a sustentação e reprodução sociocultural destes. O acesso às águas, terras, matas e florestas são fundamentais para vida e conduzem as atividades e as práticas produtivas do cotidiano. Das relações ecológicas dos sujeitos com o meio, os sujeitos adquirem os alimentos (CLAVAL, 2014). Os recursos naturais são imprescindíveis para o desenvolvimento da vida em comunidade.

Neste contexto, destacamos que a experiência construída na relação dos povos tradicionais com o meio, comportam subjetividades que evidenciam as acepções de vida, e os sentidos de ser e pertencer a um mundo permeado por representações, significados, crenças e reconhecimentos que conectam os indivíduos ao seu povo e ao seu território.

Sobre a conectividade dos sujeitos com o meio e seus ciclos naturais, Diegues e Arruda (2001) afirmam que essas relações são compostas por elos simbióticos. Neste caso, os sujeitos e a natureza convivem em interação íntima, pois, a natureza não dissocia das condições existenciais dos indivíduos que se consolida por intermédio da experiência.

A respeito da experiência, Tuan (2013, p. 17) afirma que ela “[...] abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade”. Neste caso, comportam subjetividades que evidenciam as acepções de vida, e atribuem sentidos de ser e pertencer a um mundo de representações, significados, crenças e reconhecimentos que conecta os indivíduos ao seu povo e ao seu território.

Nessa conectividade está presente o conhecimento aprofundado da natureza que é transmitido por gerações. Sobre essa questão, Diegues e Arruda (2001) destacam que os conhecimentos dos ciclos naturais contribuem na elaboração de estratégias para o uso e manejo dos recursos naturais. Esses saberes são compartilhados a partir dos relacionamentos objetivos e subjetivos dos indivíduos e conformam identidade cultural aos povos.

Assim como o acesso aos recursos naturais, as relações de identidade também são elementos centrais na análise das comunidades tradicionais. Todas as formas de organizações sociais estão vinculadas às relações de intersubjetividade e subjetividades desenvolvidas e compartilhada pelos sujeitos com seus semelhantes, formando um conjunto de comportamentos, fazeres e saberes que revelam a construção coletiva da identidade.

Compreendemos a identidade a partir das reflexões de Cruz (2007, p.15). O autor defende que a identidade é caracterizada como “[...] uma construção histórica e relacional dos significados sociais e culturais que norteiam o processo de distinção e identificação de um indivíduo ou grupo”. Sob esse viés, os processos de aquisição de significados ocorrem de

variadas formas com base nas experiências individuais e coletivas. Ainda sobre identidade. Deus, et al. (2018) consideram que:

A identidade cultural de um grupo é construída coletivamente a partir da força do seu passado, na unicidade de uma história partilhada, composta pelas singularidades das representações dos indivíduos, as quais configuram o Todo Cultural capaz de reforçar e reafirmar sua identidade (DEUS, et al. 2018, p.84).

Em relação à afirmativa, percebemos que a identidade não é um elemento que se constitui de forma repentina, pois, as suas estruturas e delineamentos são reflexos da cultura e das relações históricas vivenciada pelos indivíduos na sua relação com o mundo. Além disso, a identidade se fortalece quando se torna um elemento de identificação não só individual, mas também das relações coletivas e culturais. Ainda Sobre a identidade, Castells (1999, p. 66) enfatiza que sua construção “vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”. Desta forma, é notório que as formações das identidades estão vinculadas às variadas fontes de significações, representações e subjetividades.

Ainda sobre o assunto, Castells (1999) propõe uma distinção entre três principais formas e origens de construção de identidades, o que ele designa de identidade legitimadora¹², de resistência e de projeto, respectivamente. Com destaque para as duas últimas citadas. A identidade de resistência, para esse autor, é criada por sujeitos que se encontram em posições desvalorizadas diante da lógica hegemônica de dominação, com base em princípios diferentes e/ou oposto às instituições da sociedade. A identidade de projeto, ocorre quando os sujeitos a partir da sua cultura e identidade conseguem redefinir sua posição na sociedade projetando-se em nova estrutura social.

A formação da identidade de resistência e projeto possibilitam às comunidades e povos tradicionais a organização em movimentos sociais para o lançamento da proposta da Soberania Alimentar, que inicialmente surgiu por intermédio da identidade de resistência, com princípios que se opõem a lógica monopolista dos grandes sistemas agroalimentares, mas que, atualmente, tem assumido algumas características da identidade de projeto, pois a proposta da Soberania Alimentar, em alguns casos, tem contribuído na modificação de estruturas sociais dos povos.

Além disso, a identidade dos sujeitos nas comunidades tradicionais é um dos elementos

¹² “Introduzida pelas instituições dominantes na sociedade com o intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema este que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Snett, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo”. (CASTELLS, 1999, p.67)

que contribuem para as múltiplas classificações tipológicas. Considera-se que os significados, representações, a historicidade, geograficidades e as relações que os sujeitos desenvolvem no cotidiano podem identificá-los como povos quilombolas, indígenas, camponesas, fundo de pasto, ribeirinhas, pesqueiras, geraizeiros e dentre as mais diversas formas de organizações socioculturais tradicionais.

A organização sociocultural também está configurada como um dos elementos centrais para reflexão dos povos e comunidades tradicionais. A sua análise nos permite compreender que em meio à particularidade e ao modo de vida de cada povo e comunidade, existem sujeitos plurais com subjetividades marcadas pela multiplicidade de olhares e concepções de mundo. Interpretamos a subjetividade a partir das acepções de Dardel (2011).

Aquilo que chamamos de subjetividade é transferida às realidades geográficas, e é o homem que se sente e se vê como objeto: produto ou joguete de forças que se manifestam para ele em seu ambiente, e sobre os quais ele reage à magia de seus ritos (DARDEL, 2011, p. 50).

Compreende-se que a subjetividade é alimentada na relação dos sujeitos com a realidade geográfica, que traduz o modo de vida e as convivialidades¹³ dos sujeitos com o seu povo e com o meio ambiente. As subjetividades comportam as identidades e os sentimentos de pertencimento, que de acordo com Diegues (2000, p.84) é um dos critérios mais relevantes para interpretação e identificação de culturas dos povos tradicionais.

Analizamos ainda, que o modo de vida é constituído por experiências e vivências que delineiam os espaços de uso comum, onde as relações dos homens com a natureza são estabelecidas coletivamente. Souza e Brandão (2012) afirmam que as comunidades são os espaços de vida e, portanto, espaços de uso comum, e o que essencializa esses espaços são os sujeitos e as relações que esses estabelecem. Desta forma, para apreender a organização social das comunidades tradicionais, os sujeitos e as subjetividades devem ser privilegiados na análise.

Dentre as características apresentadas, a organização sociocultural das sociedades tradicionais também é marcada pela autonomia. Sobre esse assunto, Brandão (2012) reflete que a autonomia existe em diversos níveis, variando entre os povos, coexistindo comunidade completamente autônoma, autonomia intermediária e autonomia ameaçada. Em relação ao primeiro nível de autonomia, Brandão (2012) destaca que essa ocorre devido ao isolamento em relação aos outros tipos de sociedades. Em relação ao segundo nível, refere-se às comunidades as quais possui elos de dependência com outras comunidades. Em relação ao terceiro nível, ocorre quando as sociedades tradicionais são exacerbadas por fatores externos sob lógica de

¹³ Sobre o conceito de convivialidade, saiba mais em Almeida (2018).

organização socioeconômica distinta.

Entendemos como autonomia, o poder que as comunidades tradicionais estabelecem no gerenciamento da sua própria organização social, que se realizam por meio das práticas autônomas de “reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o "mundo de fora", ainda que quase invisíveis” (BRANDÃO, 2012, p.361). Entretanto, consideramos que autonomia não é sinônimo de isolamento, e que nem todas as relações e articulações com sociedades externas afetam negativamente a autonomia interna. Existem casos que o “mundo de fora” oferece a possibilidade para manutenção da autonomia, quando os sujeitos têm a possibilidade de escoar o excedente de produção fruto das práticas produtivas do cotidiano.

Os níveis de autonomia nas comunidades tradicionais interferem diretamente na construção da Soberania Alimentar. Quanto maior a autonomia, maiores são a independência e as possibilidades de conquista e manutenção da SOA.

Em relação à Soberania Alimentar e à organização sociocultural das comunidades tradicionais, Jalil (2009) apresenta que:

A Soberania Alimentar se constrói também a partir do respeito às culturas, às tradições, às formas solidárias valorizando a dimensão identitária característica das comunidades. Ela reforça os laços sociais, questionando a lógica individualista do capitalismo, em que a ideia de cada um por si e de que a qualidade de vida está restrita à capacidade de consumir e não à valorização da diversidade de formas de vida e sociabilidade. (JALIL, 2009, p. 60/61).

A autora evidencia que a proposta da Soberania Alimentar respeita a organização sociocultural dos povos e comunidades e valoriza a diversidade dos modos de vida. Diante deste fato, percebemos que a proposta de Soberania Alimentar consegue se adaptar às múltiplas realidades vivenciadas pelos sujeitos em seus territórios.

O acesso aos territórios tradicionais é um direito previsto em lei. Com base no decreto 6.040/2007, artigo 3º, inciso II constata-se que os territórios tradicionais são “espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária”. Assim, o território é legitimado no cotidiano das comunidades tradicionais, subsidiado pelas múltiplas relações de convivência em um espaço de uso comum. Desta forma, não é possível pensar as comunidades tradicionais sem vislumbrar os seus territórios e as suas respectivas territorialidades.

O Território é antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente estabelecem a sua identidade cultural. Sob tais condições se compreende de que maneira o significado político do território

traduz um modo de recorte e de controle do espaço, garantindo sua especificidade e se servindo como instrumento ou argumento para permanência e a reprodução dos grupos humanos que o ocupam. (ALMEIDA, 2018, p.298-299).

Além das relações simbólicas e culturais, o território é vivenciado por meio das relações políticas, que são forças capazes de promover a luta pela permanência dos povos no seu espaço. A dimensão política se desenvolve por variadas frentes e objetivos, um dos exemplos mais claros é a criação de associação, colônia e movimentos sociais que regulamentam e formalizam politicamente demandas comunitárias.

O Território sob o ponto de vista de Haesbaert (1999) se realiza por meio de duas perspectivas e dimensões, a material e a simbólica. Apesar de parecer uma dicotomia, a dimensão simbólica contribui para existência da dimensão material e vice-versa. Neste caso, é evidente que a base material do território vai subsidiar as relações simbólicas e culturais, que por sua vez, exprimem no espaço material as suas marcas e significados que contribuem para a formação das identidades associadas ao vínculo territorial e cultural. Esses vínculos dos sujeitos ao território se realizam nas relações e ações realizadas no cotidiano.

Nessas ações estão imbuídas as subjetividades, os simbolismos, as representações e identidade cultural dos sujeitos e seu povo, e contribui para a constituição das territorialidades evidenciadas no território. Almeida (2008) considera que “a identidade cultural dá sentido ao território e delinea as territorialidades”. As territorialidades são as dimensões vividas dos territórios, evidenciam o cotidiano, as convivialidades e os singularizam.

A formação territorial também está associada às múltiplas relações de poder (SAQUET, 2013), que se reproduzem de maneiras diversas. Relacionadas ao contexto cultural, os poderes estão evidenciados tomando como base as relações simbólicas e materiais presentes nas convivialidades dos sujeitos ou, também, por relações dissimétricas quando envolve conflitos de interesses entre atores internos e externos às comunidades, como a disputa pelo acesso e uso à terra, as águas e florestas.

No que se refere à relação do território com Soberania Alimentar, evidenciamos que os povos por meio de seus territórios podem ter acesso aos recursos naturais, como as terras cultiváveis, as águas dos rios, lagoas e mares, as matas, florestas e outros tipos de formações vegetais. Esses ambientes oferecem a possibilidade da realização de práticas produtivas que garantem a aquisição, cultivo, pesca, caça e extrativismo de alimentos necessários para a reprodução da vida, e garante a Soberania Alimentar.

Quando o território das comunidades tradicionais é ameaçado por fatores externos ou internos, a garantia da produção e consumos de alimentos sob os princípios propositivos da

Soberania Alimentar tende a ser afetado negativamente. Neste caso, a garantia do direito ao território é também uma garantia do direito à alimentação.

No caso particular das comunidades tradicionais pesqueiras, os seus territórios são marcados pela diversidade de elementos naturais e por ecossistemas que se formam no contato entre o continente e o oceano, em áreas litorâneas. No próximo tópico deste capítulo, apresentaremos a dinâmica sociocultural, econômica e territorial das comunidades tradicionais pesqueiras e sua relação com a Soberania Alimentar.

1.3 As particularidades territoriais das comunidades tradicionais pesqueiras

Na literatura acadêmica, os povos tradicionais pesqueiros assumem uma variedade de conceitos e definições. Com base em Callou (2010), os mais utilizados são comunidades humanas marítimas, comunidades tradicionais de pesca, gentes do mar, povos do mar, e também, praieiros, jangadeiros, caiçaras e açorianos. Independentemente da definição conceitual, esses povos compartilham o modo de vida ligado principalmente à atividade pesqueira ao longo do litoral e assumem múltiplas identidades no decorrer da costa brasileira. Ainda de acordo com Callou (2010), a representatividade nacional desses povos se consolida em mais de 2 milhões de pessoas, eles são responsáveis por 55% da produção pesqueira no Brasil, ficando claro que as práticas produtivas desenvolvidas majoritariamente com base na dinâmica das águas, são essenciais para o abastecimento do mercado e da Segurança Alimentar nacional.

Nas comunidades tradicionais pesqueiras, as águas são elementos centrais no desvelar do cotidiano e das territorialidades dos sujeitos, não somente no contexto material, mas também no simbólico e cultural. De acordo com Diegues (2007, p. 01) “As representações culturais das águas variam segundo as culturas, as religiões, o habitat em que se desenvolveram, sua maior ou menor disponibilidade e sazonalidade”. Evidenciamos que as comunidades tradicionais pesqueiras apresentam características culturais e representatividades em comum, ligadas às práticas produtivas desenvolvidas a partir da caça, extrativismo e atividade pesqueira. Em relação à atividade pesqueira, Cardoso (2003) reflete:

A atividade pesqueira é uma atividade humana que representa uma modalidade de uso do espaço. Sua especificidade reside na articulação entre os meios aquático e terrestre, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e o segundo significa os espaços de morada do pescador e o da realização do pescado enquanto mercadoria. (CARDOSO, 2003, p.119).

Observa-se que as atividades pesqueiras conformam territorialidades que não se

restringem somente aos espaços aquáticos, como os rios, lagos, e mar, mas também ocorrem nos espaços terrestres, onde as comunidades estão estabelecidas e realizam as atividades de beneficiamento, distribuição para os mercados locais, regionais e para o consumo familiar.

Com base em Silva (2010), a pesca artesanal apresenta representatividades que extrapolam as questões econômicas como absorção de mão-de-obra, tendo em vista as dimensões culturais e identitárias para os pescadores e para as comunidades onde a atividade é o principal meio de sobrevivência e reprodução socioeconômica. Evidenciamos que nas comunidades tradicionais pesqueiras, as práticas produtivas, constituem estratégias de reprodução social que configuram territorialidades e, além de portarem significados simbólicos e culturais, são ações do cotidiano que singularizam e identificam o território.

Nas comunidades pesqueiras, as territorialidades são como laços constituídos entre as gentes na relação com as águas e à terra. Os laços evidenciam a essência dessas gentes por meio da experiência e o conhecimento profundo que apresentam os modos de viver, perceber e ser pescador e marisqueira. Ramalho (2017) entende que os conhecimentos dos sujeitos sobre atividade pesqueira revelam as artes do fazer e ser pescador, e discute:

A arte de ser pescador artesanal emerge como resultado, por um lado, da intensa subjetividade, conhecimento e parte significativa do controle do processo do trabalho e, por outro, é fruto de um sentimento de não sujeição e de autonomia sobre em que bases produzem e executam sua atividade, ao longo do tempo (RAMALHO, 2017, p.117).

Tornou-se evidente que a atividade pesqueira é uma prática produtiva que além de representar os anseios, as identidades, subjetividades e delinear a visão de mundo dos sujeitos, representam também a autonomia de vida. Neste caso, as artes do fazer e ser pescador os conduzem à liberdade da busca e consumo de alimentos e à formação de sua Soberania Alimentar.

A Soberania Alimentar dos povos tradicionais pesqueiros é completamente dependente do meio ambiente e dos seus recursos. Todavia, há de se considerar que ela não ocorre da mesma forma em todas as comunidades pesqueiras, uma vez que, a costa brasileira é composta por múltiplos ecossistemas e ambientes que interferem na dinâmica produtiva e na vida dos povos. Ou seja, uma comunidade pesqueira que se estabeleceu historicamente em estuário dispõe de recursos naturais, técnicas e identidade diferente daquelas que se estabeleceram na linha de costa em contato direto com o mar.

Os principais problemas enfrentados pelas comunidades tradicionais pesqueiras para o estabelecimento da SOA são os conflitos socioambientais ocasionados por diversos fatores e atores externos e internos ao território pesqueiro. A especulação imobiliária, a intensificação

do turismo convencional, as atividades industriais, e o avanço da aquicultura, conformam ações/conflitos que transformam o território e o modo de vida das comunidades pesqueiras. Desses conflitos emergem problemáticas capazes de modificar as territorialidades, dificultar o exercício das práticas produtivas, ou, até mesmo, redimensionar a organização sociocultural das comunidades.

Entender a Soberania Alimentar dos povos tradicionais pesqueiros é, antes de tudo, ter a clareza que a liberdade e autonomia na atividade pesqueira e outras práticas produtivas associadas como cultivo e extrativismo, consolidam hábitos de produção e consumo de alimentos. Os hábitos são caracterizados por uma multiplicidade de saberes e sabores originários da articulação entre os produtos do mar, rios e terra.

As reflexões tecidas nos tópicos anteriores nos mostraram que a conquista da Soberania Alimentar nas comunidades tradicionais é um processo complexo, pois, é necessário o equilíbrio entre elementos e situações de acesso à terra, autonomia, produção e consumo de alimentos locais, conforme texto carta apresentada pelos povos durante o Fórum Mundial da Soberania Alimentar em Nyéléni em 2007.

Food sovereignty promotes transparent trade that guarantees just income to all peoples and the rights of consumers to control their food and nutrition. It ensures that the rights to use and manage our lands, territories, waters, seeds, livestock and biodiversity are in the hands of those of us who produce food. Food sovereignty implies new social relations free of oppression and inequality between men and women, peoples, racial groups, social classes and generations¹⁴. (DECLARATION OF NYÉLÉNI, 2007, p.9).

Na declaração de Nyéléni os povos tradicionais deixaram claro que para a conquista da Soberania Alimentar, é necessário a garantia do direito de acesso e autogerenciamento dos recursos presentes no seu próprio território e, por esse motivo, a SOA representa o respeito a biodiversidade e os elementos da natureza, a diminuição das desigualdades sociais e econômicas e a liberdade para a produção de alimentos associados à cultura e à identidade dos povos. Neste caso, a SOA constitui uma racionalidade de vida que se distinguem ao modelo de desenvolvimento econômico hegemônico.

A natureza para os povos tradicionais não constituem somente um recurso, mas também a condição para o desenvolvimento da vida, diferentemente da racionalidade que vê nos

¹⁴ **Tradução:** A soberania alimentar promove o comércio transparente, que garanta o ingresso digno para todos os povos, e os direitos dos consumidores para controlarem sua própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e a gestão de nossa terra, de nossos territórios, nossas águas, nossas sementes, nossos animais e a biodiversidade, estejam nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais e gerações. Disponível em: <<https://nyeleni.org/spip.php?article 327>> acesso em agosto de 2019.

elementos da natureza, a possibilidade de exploração e obtenção de lucro e acumulação. Sobre este fato, Brandão (2007) reflete:

Uma racionalidade empresarial domina todo o cenário da cidade, do campo e das relações entre um e outro. Essa racionalidade de que o “agronegócio” é o melhor (e pior) espelho altera estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços de vida, trabalho e produção. Alteram – às vezes depressa demais – espaços, territórios, cenários, tempos e paisagens. (BRANDÃO, 2007, p. 39)

As racionalidades empresariais dominantes têm um poder de transformação capaz de alterar as estruturas sociais dos povos tradicionais, uma vez que se apropriam e assolam os recursos naturais necessários para sobrevivência e manutenção do modo de vida, impondo novas realidades que podem impactar e reduzir o nível de autonomia dos sujeitos.

Na convivência com essa racionalidade, a experiência de conflitos de interesses torna-se uma constante nas comunidades tradicionais e, nessa conjuntura, citamos o exemplo das atividades econômicas dominantes que avançam sobre os territórios quilombolas do estado de Goiás (Mineração no Quilombo Kalunga) e Minas Gerais (Cultivo de eucaliptos no Quilombo, Minas Novas). Também destacamos os impactos da construção da usina de Belo Monte nos territórios indígenas do Pará ou, até mesmo, a inserção da Carcinicultura que ameaça a sobrevivência de comunidades no litoral nordestino, sobretudo nos estados de Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe.

Desta maneira, percebemos que os conflitos afligem os povos e ocorrem devido à apropriação de seus territórios por múltiplos agentes. Sobre este fato, observamos que no município de Brejo Grande/SE os povos tradicionais pesqueiros que necessitam do acesso aos elementos da natureza e da constituição de seus territórios para o estabelecimento da soberania alimentar têm enfrentado dificuldades devido ao avanço de atividades econômicas fundamentadas na racionalidade empresarial. No próximo capítulo apresentaremos as dimensões históricas, social e econômica do município para compreender o contexto vivenciado por seus povos.

CAPÍTULO II

UM MERGULHO NO CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO E SOCIAL DE BREJO GRANDE/SE



As práticas que modelam o espaço e as que são desenvolvidas para utiliza-lo misturam estreitamente o ato, a representação e a fala. Elas visam ao mesmo tempo o ambiente material e o círculo social (Claval, 2014, p.22).

CAPÍTULO II - UM MERGULHO NO CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO E SOCIAL DE BREJO GRANDE/SE

Com este capítulo, o nosso objetivo é evidenciar as características da formação histórica, social e ambiental de Brejo Grande, demonstrando os processos de espacialização das atividades econômicas, desde a pecuária e a cana-de-açúcar nos séculos XVII à XIX, a rizicultura no século XX, e a carcinicultura no século Atual.

2.1 O desvelar das características históricas, sociais e econômica de Brejo Grande

A formação histórica e político-administrativa de Brejo Grande evidencia marcos temporais e identitários significativos, a começar pela toponímia, que passou por constantes mudanças e adaptações. De acordo com Deus; Silva; Barbosa (2019), os registros toponímicos são testemunhos históricos da vida social e sua análise nos permite resgatar os aspectos e identificar as particularidades da formação dos povos que habitam determinados territórios.

Os primeiros registros toponímicos estão datados no século XVI, quando as terras do município eram denominadas de Ilha da Paraúna, palavra de origem tupi, com significado associado a águas escuras ou turvas. É evidente, neste caso, a influência indígena na formação e ocupação inicial da região, pois, de acordo com Nunes (1989) nesse século as áreas entre o rio São Francisco e Rio Real eram ocupadas por tribos tupinambás.

Durante a colonização portuguesa, a Ilha da Paraúna pertenceu inicialmente à capitania hereditária de Pernambuco e, de acordo com a Carta Régia de 24 de outubro de 1534, essas terras foram transferidas para a Capitania da Baía de Todos os Santos, sendo integrada à Vila Nova em 1590, município denominado na atualidade como Neópolis (MENDONÇA; SILVA, 2009), (IBGE, 2018), pertencente a capitania de Sergipe Del Rey.

Os primeiros núcleos de povoação começaram a surgir somente no século XIX, em 1820, por influência da migração de portugueses (família Alves Tojal), de grupos familiares originários dos estados de Alagoas, Pernambuco e Ceará, e da família do Barão Bento de Melo Pereira (nascido em Vila Nova). Nesse período, a povoação foi batizada de Brejo Grande, mesmo nome atual, e se consolidou à margem direita do Rio São Francisco, em região próxima da foz do Rio São Francisco (MENDONÇA; SILVA, 2009).

A povoação de Brejo Grande foi emancipada politicamente aproximadamente 100 anos depois da sua formação, de acordo com a lei estadual nº929 de 02 de outubro de 1926, que o elevou à categoria de município, passando a se chamar São Francisco (IBGE, 2018), entretanto, a nova designação não se consolidou popularmente, pois, a identidade e o senso de

pertencimento continuavam associados ao nome anterior.

Em 1943, o município passou por outra mudança em relação ao seu nome oficial, com o Decreto-lei Estadual nº377 de 31 de dezembro, que instituiu o nome Parapitinga. Assim como o São Francisco, o toponímico Parapitinga não agradou a população, e nove anos depois:

[...] por divergências com relação à aceitação da nova toponímia, os poderes constituídos do estado, conforme ditava a lei Estadual nº554, de 6 de fevereiro de 1954, fazendo jus à história, outorgaram os munícipes adotar o topônimo Brejo Grande, como aconteceu no início do povoamento. (MENDONÇA; SILVA, 2009, p. 95)

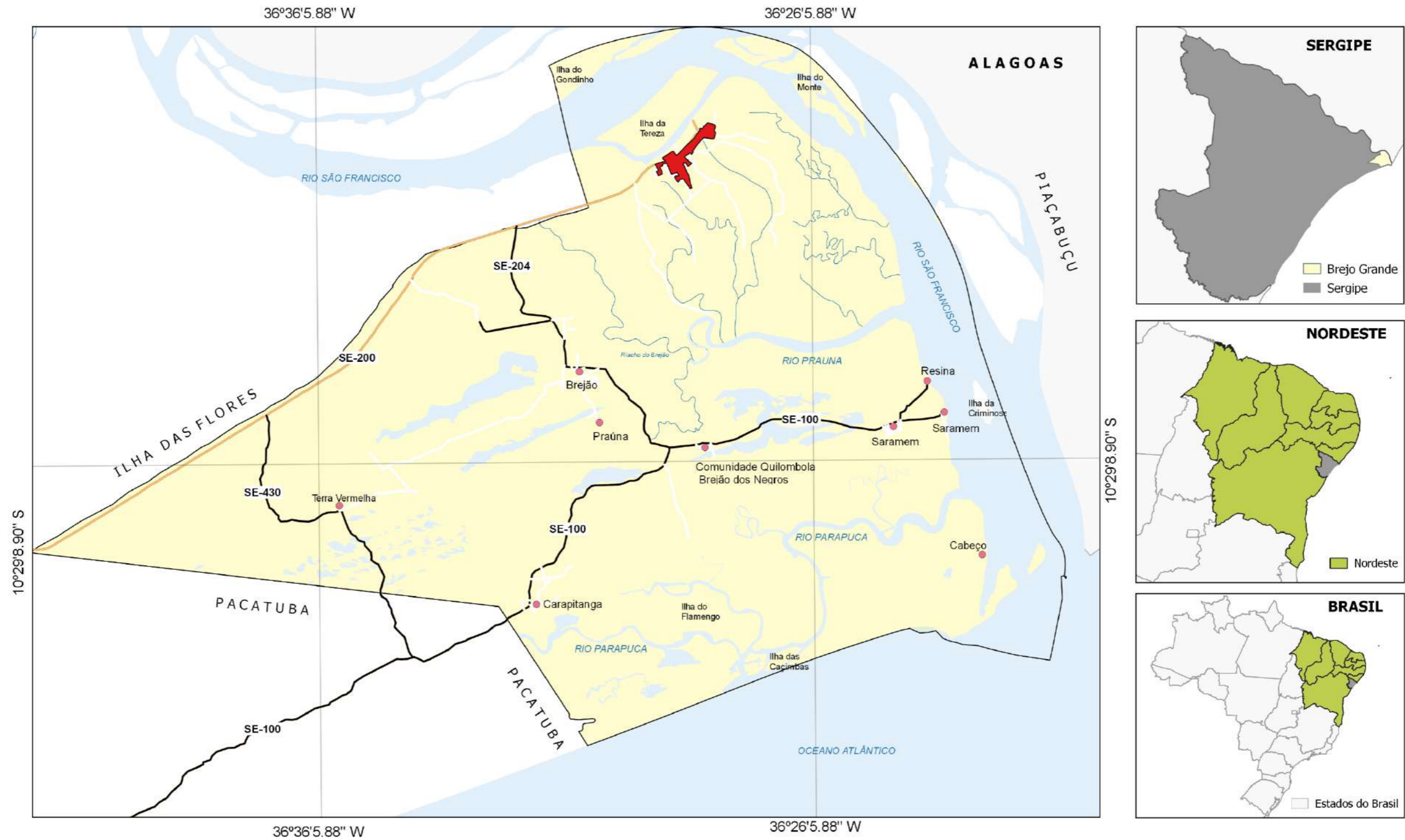
Desde 1954, o município passou a ser reconhecido oficialmente como Brejo Grande, situação evidenciando a importância de se respeitar as dimensões identitárias dos habitantes. Em Claval (2014) constatamos que a nomeação de lugares é uma ação que os impregnam de cultura e poder. Sendo assim, observamos que o toponímico “Brejo Grande” representa o poder e a legitimidade cultural e popular, diferentemente dos nomes antecessores, substanciados apenas pelos poderes executivos e legislativos do estado.

Atualmente o território municipal ocupa uma área de 149 km², é formado pela sede e mais outras 50 localidades, entre povoados, comunidades, vilas, ilhas e fazendas. Dentre os povoados destacam-se o Brejão, Carapitinga, Saramem, Resina, Paraúna e Terra Vermelha, os quais apresentam as maiores densidades populacionais.

No tocante aos dados de localização, Brejo Grande está situado na Região do Baixo São Francisco Sergipano, no extremo nordeste do estado de Sergipe, limita-se ao norte com o Rio São Francisco e o município de Piaçabuçu/AL, ao oeste com Ilha das Flores, ao sudoeste com Pacatuba/SE, e ao leste com o oceano Atlântico (figura 4). O interior do município é recortado por rodovias estaduais e estradas vicinais municipais, porém, as condições infraestruturais apresentam problemas que dificultam a locomoção entre os povoados e a sede municipal, sobretudo, durante a estação chuvosa, que ocorre entre os meses de maio a agosto.

A sede municipal distante 87 km da capital estadual Aracaju em linha reta, 144 km pelas rodovias SE-200 e BR-101 e 110 km pela SE-100. Apesar de o segundo percurso ser a ligação mais próxima entre as cidades, o primeiro é o mais utilizado, pois, mesmo com problemas em sua estrutura, apresenta maior fluidez.

Figura 4 – Localização de Brejo Grande/SE



Brejo Grande	Ruas e Estradas
Sede Municipal	Rodovia Não Pavimentada
Corpos Hídricos	Rodovia Pavimentada
Localidades	

CONVENÇÕES

1:70841

0 1 2 km

FONTE: Banco de dados geoespaciais ATLAS SRH 2016.
 DATUM: SIRGAS 2000 UTM 24S
 ORGANIZAÇÃO: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan da (2019)

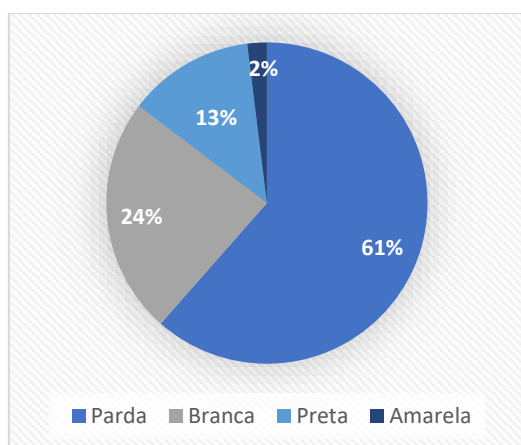
Fonte: Banco de Dados SRH, 2016.
 Elaboração: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan (2018)

Em relação às características populacionais com base no censo do IBGE (2010), Brejo Grande possuía uma população total de 7.742 habitantes, destes, 4.022 são moradores da zona urbana e 3.720 da zona rural, configurando uma densidade demográfica de 52,01 habitantes por km². De acordo com as estimativas e projeções do IBGE (2019), a população atual é de 8.309 habitantes, representando um crescimento populacional de 7,33% em nove anos.

Ainda com base no censo demográfico realizado pelo IBGE (2010), no tocante à autodeclaração racial e de cor (gráfico 1), 4.760 pessoas se declararam pardos, 1.844 brancos, 985 pretos, 152 amarelos e 1 indígena. Desta forma, a população negra (pardo + preto) totaliza 5.745 habitantes e representa um percentual de 74%.

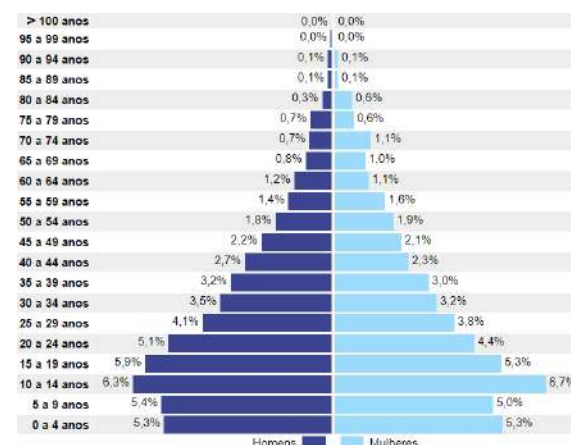
No tocante à estrutura etária (gráfico 2), verifica-se a predominância de população jovem entre 0 e 30 anos e reduzida população idosa.

Gráfico 1 – Percentual da população por cor em Brejo Grande, 2010



Fonte: Censo demográfico IBGE (2010)
Org.: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan (2019)

Gráfico 2 – Pirâmide etária de Brejo Grande, 2010



Fonte: Censo demográfico IBGE (2010)
Adp: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan (2019)

Ao analisarmos os dados apresentados no gráfico 1, é notória a presença expressiva da população preta no município, que, por vezes, estão silenciadas nas histórias oficiais, mas que desde o período colonial manteve importância na condução de atividades econômicas no município, sendo utilizada como mão de obra escrava para a atividade açucareira e posteriormente, mão de obra barata na condução da rizicultura.

Em relação às características etárias apresentadas no gráfico 2, observamos que Brejo Grande é composto predominantemente por população jovem, com idade de até 30 anos, o correspondente a 62,5% da população atual. A expectativa de vida é de 67,03 anos, considerada média pelo IPEA (2010). Porém, esse índice é menor que os parâmetros estaduais e nacionais, que no mesmo ano marcaram 71,84 e 73,84 anos respectivamente.

Com base nos dados do PNUD (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em Brejo Grande equivale a 0,54 e ocupa a 73ª posição entre os 75 municípios sergipanos, isto é, o terceiro menor índice do estado, esse valor é superior a apenas dos municípios de Poço Redondo e Riachão do Dantas. Assim, a pobreza e a vulnerabilidade socioambiental e econômica são problemáticas vivenciadas pelos munícipes. Entretanto, o IDH municipal tem apresentado crescimento, de 0,284 em 1991, para 0,377 em 2000 e 0,54 em 2010. Esse indicador reduzido está relacionado aos fatores como: precarização na oferta de serviços de saúde, educação e a minguada oferta de emprego e renda no mercado formal do município que, de acordo com o IBGE (2017), consegue absorver apenas 6,5% da população, com remuneração média de 1,8 salários mínimos.

Diante da vulnerabilidade social do município, os programas de transferência de renda como o bolsa família tem um papel fundamental para redução das desigualdades e, de acordo com a Controladoria-Geral da União, em 2019, foram assistidos 1.515 beneficiados, com um montante anual de R\$3.046.415,00, o correspondente a 18,3% da população total.

A elevada concentração de terras no território municipal contribui para a permanência da pobreza e do trabalho informal. Em termos numéricos sobre a distribuição de terras, os dados do censo agropecuário de 2017, evidencia 459 estabelecimentos agropecuários em Brejo Grande, que ocupam uma área total de 6.651 hectares, o correspondente a 44,6% do território municipal. Destes, os minifúndios com tamanho inferior a 20 hectares, apesar de serem maioria em números absolutos (385), ocupam apenas 25% da área ocupada por estabelecimentos agropecuários, enquanto os 11 maiores ocupam 34%, representando elevada concentração fundiária, conforme tabela 1.

Tabela 1 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários – Brejo Grande/SE, 2017

Grupo de área	Número de estabelecimentos agropecuários (unidades)		Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares)	
Total	459	100%	6.651	100%
Mais de 0 e menos de 20	385	83,9%	1.709	25%
De 20 a menos de 100	63	13,7%	2.647	39,8%
De 100 a menos de 200	7	1,5%	940	14,1%
De 200 a menos de 500	4	0,9%	X	X

Nota: X – Valor Inibido para não identificar o informante

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

Org.: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan da. 2019.

Em relação ao uso da terra, foram contabilizados 37 estabelecimentos produtores de lavoura temporária, com predominância dos cultivos de amendoim, arroz com casca (figura 5),

feijão, mandioca, melancia e milho. Enquanto isso, 269 estabelecimentos são responsáveis pela produção de lavouras permanentes, com destaque para o cultivo de banana, coco-da-baía e manga, que ocupam 4.250 hectares. Na tabela 2, apresentaremos dados registrados pela Produção Agrícola em 2018 sobre os principais cultivos nas lavouras permanente e temporária no município.

Tabela 2 – Produção agrícola municipal de Brejo Grande em 2018.

COLHEITA TEMPORÁRIA			COLHEITA PERMANENTE				
	Área Plantada (hectares)	Área colhida (hectares)	Quantidade produzida (tonelada)		Área Plantada (hectares)	Área colhida (hectares)	Quantidade produzida
Arroz	91	91	493	Coco-da-baía	2.080	2.080	4.576 (x1000 frutos)
Batata doce	1	1	8				
Feijão	2	2	1	Manga	38	38	204 (t)
Mandioca	13	13	169	Banana	8	8	136 (t)

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal. 2018.

Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan da. 2019

De acordo com os dados do censo agropecuário (2017), nas lavouras temporárias há o predomínio das pequenas propriedades e da produção agrícola familiar, com exceção do cultivo de arroz, que assim como os itens da colheita permanente, são cultivados nas médias e grandes propriedades.

Ainda com base nos dados apresentados na tabela 2, verificamos que a produção de alimentos em Brejo Grande é reduzida, uma vez que apenas 37 estabelecimentos são responsáveis pela produção de apenas quatro tipos de gêneros alimentícios. Este fato evidencia uma problemática social e estrutural vivenciada pelos povos no tocante à dificuldade de acesso a terras agriculturáveis e afeta negativamente a formação da soberania alimentar dos povos, uma vez que aumenta a dependência por alimentos produzidos em outros municípios.

Quanto à utilização das terras para a criação de animais, o censo constatou 1344 hectares destinados à pecuária (figura 5) e 891 hectares ocupados, 77 empreendimentos com atividades aquícolas, dentre os quais foram identificados quatro estabelecimentos com rebanho de asininos (4 cabeças), 1 com avestruz, 151 com rebanho de bovinos (3.529 cabeças), 1 com caprinos, 1 com criação de codornas, 123 com equinos, totalizando 375 cabeças, 51 estabelecimentos com galináceos (2000 cabeças), 21 com muare (34 cabeças), 9 com ovinos (121 cabeças), 6 com criação de patos, gansos e marrecos (113 cabeças), 3 com perus (27 cabeças) e 21 estabelecimentos agropecuários com criação de 189 cabeças de suínos.

Em relação à aquicultura, a Pesquisa da Pecuária Municipal de 2018, constatou a criação de cinco tipos de espécies de animais aquáticos, com predomínio do camarão com 537.301 kg, Tilápia (13.986 kg), Tambaqui (8.430 kg), Ostra, Vieiras e Mexilhões (1.980 kg) e o Curimatã

com produção estimada em 1.100 kg.

Apesar do predomínio de atividades econômicas no setor agropecuário, o território municipal de Brejo Grande também é composto por atividades industriais vinculadas à mineração, com destaque para a exploração de petróleo. A Petrobrás atua em terra firme com empreendimentos distribuídos no decorrer do município e após a descoberta da existência do óleo em águas profundas, a multinacional *ExxonMobi* deu início em 2019 ao processo de licenciamento para exploração do minério à 67 km da Costa de Brejo Grande. A expectativa é que a exploração gere *royalties* que irão incrementar o Produto Interno Bruto Municipal.

Figura 05 – Atividades econômicas em Brejo Grande/SE, 2019.



Fonte: Pesquisas de campo 26/04 e 30/09 de 2019
 Autoria: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan da (2019)

Conforme os dados do IBGE (2017), em relação à composição do PIB do município, a soma de todas as riquezas para o ano mencionado foi de 77.547,60 (x1000) e os setores que mais contribuíram para soma de todas as riquezas foram o de serviços públicos (52,2%) e agropecuária (23%), seguidos por serviços privados (19%), impostos (3%) e indústria (2,8%). O setor de serviços públicos é composto pela administração, saúde, educação, defesa e seguridade social, e nos serviços privados destacam-se as atividades comerciais.

O cenário econômico atual de Brejo Grande é precedido de um contexto histórico que desde o século XVII é marcado pela ascensão e o declínio de atividades econômicas que contribuíram para o desenvolvimento e sua formação territorial em múltiplos tempos. Com base em Vargas (1999), nas terras que hoje conhecemos como Região do Baixo São Francisco, a primeira atividade implementada, ainda no século XVII, foi a pecuária e, devido a sua expressividade, contribuiu para o surgimento das primeiras povoações como também para que o Rio São Francisco fosse conhecido como rio dos currais, pelo fato da atividade ocorrer no entorno de suas margens e o seu leito possibilitar o escoamento da produção.

Nos séculos seguintes, a pecuária migrou em direção aos sertões e a monocultura da

cana-de-açúcar tornou-se hegemônica na zona da mata. De acordo com Nascimento (2009), em meados de 1820, no século XIX, a cana já era desenvolvida de maneira extensiva nas terras de Brejo Grande e propiciou o surgimento de mais de 20 engenhos canavieiros entre os anos de 1815 e 1825. Nesse período, o município passou a receber a migração de povos africanos na condição de escravos para o trabalho na atividade canavieira.

Em 1854, Brejo Grande tinha o maior índice percentual de escravos do Baixo São Francisco, correspondente a 30% de sua população total. Em números absolutos, Figueiredo (1998) ressalta que no ano citado, a população total de Brejo Grande era de 1.835 habitantes. Destes, 556 eram escravos. Em relação à abolição da escravatura, Machado (1975) afirma que, mesmos livres, os povos escravizados de Brejo Grande e seus descendentes permaneceram morando nas terras dos engenhos durante décadas, até se integrarem totalmente à sociedade e conformar núcleos de povoações.

No século XX, o Baixo São Francisco Sergipano passou a se destacar pela produção do arroz. De acordo com Andrade (1963), o rio São Francisco sempre influenciou a vida econômica das cidades do seu baixo curso, as condições ambientais das proximidades com a foz possibilitaram o cultivo do arroz desde o século XIX, tornando-se a principal atividade econômica da região. Na Tabela 3 e gráficos 03 e 04, apresentaremos dados sobre a área plantada, colhida e quantidade produzida de arroz entre os anos de 1974-2018.

Tomando como recorte analítico de 1974 a 2018, é evidente na tabela 03 e gráficos 03 e 04, o percurso histórico da dimensão da produção e produtividade para as cinco últimas décadas, nas quais a rizicultura se configurou como a principal atividade econômica do município. Vargas (1999) afirma que a cultura do arroz ocorre nas várzeas que se formam desde a jusante de Propriá. Desta forma, é uma atividade completamente dependente do regime das águas do Rio São Francisco, diferentemente de outros tipos de culturas, que dependem do regime de chuvas para se desenvolverem.

Devido à relação ambiental existente entre o cultivo de arroz e às águas do São Francisco, a produtividade variava anualmente a depender das condições do rio. Na tabela 02 e gráficos 03 e 04, observa-se uma redução na produção entre os anos de 1976 e 1994, quando a vazão do rio São Francisco em seu baixo curso passa a ser controlada por barragens. Verifica-se uma diminuição brusca entre 1995 a 1997, em decorrência de grande seca sob influência do fenômeno climático *El Niño* no Nordeste. Observa-se ainda uma rápida recuperação na produção em 1998 e o declínio em 2011.

Tabela 3 – Dimensão produtiva da rizicultura em Brejo Grande – 1974-2018

ANO	DADOS DA PRODUÇÃO			ANO	DADOS DA PRODUÇÃO			ANO	DADOS DA PRODUÇÃO		
	Área Plantada (hectares)	Área colhida (hectares)	Quantidade produzida (tonelada)		Área Plantada (hectares)	Área colhida (hectares)	Quantidade produzida (tonelada)		Área Plantada (hectares)	Área colhida (hectares)	Quantidade produzida (tonelada)
1974	-	2.500	5.625	1989	1.740	1.700	5.100	2004	2.500	2.350	8.225
1975	-	2.600	5.772	1990	925	900	2.700	2005	2.500	2.450	8.575
1976	-	2.168	3.983	1991	1.100	1.100	3.081	2006	2.400	2.400	7.140
1977	-	2.168	3.686	1992	1.700	1.700	5.100	2007	2.400	2.400	8.400
1978	-	1.978	4.747	1993	1.300	1.300	4.160	2008	2.400	2.400	8.400
1979	-	2.198	6.056	1994	1.500	1.500	4.500	2009	2.400	2.400	7.140
1980	-	2.060	5.150	1995	800	800	2.240	2010	1.500	1.200	4.200
1981	-	2.100	3.881	1996	600	600	1.740	2011	900	900	3.564
1982	-	2.100	4.990	1997	420	420	1.260	2012	1.400	1.400	6.930
1983	-	2.100	3.150	1998	2.200	2.200	7.260	2013	1.400	1.400	8.085
1984	-	2.000	5.400	1999	2.700	2.660	8.778	2014	1.552	1.552	10.709
1985	-	2.000	5.300	2000	2.700	2.580	8.514	2015	2.258	1.637	7.626
1986	-	1.995	5.285	2001	2.600	2.560	8.448	2016	936	936	5.350
1987	-	1.960	5.194	2002	2.800	2.672	8.818	2017	108	108	513
1988	2.000	1.970	5.910	2003	2.500	2.300	7.820	2018	91	91	493

Fonte: Produção Agrícola Municipal 1974-2018
Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan da (2019)

Gráfico 3 – Área em hectares da produção de arroz com casca em Brejo Grande/SE 1974-2018

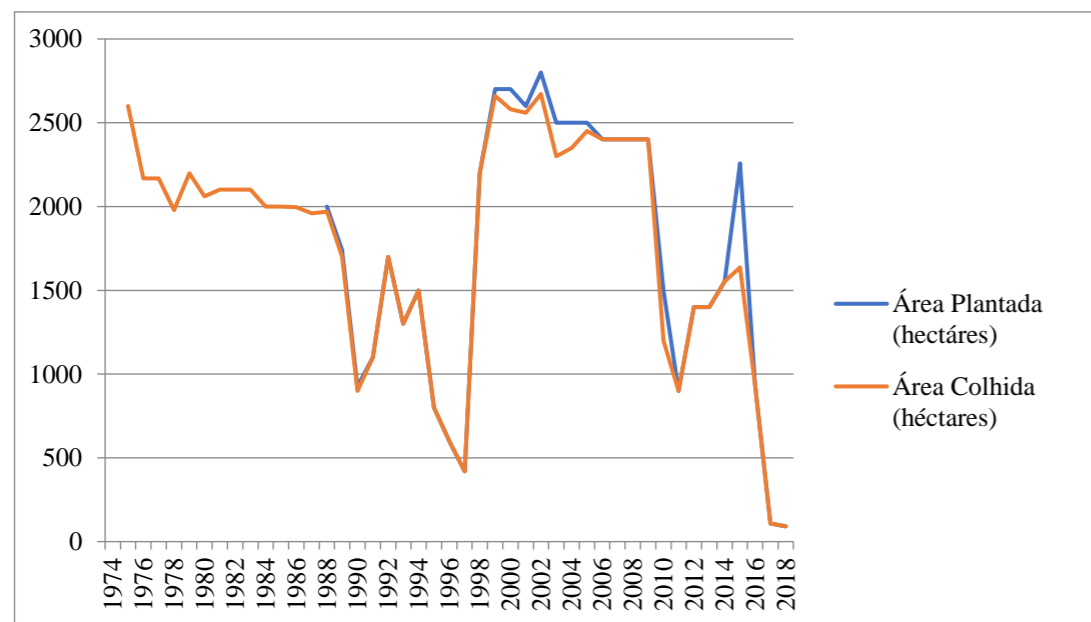
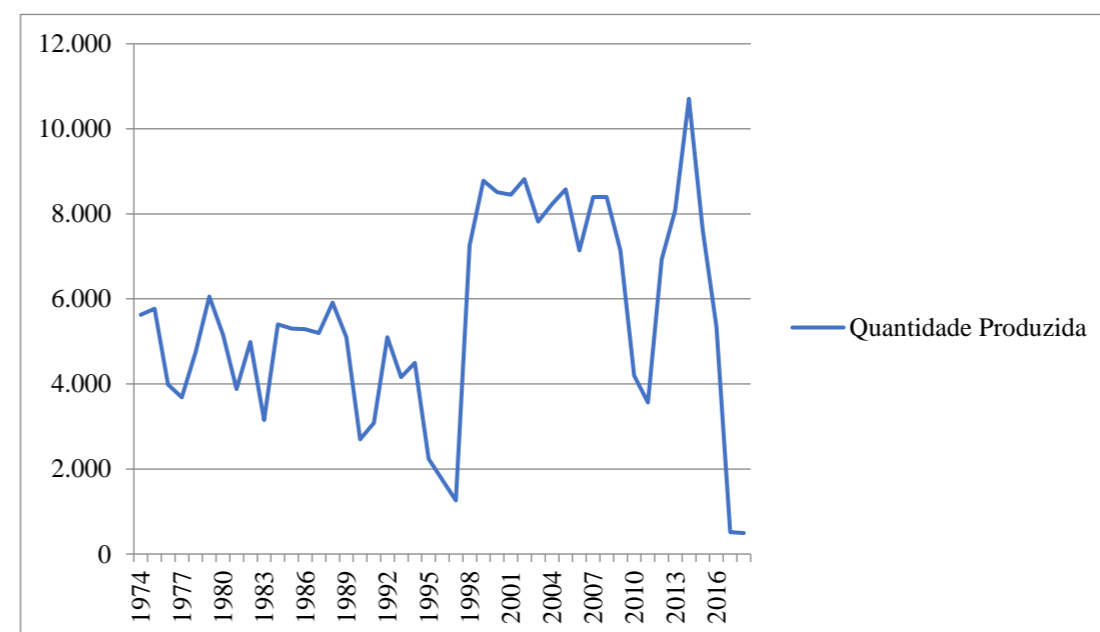


Gráfico 4 – Quantidade Produzida em Toneladas de Arroz com casca em Brejo Grande/SE



Fonte: Produção Agrícola Municipal 1974-2018
Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan da (2019)

Em 2011, a vazão do rio São Francisco foi submetida a um rigoroso controle na Barragem de Xingó, em decorrência de seca e para garantir a produção de energia. A vazão foi reduzida de maneira constante, ocasionou impactos socioambientais no Baixo São Francisco, como o avanço do mar no leito do rio e elevação da salinidade das águas. Sobre o assunto, Alves et al. (2017) salientam que “a elevação da salinização no canal do rio São Francisco, de seus afluentes e lagoas está inviabilizando a rizicultura” e tem impactado o cultivo desde 2011. Entretanto, os dados da produção de 2015, são marcados por investimentos elevados na ampliação de áreas cultivadas. Contudo, a área colhida foi 28,3% menor, o que evidencia a maior redução de produtividade desde 1989, situação que refletiu no endividamento dos produtores e resultou no desinvestimento e declínio da atividade nos anos posteriores.

O declínio da rizicultura afetou diretamente a soberania alimentar dos povos brejo-grandenses, pois, além da redução da autonomia e capacidade produtiva do gênero alimentício, os sujeitos estão vivenciando, mudanças nos hábitos alimentares, evidenciada por meio da diminuição e erradicação de alimentos derivados do arroz local, como o cuscuz, doces e bolos, e aumento da dependência por arroz industrializado produzido em outras regiões do país.

Nos últimos cinco anos apresentados na tabela 2 e gráficos 3 e 4, a quantidade produzida reduziu em 95,4% e a área plantada ocorreu um decréscimo de 96%. Além dos hábitos alimentares, o declínio da rizicultura (gráfico 4) afetou diretamente a economia do município, pois, era a atividade agropecuária que prioritariamente absorvia mão de obra. Devido a este fato, setores da sociedade brejo-grandense passaram a pensar alternativas e estratégias para recuperação da sua economia. Neste contexto, a carcinicultura tomou evidência e se tornou a nova orientação econômica do município.

2.2 Espacialização geográfica da carcinicultura em Brejo Grande

Em Brejo Grande, a carcinicultura foi inserida no estuário do Rio São Francisco no início dos anos 2000, no entorno do povoado Carapitanga, nos sítios: Gato Preto, Carapitanga e na Ilha do Cajueiro (CODISE, 2004). Essas localidades já desenvolviam a aquicultura com a criação de peixes e, motivados pela rentabilidade econômica do camarão, adaptaram os seus cultivos para a criação de camarão.

A carcinicultura neste primeiro momento não exercia protagonismo econômico em Brejo Grande, pois, a rizicultura era a atividade econômica central e concentrava os investimentos e incentivos públicos. A criação de camarão se expandiu somente na divisa com o município de Pacatuba que na época estava consolidando um polo de produção com 14

empreendimentos entre os povoados Guaratuba e Pontas dos Mangues, tornando-se o maior produtor do estuário.

A rizicultura brejo-grandense enfrentou sua primeira crise do século XXI entre os anos de 2009 e 2011, que resultou numa redução de aproximadamente 42,6% da produção, devido a alterações das condições ambientais do Rio São Francisco, endividamento dos produtores e ataques de pragas que contaminaram os estoques do grão. Nesse período, a carcinicultura sergipana batia recorde de produção, de acordo com os dados do Censo da Carcinicultura Nacional de 2011, o estado produziu 2.973 toneladas.

Com essa produção em alta em todo o estado e devido às condições ambientais favoráveis ao desenvolvimento do cultivo de camarão no município, os produtores de arroz passaram a investir nessa atividade. Inicialmente com o redimensionamento e transformação das lagoas de arroz para tanques de criação do camarão.

As semelhanças entre os dois tipos de produção ocorrem porque ambos os sistemas necessitam de superfície inundada e de infraestruturas que delimitam os tanques/lagoas e asseguram o confinamento da água, além de instrumentos que viabilizam o bombeamento de águas fluviais para o interior do empreendimento e de um sistema de escoamento dos corpos hídricos de dentro para fora do tanque. Diante das semelhanças, os produtores de arroz se adaptaram às técnicas de transformação das lagoas de arroz para tanques de camarão.

A inserção dos rizicultores na carcinicultura ocorreu de maneira gradativa. No momento da crise, muitos deles continuaram os investimentos na rizicultura que voltou a crescer até o ano de 2014. Contudo, em 2015 uma nova crise se instala e culminou na perda de 621 hectares de áreas plantadas, em decorrência do aumento da salinidade das águas fluviais e da não adaptabilidade do arroz às novas condições ambientais, situação que inviabilizou o desenvolvimento da atividade. Entre os anos 2014 a 2018 a produção da rizicultura reduziu 95,4%, sendo praticamente erradicada da economia municipal. Com base nos dados do último censo agropecuário, em 2017, somente 7 estabelecimentos agropecuários dedicam a produção de arroz.

Concomitante ao declínio da rizicultura, a carcinicultura apresentava resultados satisfatórios, com retornos financeiros e econômicos mais rentáveis que a produção de arroz, motivando os rizicultores a aderirem à atividade, que rapidamente se expandiu na área anteriormente destinada ao cultivo do arroz. Além disso, o estado e o município ao identificar as problemáticas de ordem econômica social e ambiental e ao pensar em alternativas para promover novamente o crescimento econômico, apostaram na carcinicultura e criaram políticas de incentivo.

Diante desse cenário político, econômico, social e ambiental favoráveis, a carcinicultura se tornou a atividade econômica mais rentável para o município e se expandiu de forma rápida, descontrolada e irregular, uma vez que não houve acompanhamento técnico, fiscalização e nem licenciamento dos órgãos de desenvolvimento econômico e ambiental do estado nos primeiros anos. Em Brejo Grande, a atividade se espacializou em duas principais áreas: nos cultivos agrícolas da rizicultura e nas áreas de manguezais do sistema estuarino-lagunar do Rio São Francisco. A adaptação da atividade no território municipal foi eficaz e, em 2013, foram produzidas 735 toneladas, possibilitando a Brejo Grande o título de maior produtor de Sergipe naquele ano.

A alta rentabilidade do cultivo de camarão é decorrente do maior número de ciclos produtivos anuais, facilidades na comercialização da produção e do preço de mercado atrativo. Diferentemente, como indica o relato 1, o arroz levava um tempo maior de produção e culminava na menor quantidade de ciclos/colheitas anuais. Além disso, enfrentava dificuldades na comercialização devido à concorrência com o arroz da indústria nacional, que conseguia ser mais barato e competitivo.

O arroz levava cinco meses para produzir, ou seja, o lucro só vinha duas vezes no ano, e o camarão leva três meses, e às vezes menos, e no ano a gente chega a tirar de quatro a cinco vezes. O camarão é mais fácil de trabalhar porque antes de completar o ciclo ele já tem comprador certo, e com o arroz, a gente tinha que está lutando pra vender depois de colhido, aí todo mundo passou a criar camarão (Relato 1, Carcinicultor de Brejo Grande, 2019).

Entre 2016 a 2017, a demanda comercial pelo camarão cultivado em Brejo Grande aumentou consideravelmente, após a proliferação da doença da mancha branca inviabilizar a produção dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Os atravessadores buscaram novos mercados e a produção sergipana tornou-se mais competitiva e conquistou espaço. De acordo com os carcinicultores de Brejo Grande, o preço do quilo do camarão galgou de R\$ 20 para R\$50, aumentando a lucratividade dos produtores.

O despreparo dos produtores e a falta de assistência técnica contribuíram para que em 2017, fossem registradas as primeiras ocorrências de doenças nos viveiros de Brejo Grande. Alguns carcinicultores chegaram a ter sucessivas perdas durante o ano e desistiram de produzir camarão, “as perdas chegaram a ser piores que as do arroz, porque o arroz você colocava e tinha a certeza que ia tirar alguma coisa, o camarão a gente joga nos viveiros, mas não sabe se tira” (Relato 2, Carcinicultor de Brejo Grande). Na figura 6, apresentamos as duas principais enfermidades encontradas em Brejo Grande.

Figura 6 – Doenças comuns nos viveiros de Brejo Grande



Fonte: GAA – Global Aquaculture Society, s. d.; Arquivo Pessoal de Carcinicultor Brejo Grande (2017).

Conforme podemos observar na figura 6, a síndrome da mancha branca causa pequenos pontos de calcificação no corpo do camarão, e quando infectado perde o seu valor comercial. Em relação à Mionecrose Infecciosa, no músculo do camarão inicia um processo de necrose, que causa mortandade e reduz a densidade dos viveiros (NUNES; MARTINS; GESTEIRA, 2004). Em 2018, a doença passou a ser melhor controlada, o que possibilitou crescimento e novos avanços na cadeia produtiva.

O avanço descontrolado da carcinicultura fez emergir crimes ambientais praticados pelos carcinicultores por não respeitarem as legislações federais e provocarem mudanças ambientais drásticas, como desmatamento de áreas de manguezais, mudanças e adequações de cursos de rios, além de conflitos territoriais provocados pela inserção de novas formas de uso e apropriação dos recursos naturais. Essa nova realidade socioambiental tem sido constantemente denunciada para órgãos de fiscalização federais e estaduais.

Em 2017, foram intensificadas as fiscalizações do Ministério Público Federal nas áreas de criação de camarão em cativeiro no Baixo São Francisco. Em uma das ações, a Equipe de Aquicultura da Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) embargou 18 e notificou 45 empreendimentos na região por irregularidades que afetavam o meio ambiente e dificultavam a sobrevivência dos pescadores e marisqueiras. De acordo com o MPF (2017), as notificações e os atos de infração renderam multas aos produtores. Sobre os valores, o carcinicultores afirmaram que alguns colegas receberam multas que variaram de 10 à 300 mil, “foi aplicada uma multa de 300 mil a um pequeno produtor, mas se você ver o que ele fez no riacho, você vai achar pouco” (Relato 3, Carcinicultor de Brejo Grande, 2019). Especificamente neste caso,

o produtor alterou drasticamente as características naturais de um riacho, dragou o seu leito e desviou o canal para dentro de sua propriedade.

Os crimes ambientais relacionados à prática irregular da carcinicultura era uma realidade não somente do município de Brejo Grande, mas, em várias partes do estado de Sergipe, evidenciando a necessidade da criação da política estadual da carcinicultura sob forma da lei estadual nº 8327 de 04 de dezembro, conhecida como lei Itamar Rocha¹⁵.

A lei representa um marco regulatório da carcinicultura no estado, ao reconhecê-la enquanto importante para o interesse econômico e social e por estabelecer as condições para o seu desenvolvimento na zona costeira, como a necessidade de licenciamento ambiental, acompanhamento técnico de engenheiro de pesca credenciado e respeito às políticas nacionais de Meio Ambiente¹⁶, Código florestal¹⁷ e Recursos Hídricos¹⁸.

Em Brejo Grande, mesmo após a lei entrar em vigor no ano de 2017, os crimes ambientais e as problemáticas sociais não cessaram e as ações do Ministério Público continuam atuantes. Em 2019, após fiscalização da ADEMA que constatou irregularidades em cinco empreendimentos, o MPF processou os proprietários por destruir Áreas de Preservação Permanente (APP) e atuarem sem licenciamento ambiental (MPF, 2019). Essas ações evidenciam que a carcinicultura atualmente continua a se expandir de maneira irregular, mas com o controle e fiscalização mais atuante.

No que se refere às características gerais da carcinicultura em Brejo Grande, o modelo de produção utilizado é o semi-intensivo e necessita da troca constante de água de fontes naturais como rios, riachos e lagoas das planícies de inundação. Os viveiros que se localizam distante dos cursos d'água, necessitam de contato direto com os cursos fluviais. Deste modo, os produtores constroem pequenos canais artificiais para que a água desses ambientes se desloque por gravidade, até os tanques. O nível desses canais é propositalmente mais baixo que os tanques e, por esse motivo, a capacitação de água deve ser realizada através de um sistema de bombeamento, conforme observamos na figura 7. Além disso, o nível mais baixo do canal facilita o escoamento e o lançamento de efluentes durante o final do ciclo, quando o camarão é pescado.

¹⁵ Em homenagem ao Presidente da Associação brasileira dos criadores de camarão (ABCCAM)

¹⁶ Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981

¹⁷ Nº 12.651, de 25 de maio de 2012

¹⁸ Nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997

Figura 7 - Sistema de Abastecimento de água dos viveiros por bombeamento



Fonte: Pesquisa de Campo Outubro de 2019.
 Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan (2019)

Os tanques apresentados na figura 6 foram construídos numa área antes destinada ao cultivo de arroz, sendo adaptados para a criação de camarão. A água que abastece os viveiros têm origem nos canais fluviais, entretanto, foi necessário a construção de um canal artificial para viabilizar a sua utilização e garantir o funcionamento da carcinicultura. O mesmo canal é utilizado para o escoamento da água do tanque no final do ciclo, momento em que são esvaziados para que ocorra a despesca do camarão.

Na figura 8 visualizamos a estrutura do sistema de esvaziamento da água confinada nos tanques, denominado de Porta D'água, que é uma barreira que funciona com lógica semelhante à de uma comporta que, quando aberta, a água segue por gravidade, aos canais artificiais e naturais.

Figura 8 – Sistema para esvaziamento das águas dos viveiros por gravidade



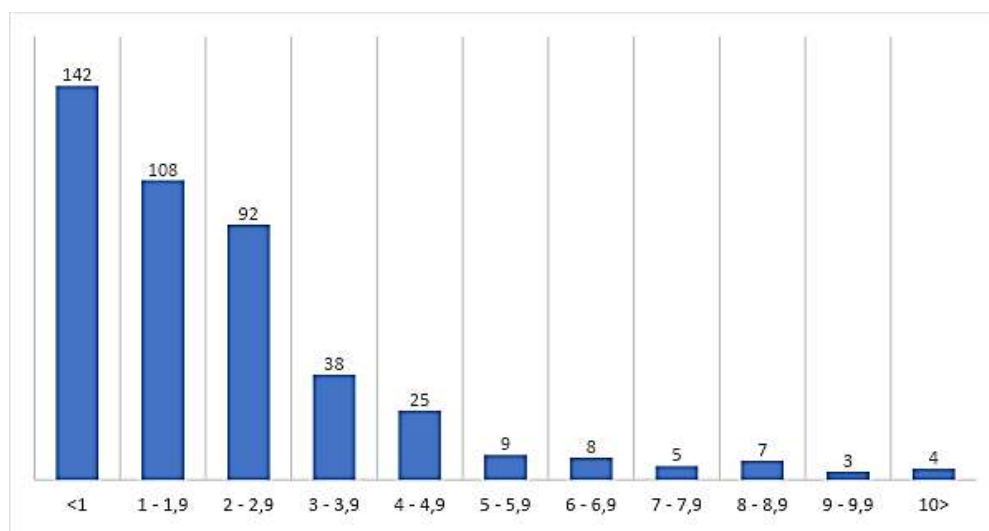
Fonte: Pesquisa de Campo Outubro de 2019.
 Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan (2019)

É na Porta D'água que se realiza a pesca do camarão, pois, ao abrir a comporta, toda a água do viveiro é drenada para essa estrutura e com ela vem junto os camarões, que são capturados por meio das redes de pesca. Essa é uma atividade que só pode ser desenvolvida na maré baixa, porque essa condição garante o completo esvaziamento do viveiro, uma vez que na maré cheia, corre-se o risco de o canal fluvial transbordar ao receber a água adicional dos tanques.

Com o objetivo de dimensionar o quantitativo de viveiros de criação de camarão em Brejo Grande, desenvolvemos uma análise de imagem de satélite disponibilizada pelo Google satélite, datada em 2019. Esta ação culminou na criação de um banco de dados com a identificação, georeferenciamento e particularidades de cada um dos viveiros instalados.

Tomando como base o banco de dados decorrente da ação metodológica apresentada, verificamos a existência de 440 tanques de carcinicultura no município, distribuídos ao longo das margens do rio Parapuca, rio da Paraúna, rio São Francisco e pequenos riachos que compõem a bacia, mas que são estratégicos para o fornecimento e escoamento das águas utilizadas nos viveiros. Os tanques ocupam uma área de 953,65 hectares, o que corresponde 9,536 km² destinados à carcinicultura. O tamanho médio dos viveiros equivale a 2,16 hectares, o menor viveiro identificado tem 0,1 e o maior 11,4 hectares. No Gráfico 5, observamos o número total de viveiros distribuídos por tamanho em hectares.

Gráfico 5 – Tanques de carcinicultura distribuídos por tamanho em hectare em Brejo Grande, 2019



Fonte: Análise de imagens do Google Satélite, 2019
 Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan da (2019)

No gráfico 5 observamos que a distribuição do número de tanques por área em hectare evidencia uma concentração fundiária entre as unidades de produção. Em termos numéricos, sobre a distribuição de terras entre os empreendimentos da carcinicultura, observamos na tabela

4 que dos 440 tanques identificados, 342 (77,7%) são menores que 3 hectares e desenvolvem uma produção em pequena escala, enquanto 98 (22.3%) estabelecem produção de média e grande escala. Apesar do predomínio dos pequenos produtores, a área ocupada por eles são de apenas 46,3 %, enquanto os médios e grandes utilizam 53,7% dos 953,65 hectares destinados à atividade econômica citada. Tais dados evidenciam a concentração fundiária e o predomínio da produção em grande escala.

Tabela 4 – Número e área dos tanques de aquicultura – Brejo Grande/SE, 2019

Grupo de área	Número de viveiros (unidades)		Área dos viveiros (hectares)	
Total	440	100%	953,65	100%
Mais de 0 e menos de 3	342	77,7%	442	46,35%
De 3 a menos de 7	80	18,2%	336,21	35,26%
De 7 a menos a menos de 12	18	4,1%	175,44	18,39%

Fonte: Análise de imagens do Google satélite. 2019.

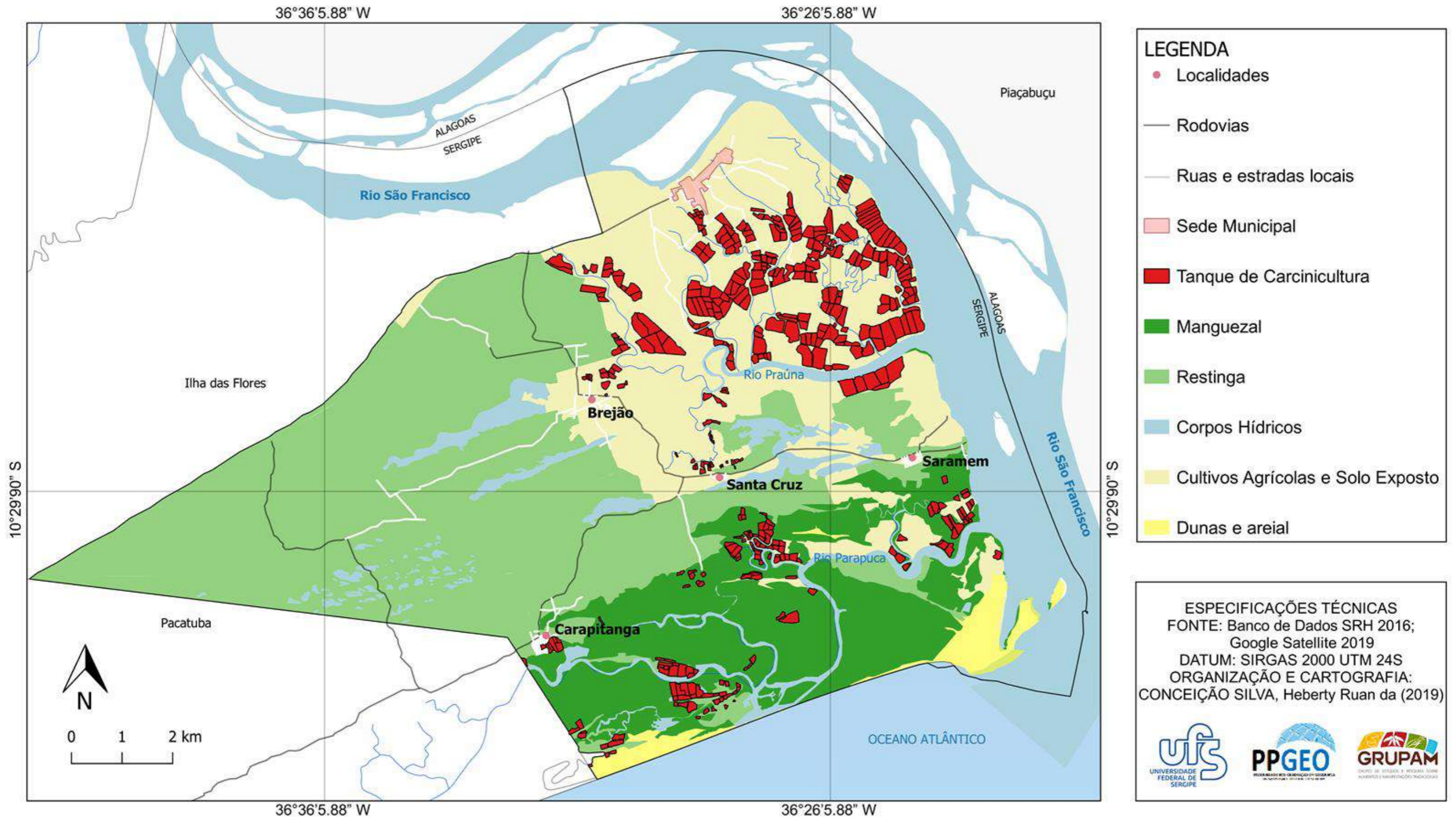
Org.: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan da. 2019.

Em relação ao perfil dos produtores de camarão, os grandes e médios produtores são formados por dois grandes grupos: o primeiro referem-se aos herdeiros das terras que antes eram destinadas à produção de arroz, cana-de-açúcar e pecuária. O segundo são os investidores nacionais e internacionais (equatorianos) que adquiriram as terras para produção. Os pequenos produtores são os proprietários de minifúndios e residem no próprio município, tanto na sede como nos povoados. Os médios e pequenos produtores, que não possuíam terras propícias para a carcinicultura, ocuparam as áreas de manguezais e apicum do Sistema estuarino-lagunar do Rio São Francisco e instalaram as suas unidades produtivas.

Os maiores produtores de camarão estão especializados e se concentram na porção nordeste do município, entre as margens do Rio da Praúna e a Sede Municipal (figura 9). Este espaço é composto por grandes e médias propriedades rurais, antes consolidadas pela rizicultura, mas, atualmente apresentam a maior capacidade produtiva da carcinicultura. Em relação aos pequenos e médios produtores estão localizados no entorno das margens do Rio Parapuca, em manguezais e apicuns¹⁹ (figura 9). Ou seja, em áreas que deveriam estar excluídas desse tipo de exploração econômica, devido à fragilidade ambiental.

¹⁹ De acordo com Schaeffer-Novelli (1999, p.9) o Apicum é a “zona de transição geralmente arenosa, ensolarada, desprovida de cobertura vegetal ou abrigando uma vegetação herbácea. Aparente desprovida de fauna, ou seja, praticamente um deserto, apesar de está cercada por um ecossistema pululante de vida – o manguezal (Nascimento, 1993)”

Figura 9 – Cobertura e Uso da Terra pela carcinicultura no município de Brejo Grande/SE, 2019



Fonte: Banco de dados geospaciais Atlas SRH 2016; Google Satellite (2019)
 Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan da (2019)

Observa-se ainda, que os tanques de carcinicultura estão situados no entorno das comunidades tradicionais. Em Brejão, Carapitanga e Santa Cruz, tanques de pequeno porte já compõem a paisagem e interferem na dinâmica de vida e nas realidades geográficas dos povos.

Para além da carcinicultura, outra atividade econômica estratégica no município é a atividade pesqueira tradicional, apresentaremos mais detalhes no próximo item.

2.3 A atividade pesqueira tradicional: importância econômica e social

Ao debruçarmos sobre a história econômica em Brejo Grande, observamos que diversas atividades foram introduzidas no município desde o século XVII, como a pecuária, cana-de-açúcar, rizicultura e, mais recente, a carcinicultura. O ciclo de cada uma das atividades foi marcado por momentos de sucesso e expansão geográfica, seguidos pelo declínio e substituição por outra atividade.

A tradicional atividade pesqueira mostrou-se resistente ao tempo, sendo realizada inicialmente pelas tribos tupinambás que habitavam essas terras e, atualmente, permanece como a principal estratégia de reprodução social das famílias brejo-grandenses. A viabilidade e permanência no tempo e no espaço está relacionada aos aspectos físicos do município, caracterizado pela presença de corpos hídricos de pequenas, médias e grandes dimensões. Os rios, riachos, lagoas e mares delimitam e recobrem parte do município, contribuindo para que os sujeitos que habitam esses territórios, constituam territorialidades baseadas na pesca, extrativismo e coleta de alimentos nesses ambientes.

Na atualidade, a pescador artesanal é uma profissão reconhecida na Instrução Normativa do Ministério da Pesca e Aquicultura nº 6 de 29 de junho de 2012, definido como aquele que exerce profissionalmente a atividade de maneira autônoma e familiar e utiliza meios de produção próprios, podendo atuar com o auxílio de pequenas embarcações ou de maneira desembarcada (sem uso de embarcações).

Em Brejo Grande, os pescadores profissionais artesanais estão registrados profissionalmente em duas principais colônias: a Z-7 de Neópolis e a Z-16 do próprio município. De acordo com Leitão; Lima; Furtado (2009), a colônia cumpre função semelhante ao sindicato, e a filiações garante benefícios como o direito à aposentadoria, seguro por acidente, auxílio doença, pensão por morte, auxílio-reclusão, e também o seguro-defeso.

Com base na Lei 10.779 de 25 de novembro de 2003, o seguro-defeso refere-se à concessão dos benefícios do seguro desemprego ao pescador profissional durante o período do defeso e reprodução das espécies, como o caranguejo-uçá e o camarão.

Desde 2015, o número de pescadores beneficiados pelo seguro-defeso tem diminuído, passando de 1.556 no ano citado para 1.164 beneficiados no ano de 2019 (tabela 5). A diminuição é resultado de fatores como o cancelamento de registros profissionais e aumento da burocratização nos processos de requisição do benefício por parte dos segurados nas colônias de pescadores e nos postos de atendimento do INSS. Nesse caso, a quantidade de pescadores no município supera o número de beneficiários.

Tabela 5 – Pescadores artesanais beneficiados pelo seguro defeso em Brejo Grande

ANO	NÚMERO DE BENEFICIADOS	VALOR TOTAL (R\$)
2015	1.556	3.996.944
2016	1.583	4.056.041
2017	1.499	4.998.101
2018	1.409	4.592.984
2019	1.164	3.859.889

Fonte: Controladoria-Geral da União 2015-2019
 Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan da (2019)

Com base nos dados da Controladoria-Geral da União, organizados na tabela 4, observamos que o benefício insere na economia municipal o montante aproximado de 4 milhões de reais anualmente. De acordo com os sujeitos entrevistados, o dinheiro do defeso é destinado excepcionalmente para compra de alimentos e pagamento das dívidas familiares, e auxilia na compra de remédios e tratamento de doenças.

Em relação aos dados estatísticos elaborados por Souza et al. (2012; 2013), os principais recursos pesqueiros do município têm origem com o trabalho desenvolvido nos ambientes estuarinos, nos rios São Francisco, Parapuca e nos manguezais. Conforme observamos na Tabela 6, o caranguejo foi o principal produto coletado, evidenciando o protagonismo das práticas produtivas desenvolvidas pelas marisqueiras e pescadores nas áreas de manguezal. Analisamos ainda, que 7 dos 10 principais recursos pesqueiros são espécies de peixes, fígados nas águas dos rios e mar.

Tabela 6 – Dez maiores recursos pesqueiros de Brejo Grande – 2010/2011

2010			2011		
Recurso Pesqueiro	Total (KG)	(%)	Recurso Pesqueiro	Total (KG)	(%)
Caranguejo	40.329,77	20	Caranguejo	57.085,7	25,4
Pilombeta	29.091,26	15	Pilombeta	29.142,1	13
Ostra	20.411,05	10	Xaréu	18.305,6	8,1
Camurim	14.136,79	7	Ostra	14.527,0	6,5
Sururu	11.642,4	6	Camurim	13.064,3	5,8
Camarão água doce	11.417,96	6	Sururu	9.897,5	4,4
Outros	8.530,91	4	Guaiaumum	9.239,5	4,1

Bagre	8.084,76	4	Carapeba	9.056,3	4
Xaréu	7.011,74	3	Bagre Amarelo	7.925,0	3,5
Tainha	6.786,07	3	Tainha	7.603,6	3,4

Fonte: Estatística Pesqueira da Costa do Estado de Sergipe e Extremo Norte da Bahia 2010/2011²⁰
 Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan. 2020.

Entretanto, a realidade atual dos produtos pesqueiros originários tem apresentado mudanças significativas, pois, constatamos em pesquisas de campo em Carapitanga, Santa Cruz e Saramem o desaparecimento de algumas espécies como a Pilombeta e o camarão de água doce, e a redução de outras como o sururu, bagre, e o próprio caranguejo, devido às alterações das condições ambientais nos elementos da natureza do município.

Ainda de acordo com os dados da estatística pesqueira, em 2010, o porto do povoado Carapitanga foi o maior responsável pela descarga dos produtos pesqueiros municipais, o correspondente a 46%, seguido por Saramem 33% e a sede municipal com 20%, gerando uma receita anual de R\$ 1, 2 milhões neste ano, e 1,7 milhões em 2011 (SOUZA ET AL., 2012; 2013).

Apesar dos valores das receitas anuais parecerem elevados, ao serem divididos por doze meses, e para mais de mil pescadores profissionais artesanais, a renda *per capita* cai para aproximadamente R\$ 100 reais mensais. Os critérios para a captação dos dados da pesquisa estatística consideraram as amostras dos quatro principais portos do município e dos maiores produtores, logo, os dados da produção e da receita tendem a ser maior que o apresentado.

Cientes da importância econômica e social da pesca artesanal para os pescadores e marisqueiras, coadunamos com a reflexão de Diegues (2007), quando afirma que a atividade pesqueira, para além da sua representatividade econômica, desempenha um papel fundamental na conformação simbólica dos modos de vida da população.

Ao concordar com o pensamento de Diegues (2007), apresentaremos no próximo capítulo, a dimensão territorial, simbólica e identitária dos povos tradicionais pesqueiros de Carapitanga, Santa Cruz e Saramem com os elementos da natureza e as suas outras formas de organização social e econômica.

²⁰ A estatística pesqueira só foi realizada no ano de 2010 e 2011, sendo publicadas dois anos depois 2012 e 2013. Nos anos posteriores não foi realizada a coleta de novos dados.

CAPÍTULO III

POVOS TRADICIONAIS BREJO-GRANDENSES: TERRITORIALIDADES E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL



O espaço modela a vida humana de uma maneira complexa e diversa. Cada um tem de desenvolver conhecimentos múltiplos para se orientar, explorar o meio ambiente, inserir-se no tecido social. A sua experiência espacial forja, pelo menos em parte, a sua identidade, e contribui para dar um sentido à sua vida. (CLAVAL, 2011, p. 83)

CAPÍTULO III - POVOS TRADICIONAIS BREJO-GRANDENSES: TERRITORIALIDADES E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Neste capítulo, temos o objetivo de apreender as territorialidades das comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande. Ao reconhecer a complexidade da dimensão humana do município, analisaremos os seus territórios apresentando as características visíveis no espaço e principalmente, vislumbrando as suas relações abstratas, subjetivas e intangíveis, pois de acordo com Almeida (2013):

Estamos cada vez mais em um ambiente espacial de intangibilidade e invisibilidade. O poder é cada vez mais invisível, menos identificável, por ter se deslocado de atores e protagonistas visíveis para grupos e conglomerados sem uma localização precisa. A invisibilidade é o resultado de um processo complexo no qual confluem a mobilidade, a volatilidade, as fusões, a multiplicação das realidades inéditas, as alianças insólitas (ALMEIDA, 2013, p.45).

Em relação às reflexões apresentadas, consideramos que as relações intangíveis são indissociáveis do território, e representam a complexidade das realidades vivenciadas. Assim, é um equívoco desenvolver a análise territorial negligenciando as relações abstratas, que segundo Haesbaert (2016) é um erro comumente cometido quando se utiliza o termo território para destacar apenas a base material de certo fenômeno.

Em meio as relações intangíveis do território destacam-se as relações simbólicas e culturais, aos quais os sujeitos constituem as fontes de significados e os sentidos de ser, estar e pertencer a um mundo. Sobre este fato, Bonnemaïson (2002, p.97) complementa que “toda cultura se encarna, para além de um discurso, em uma forma de territorialidade. Não existe etnia ou grupo cultural que, de uma maneira ou de outra, não tenha se investido física ou culturalmente num território”. Assim, é evidente que os povos e suas relações culturais são compostas de territorialidades que se associa a proteção, aconchego, sobrevivência e reprodução sociocultural.

As territorialidades dos povos tradicionais do município de Brejo Grande são compostas pela complexidade de suas relações intangíveis que evidenciam na constituição cultural, as subjetividades e as intersubjetividades associadas as crenças, imaginários, mitos, ritos, representações, simbolismos, experiências e saberes associados aos seus modos de vida nos seus territórios.

Entretanto, existem culturas e etnias que tem territorialidades, mas não conseguem efetivar o seu território. Segundo Haesbaert (2016), isso ocorre porque a formação da territorialidade não exige a existência efetiva de um território, e pode estar associada a um

território que ainda não foi adquirido.

Essa realidade já foi vivenciada pelo povo do quilombo Santa Cruz, em Brejo Grande, que no seu processo de formação histórica, a constituição das territorialidades antecedeu a conquista e a efetivação do território. No debate das territorialidades Raffestin (1993 p. 158) nos lembra que “Os homens “vivem” ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas”. Nos territórios tradicionais pesqueiros de Brejo Grande os sujeitos delineiam as suas territorialidades com base nas relações existenciais e de reprodução social atrelada as práticas produtivas desenvolvidas no meio, que embasam a dimensão identitária e cultural.

Para Bonnemaison (2002) as territorialidades devem ser interpretadas com base nas relações sociais e culturais que os grupos humanos mantêm com os espaços e lugares na constituição do seu território do que pela apropriação biológica e fronteira. Desta forma, compreendemos que as territorialidades aqui estudadas são fenômenos que se estabelecem de forma intersubjetiva e que pode se materializar nos espaços de vivência.

3.1 Povos de Brejo Grande: similitudes e singularidades ambientais, socioeconômicas e culturais

Brejo Grande é um município predominantemente formado por povos e comunidades tradicionais com vínculos históricos e sociais ligados a cultura afro-brasileira, realidade evidente após a elaboração do Parecer Técnico Conclusivo do INCRA (2013) que reconheceu e delimitou o Território do Remanescente Quilombola Brejão dos Negros, conformado pelos povoados Guaratuba (Pacatuba/SE), Brejão, Cabeço, Resina e Saramem, totalizando 468 famílias autodeclaradas remanescentes de quilombo.

As comunidades de Brejo Grande as quais iremos apresentar no decorrer deste item apresentam territorialidades com características físicas, econômicas, culturais e identitárias que as tornam similares e as singularizam. Em suas reflexões sobre identidade, Almeida (2018) compreende que ela se apoia em atributos, marcas e traços, que permitem afirmar as diferenças e evidenciar os contrastes. Logo, as relações identitárias compõem as territorialidades dos povos tradicionais em estudo, e constituem os principais fatores para a identificação das similaridades e diferenças entre eles.

Na busca de entender as similitudes e singularidades na identidade e as territorialidades dos povos de Carapitanga, Santa Cruz e Saramem, recorreremos também, as reflexões de Haesbaert (2004), quando este autor considera a territorialidade como uma vinculação as

formas como os sujeitos utilizam, organizam e dão significado ao território. Assim, buscaremos evidenciar as formas as características dos lugares e do meio onde os povos convivem cotidianamente e conformam as suas experiências, vivências e significados.

As experiências e as vivências cotidianas dos sujeitos brejo-grandenses²¹ com o meio formam realidades geográficas marcadas por uma complexidade de relações econômicas, sociais e culturais que evidenciam os seus modos de existir, viver, reproduzir e persistir. Ao refletir teoricamente sobre a realidade geográfica, Dardel (2011, p.34) considera que ela, “é para o homem, o lugar onde ele está, os lugares da sua infância, o ambiente que atrai sua presença. Terras onde ele pisa ou onde trabalha, o horizonte do seu vale ou sua rua, o seu bairro, seus deslocamentos cotidianos, através da cidade”, ou seja, são os espaços onde os povos habitam, transformam e compartilham das suas experiências e concepções de vida.

Os povos brejo-grandenses compartilham as experiências cotidianas no sistema estuarino-lagunar do Rio São Francisco. Esse ambiente é formado por um sistema natural de interação entre os canais fluviais do Delta do São Francisco, com lagoas permanentes e temporárias encaixadas nos cordões litorâneos e nas planícies de inundação. É caracterizado pela formação de ecossistema como a restinga arbustiva na faixa da praia, arbórea densa mais ao interior do município e de manguezais, ao longo dos cursos d’água.

As comunidades estão situadas na restinga, no entorno dos manguezais e dos cursos fluviais. À terra firme da restinga possibilita as condições para a consolidação das habitações, espaços domésticos e arruamentos. Os rios facilitam o transporte entre as comunidades e junto ao manguezal, também impulsiona a constituição de estratégia de reprodução social dos povos.

No que diz respeito ao manguezal, esse é um ecossistema típico do sistema estuarino-lagunar, e se apresenta de forma densa e é influenciado pela movimentação das marés. Em relação às características gerais do manguezal, Vannucci (2003, p. 37) revela: “[...] durante a maré cheia, a floresta está inundada e, quando a maré recua, deixa atrás em si um emaranhado caótico de raízes de todo tipo”. As raízes ficam entrelaçadas entre a superfície (raízes aéreas) e os substratos lamosos de odores característicos. Essas condições propiciam a sobrevivência e a reprodução de microrganismos, crustáceos, anfíbios, peixes, moluscos, mamíferos e da existência humana.

Os manguezais de Brejo Grande permaneceram por muitos anos, excluídos à exploração econômica, aos interesses particulares e financeiros de entidades vinculadas ao modelo hegemônico de mercado, conforme tendência mundial, em que Steyaert (2003) afirma que, por

²¹ Gentílico do município de Brejo Grande

décadas, as áreas costeiras tropicais permaneceram com baixa valorização, com exceção dos valores atribuídos pelos povos e comunidades tradicionais que habitam os manguezais que, por gerações, aprenderam e aprimoraram a convivência no ecossistema.

Em Brejo Grande, o manguezal sempre foi o lugar do pobre, que não tinha outra alternativa de sobrevivência, a não ser, o projetar do seu corpo sob o substrato lamoso, frio, insalubre e perigoso, em busca do alimento. Esta realidade nos remete às discussões relativas aos homens e caranguejos de Castro (2001), ao destacar que os povos habitantes do mangue são *irmãos de leite* dos caranguejos, por ambos se criarem nos manguezais lamacentos.

De igual modo aos homens estudados por Castro (2001) os Brejo-grandenses também são povos do mangue e tecem relações de convivência com esse ecossistema desde o surgimento das suas povoações, e, com o passar do tempo, o manguezal tornou-se o lugar onde os sujeitos desenvolvem estratégias de reprodução socioeconômicas.

Nos manguezais os sujeitos desenvolvem territorialidades, ou seja, práticas produtivas para coleta de espécies que servem tanto para o consumo diário, como para comercialização. A madeira do mangue é utilizada para construção de casas e cabanas, além de ser utilizada como lenha para o cozimento de alimentos no cotidiano, conforme relato 4.

Do mangue a gente tira de tudo, o marisco pra gente comer, os paus pra levantar nossos barracos e a lenha pra cozinhar o feijãozinho com arroz e o peixe. Nós tira a madeira sem judiar do mangue, tira de um jeito que ele vai se recuperar rápido, e a lenha a gente cata dos galhos seco do mangue (Relato 4 – Marisqueira de Carapitanga, 2018)

Com base no relato 4, torna-se notório que o manguezal oferece subsídios para as necessidades vitais de comer e habitar e evidencia a preocupação com o uso sustentável dos povos em relação ao mangue, em decorrência das estratégias de uso que não interfere na permanência e sobrevivência do ecossistema.

As três comunidades estudadas possuem relações cotidianas e territorialidades associada aos manguezais, contudo, em Carapitanga a convivialidade é mais evidente, por se localizar mais ao interior do Sistema estuarino-lagunar, em contato direto com o ecossistema. Na figura 10, podemos analisar o porto da comunidade em um pequeno canal que dá acesso ao rio Parapuca (canal do delta do São Francisco) e aos manguezais. O canal é recoberto pelo mangue, propiciando a sensação de passagem por um portal.

Figura 10 – Características do porto da comunidade Carapitanga



Fonte: Pesquisas de Campo Abril de 2018/dezembro de 2018.

Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan (2018)

De maneira análoga ao manguezal, a restinga também está presente nas práticas cotidianas dos sujeitos sociais. Em Brejo Grande, de forma particular, esse ecossistema apresenta características diversas, próximo à faixa da praia predomina as espécies vegetais arbustivas e herbáceas em decorrência dos solos mais arenosos e salinizados. Enquanto isso, no interior do continente e no entorno das comunidades tradicionais pesqueiras, sobressaem no ecossistema, as espécies vegetais arbustivas e arbóreas, com formação de mata densa (ALVES, 2010).

Em relação às territorialidades dos sujeitos com a restinga, é comum entre as comunidades pesquisadas a prática da coleta de frutos para a alimentação, materiais para construção de habitações, e extração de plantas com propriedades medicinais como o Sambacaitá (*Hyptis pectinata* L.) e Amescla (*Protium heptaphyllum*), comumente utilizadas para o tratamento de dores, inflamações, feridas e doenças como a gripe.

No que se refere as relações com os corpos hídricos, as territorialidades aquáticas se realizam no *lócus* submerso e nas relações que ocorrem na superfície, realidade geográfica evidenciada por meio da atividade pesqueira e das relações de mobilidade e transporte que contribuem para formação sociocultural e econômica dos sujeitos.

Nas três comunidades os sujeitos realizam interações diretas com os espaços líquidos do sistema estuarino-lagunar do Rio São Francisco. Nos estudos sobre a influência da água na formação cultural dos povos tradicionais, Diegues (2007) ressalta que as representações culturais das águas variam de acordo com o *habitat* em que se desenvolvem e a disponibilidade na natureza. Em Brejo Grande, cada uma das comunidades tradicionais tem particularidades nas relações com os seus espaços líquidos, em decorrência das suas localizações físicas e das dimensões dos cursos d'água onde desenvolvem a atividade pesqueira.

Em Carapitanga e Santa Cruz, o rio Parapuca é o principal ambiente para o desenvolvimento da atividade pesqueira, diferente de Saramem, que possuem relações diretas com o rio São Francisco, conforme figura 11.

Figura 11 – Pesca no Rio São Francisco na comunidade Saramem



Fonte: Pesquisa de Campo outubro de 2019

Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan da (2019)

O rio Parapuca tem dimensões menores, correntezas mais lentas e canal mais estreito, diferentemente do rio São Francisco com grandes proporções de largura e profundidade, circulação das correntes mais dinâmicas e perigosas em decorrência do contato direto com o mar. As condições ambientais distintas exigem dos sujeitos, práticas e saberes diferenciados no desenvolvimento das atividades do cotidiano como o pilotar das canoas, o equilíbrio corporal, e a adoção de estratégias de captura do pescado, demonstrando assim, as relações de intimidade dos sujeitos com seu ambiente.

Em consonância com as relações que evidenciam a condição existencial dos sujeitos com o seu meio, destacam-se também, as relações simbólicas permeadas por crenças, representações e imaginários relacionados às vivências e experiências do cotidiano. A realidade geográfica dos territórios pesqueiros de Brejo Grande é composta por manifestações de crenças populares em seres mitológicos e paranormais. Em relação à crença em mitos, Evangelista e Teixeira destacam:

Os mitos são manifestações das suas consciências que os identificam e ajudam a ilustrar, menos para si e mais para os outros, em sentidos de alteridade, algumas de suas formas de entender e se relacionar com o universo em que se encontram. (EVANGELISTA; TEIXEIRA, 2016, p.236)

A mitologia quando interpretada como verdades, é transmitida entre as gerações por meio da convivialidade e estabelecem relações territoriais, pois segundo Almeida (2018) “o território é, também, objetos de operações simbólicas e é nele que os sujeitos projetam suas

concepções de mundo”. Em Brejo Grande, as relações simbólicas enraizadas no imaginário, nas histórias e memórias dos sujeitos da comunidade. Para eles, nos rios, manguezais e restinga habitam e se escondem seres mitológicos como o Nego d’água, Pai da Noite, lobisomem e o fogo corredor.

As crenças simbólicas populares na existência de seres paranormais possibilitam a formação de territorialidades, pois, interferem diretamente nas práticas e comportamento dos sujeitos em seus territórios durante períodos específicos do dia. A reclusão em suas casas em tempos de lua cheia, a mudança nos caminhos para evitar localidades misteriosas, optar por não sair e não trabalhar durante o período noturno, e não ir ao mangue desacompanhado, são territorialidades adquiridas pelo sentimento simbólico de medo e receio, para evitar o castigo do encontro ou das aparições dos seres.

Com base em relato dos pescadores, o Nego d’água é uma entidade que habita as profundezas das águas dos rios. O ser é uma mistura de homem com peixe e costuma emergir a superfície somente à noite, para não ser visto pelos pescadores. O relato 5, apresenta a história de uma das suas aparições por Carapitanga.

Uma vez meu tio foi pescar a noite, e quando ele foi passar a rede ouviu um menino chorando, era o bebezinho do nego d’água enganchado na rede. Ele chorava como uma criança. Meu tio fez muita força pra soltar o bebezinho da rede e não conseguia, até que começou a fazer redemoinho na água, e a finada mãe dele ficou com medo. Aí o meu tio cortou a rede e foi embora pra casa, porque se continuasse ali, o barco poderia virar e o nego d’água matar eles. (Relato 5 – Marisqueira de Carapitanga, 2018).

Outra figura mitológica existente nas oralidades das histórias repassadas pelos sujeitos, é o Pai da Noite. Entidade que circula pelos mangues e restinga ao escurecer, em busca dos pescadores e marisqueiras que insistem no trabalho noturno, conforme relato 6.

Eu não gosto de ir pescar no rio a noite por causa disso, porque o Pai da Noite se apresenta como nós, porque a noite ficou pra descansar né, mas muita gente que precisa vai. Às vezes a maré boa de pegar peixe é à noite. A maioria dos pescadores aqui pesca de noite, mas corre o risco de encontrar dessas coisas. (Relato 6 – Marisqueira de Carapitanga, 2018)

A crença nessa mitologia contribui para regulamentação do trabalho noturno.

Em relação às histórias de mal-assombro, a mais recorrente é a do lobisomem, essas criaturas são homens que nas noites de lua cheia se transformam aparentemente em um lobo ou cachorro mais robusto, de garras afiadas, que ataca crianças que não são batizadas na igreja, e também gostam de perseguir pessoas que saem de casa tarde da noite. Na forma de homem, o lobisomem sempre dará um jeito de avisar para suas vítimas, tomarem cuidado ao saírem novamente sozinhas à noite, conforme relato 7.

Tem um lobisomem no Brejão que ele já veio me trazer em casa umas três vezes, e eu só observando aquele cachorrão sem rabo. Ai depois descobrir que

era um amigo meu, pois quando eu estava costurando o chinelo dele, ele disse que eu era corajoso por cutucar com o facão o cachorro dele, aí lembrei que o único cachorro que cutuquei foi o que estava me seguindo. Lobisomem nunca diz que é, mas sempre se revela pra você de alguma forma (Relato 7 – Pescador de Santa Cruz, 2019).

Assim como a lenda do lobisomem, a do fogo corredor é recorrente nas cotidianidades simbólicas dos sujeitos, e assim como dia a lenda, o fogo corredor surge quando existe, nas redondezas, um relacionamento amoroso proibido entre comadre e compadre. Neste caso, ambos se transformam em faíscas de fogo que se movimentam em meio a restinga, rios e manguezais no período noturno. Em Brejo Grande, é o assombro mais comum de se ver, conforme relato 8.

Eu já vi o fogo corredor duas vezes, são duas bolinhas de fogo, o compadre e a comadre que fica se batendo um no outro, até dá pra ver as costelas. Você tem que passar e não mexer com ele, se você correr não adianta, porque ele voa, mas nunca vi dizer que queimou ninguém. (Relato 8 – Pescador de Saramem).

As histórias míticas do espaço vividos dos sujeitos fazem parte de uma realidade geográfica marcada por relações simbólicas mais subjetivas e abstratas. A facilidade da transmissão oral dessas histórias e a crença nesses mistérios conformam territorialidades que passarão por gerações, moldando comportamentos e hábitos nos territórios.

Além de ser conformado por crenças, imaginações e representações simbólicas, a realidade geográfica dos povos também é composta por situações de conflito e desarmonia. Sobre este fato, recorreremos a concepção de Dardel (2011) que lembra que a realidade geográfica é conformada também, pelas relações de trabalho e sofrimento dos homens com o seu meio. Esta reflexão nos remete aos territórios tradicionais pesqueiros de Brejo Grande, ao observar a evidência de problemas sociais que afetam os sujeitos e a sua condição de existência, os seus corpos, a saúde e o bem-estar.

As práticas produtivas da pesca, extrativismo e coleta nos rios, manguezais e restinga, apesar de garantir a reprodução social e identitária dos pescadores e marisqueiras, acarretam também, os problemas de saúde para os indivíduos. Com base no levantamento de dados realizados nas Unidades Básicas de Saúde da Família do povoado Saramem e Carapitanga, os problemas mais comuns para os homens são as dores na coluna, em decorrência do peso dos instrumentos de pesca e do pescado. Enquanto nas mulheres, os problemas ginecológicos são recorrentes devido ao trabalho em ambientes insalubres nos manguezais, ou Lesões por Esforço Repetitivo (LER) devido ao trabalho de beneficiamento dos mariscos e pescados. Para ambos se verifica a ocorrência de verminoses, cortes e perfurações em decorrência da exposição a

ambientes com exoesqueletos em decomposição e ataques de animais marinhos.

Além disso, as comunidades têm vivenciado problemáticas socioambientais que tem interferido diretamente na relação dos sujeitos com o meio. Com destaque para salinização dos corpos hídricos e o desabastecimento de água potável, conforme podemos analisar no relato 9.

No ano de 2010 eu quase que ia embora daqui, já não estava aguentando mais, é muito difícil não ter água de qualidade, porque imagine você viver tanto tempo desse jeito, sem água boa pra beber, tomar banho e cozinhar, é horrível. (Relato 9 – funcionária pública de Saramem, 2019).

O abastecimento de água potável em todas as comunidades é precário, pois a empresa de Saneamento de Sergipe (DESO), responsável pela distribuição de água em todo o estado, interrompeu este serviço público em Saramem e não possui estrutura em Santa Cruz e Carapitanga.

Diante da problemática, os sujeitos passaram a colocar reservatórios de água em frente às suas residências para que possam ser abastecidas com água disponibilizada pela prefeitura por meio de carros pipas. (Figura 12).

Figura 12 – Reservatórios de água em frente as residências



Fonte: Pesquisas de campo abril de 2019.

Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan da (2019).

Apesar das estratégias criadas para reservar água potável, a disponibilidade ainda não é o suficiente para manutenção das atividades diárias. Em decorrência disso, o uso de águas salobras extraídas de poços subterrâneos é inevitável, sobretudo, para consumo, cozimentos e banhos. Ainda não se sabe comprovadamente sobre os efeitos que o consumo de água salobra tem causado na saúde dos sujeitos. Entretanto, em entrevista com os agentes da saúde das três comunidades, ambos têm constatado o aumento de casos de hipertensão em quase todas as famílias.

3.2 As singularidades da comunidade Carapitanga: A cotidianidade pesqueira

Após passar por uma série de dificuldades para chegar em Carapitanga, a sensação da chegada foi de alívio e familiaridade. O cotidiano tranquilo, os

olhares curiosos, e a facilidade de socialização com seus moradores me fizeram sentir acolhido. (Diário de campo, 07 de junho de 2018)

A comunidade tradicional pesqueira de Carapitanga está localizada à aproximadamente 15 km da sede municipal e a principal via de acesso é a rodovia estadual SE-100 (figura 13). Tomando como base o cadastramento das famílias, realizado pelos agentes de saúde da Unidade Básica de Saúde Maria Cristina Lima Machado, a comunidade tem cerca de 84 famílias que totalizam um contingente populacional de 310 habitantes²².

Os moradores possuem territorialidades que evidenciam as suas relações com os ecossistemas restinga, manguezais e o rio Parapuca, que constituem os espaços simbólicos e materiais de morada, vivências, representações, imaginário, percepções e das identidades. As territorialidades são substanciadas pelas práticas e estratégias com fins da obtenção de alimentos e renda para a garantia da sobrevivência dos grupos familiares. Com destaque para a atividade pesqueira, sustentada pela prática extrativista desenvolvidas nos elementos naturais citados.

Na atividade, as mulheres, autodenominadas marisqueiras, atuam principalmente nos manguezais para coleta do aratu, caranguejo, siri-de-mangue, sururu e ostra. Já os homens, autodenominados pescadores, dedicam-se a pesca de peixes, siris, sururu e camarões no rio Parapuca, e após a captura, os alimentos são levados até os espaços domésticos.

Ao refletir sobre o estudo dos espaços domésticos, Collignon (2010, p.205) considera que “el estudio de los espacios domésticos puede ayudarnos a comprender las modalidades de la construcción de la dimensión espacial de la sociedad”, neste caso, pensar sobre os espaços domésticos de Carapitanga, nos fez compreender que ele tem um papel fundamental para a reprodução econômica dos grupos familiares. São nesses espaços, principalmente nos quintais, que ocorrem todo o processo de beneficiamento dos peixes e mariscos coletados. Após o beneficiamento, parte dos produtos da pesca têm como destino principal o consumo pelos membros familiares, e outra parte é preparada para o comércio que se desenvolve de diferentes formas.

Sob forma de encomenda, os atravessadores solicitam previamente o tipo de pescado que necessitam aos pescadores e marisqueiras para que possam ser extraídos, beneficiados e repassados. Os preços são acordados entre ambos, entretanto, o atravessador possui maior influência para esta definição devido à falta de alternativas de escoamento da produção local. O quantitativo e o tipo de espécies solicitadas variam no decorrer do mês, neste caso, é um tipo

²² De acordo com o censo do IBGE (2010), o setor de Carapitanga possuía uma população de 828 habitantes, entretanto, engloba outras localidades do município.

de renda em que o valor arrecadado difere a cada mês. Algumas marisqueiras comercializam os excedentes em feiras livres da sede municipal e dos municípios de Ilha das Flores e Neópolis. Outra estratégia adotada, é a venda ambulante pelas ruas do próprio povoado e de comunidades circunvizinhas, onde os produtos são oferecidos de porta em porta. Contudo, a renda mensal da comercialização do pescado é considerada baixa, e varia de R\$230 a R\$520, a depender a disponibilidade de espécies na natureza e demanda comercial.

Diante da vulnerabilidade socioeconômicas, as famílias são cadastradas no cadastro único, do Ministério da Cidadania, e recebem mensalmente o benefício do Programa Bolsa Família, única renda fixa das famílias. Além disso, os pescadores e marisqueiras registrados profissionalmente nas colônias de pescadores, recebem anualmente quatro parcelas referentes ao seguro-defeso, cada uma no valor de um salário mínimo.

A vulnerabilidade social apresentada contribui para redução da autonomia dos sujeitos para produção e consumo de alimentos. Entretanto, a renda obtida por meio dos programas sociais, apesar de ocasionar dependência financeira, é uma importante estratégia para manutenção da segurança alimentar dos grupos familiares.

Observamos na comunidade, estratégias de reprodução social que extrapolam a atividade pesqueira tradicional, com a presença de mercearias que comercializam produtos industrializados e combustível para motor de canoa, bares, e comércio de doces, balas, pipocas e geladinho²³ nas janelas de algumas residências.

Os espaços de moradia da comunidade são compostos por casas de arquitetura simples, retangulares, com fachadas com uma porta e uma janela. Os materiais utilizados nas estruturas predominam a taipa, porém, há residências construídas com alvenaria, e também de material misto, isto é, fachada de alvenaria e outras paredes de taipa. Os telhados também variam de acordo com as residências, predominam as telhas de cerâmica e fibra de amianto, contudo, a palha de coqueiro trançada ainda é utilizada. Todas as casas têm quintais com árvores frutíferas, como mangueira, jenipapo, acerolas, jaqueiras e caramboleira.

As condições do saneamento básico são precárias e necessita de melhorias no sistema de abastecimento de água, coleta de lixo, destinação de efluentes domésticos e condições sanitárias das ruas. Atualmente, a água para uso nas atividades domésticas é armazenada em cisternas - instaladas pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (CODEVASF) - e caixas d'água, e são provenientes das precipitações pluviométricas e da distribuição realizada por carro pipa que os abastecem duas vezes por semana. A água coletada

²³ Picolé artesanal preparado dentro de saquinhos plásticos

no subsolo por poços artesianos é salobra é utilizado somente em atividades de limpeza. A coleta de lixo não atende a todas as ruas e ocorre apenas uma vez por semana, os efluentes do banheiro são lançados em fossas, e os da pia são lançados nos quintais e na rua.

O crescimento da comunidade deu-se de forma espontânea, e as ruas possuem o formato geométrico irregular (figura 13) e foram crescendo e surgindo na medida em que os sujeitos iam ocupando e construindo as suas casas. Atualmente o povoado tem oito ruas e o principal tipo de pavimento é a piçarra, constituída pela mistura de argila e seixos. Observamos a existência de três ruas estruturadas com pavimentação em paralelepípedo e outras duas sem nenhum tipo de intervenção estrutural, com solo exposto.

Os serviços de saúde são realizados na Unidade Básica de Saúde Maria Cristina Lima Machado (localizada na figura 13), onde os moradores recebem o atendimento diário dos agentes de saúde, e em dias específicos da semana os serviços de odontologia e clínico geral. O atendimento de urgência, emergência e outras especialidades ocorrem em clínicas e hospitais de Neópolis e Aracaju. O deslocamento ocorre por conta própria, pois de acordo com os relatos, a ambulância demora para realizar o serviço.

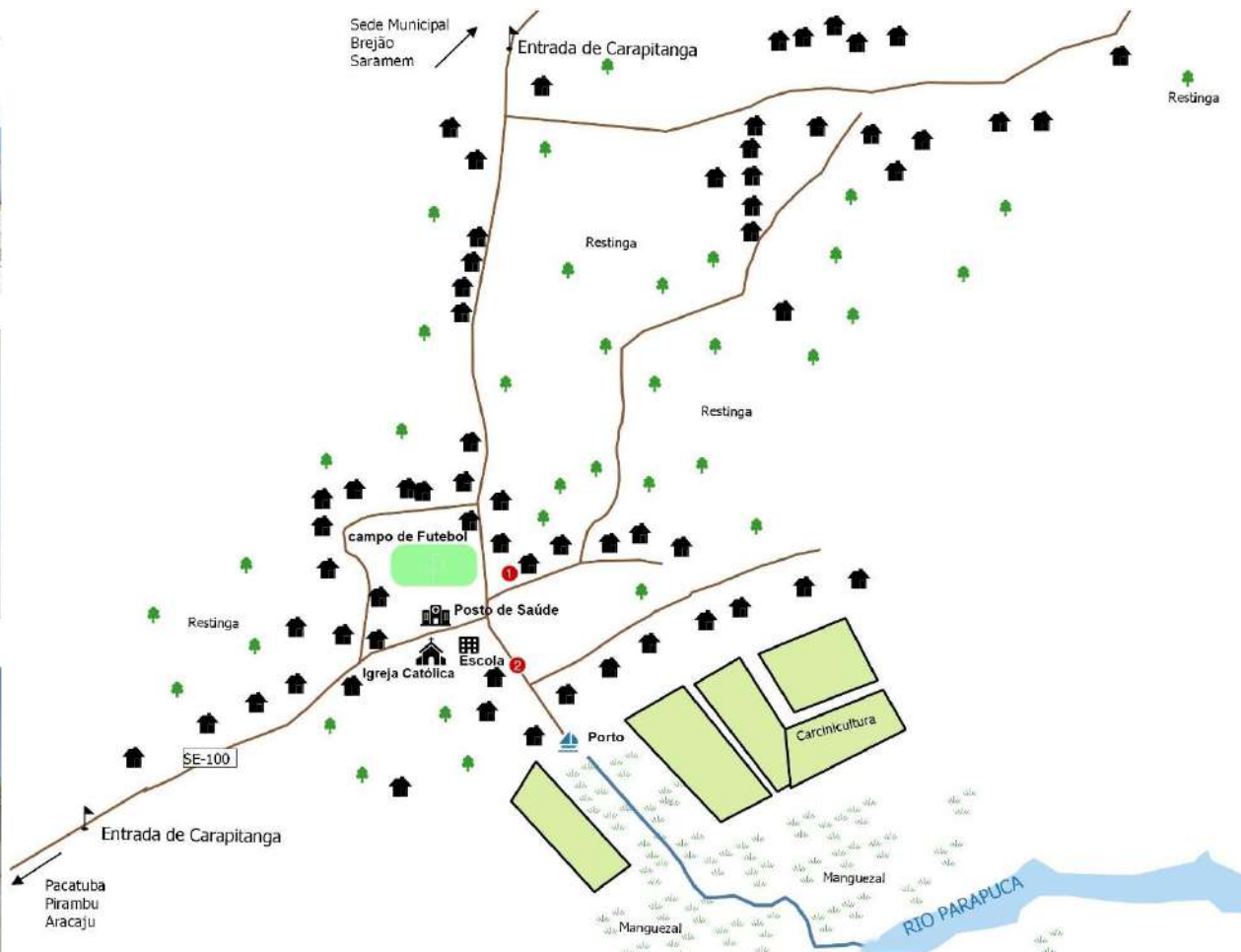
A Escola Municipal Anquines Ferreira oferece em três salas de aula os serviços educacionais para as séries iniciais do 1º ao 5º ano do ensino Fundamental. Os alunos do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio estão matriculados em escolas do Povoado Brejão e na sede municipal, e o deslocamento ocorre por transporte escolar nos turnos vespertino e noturno.

As práticas do esporte e lazer ocorrem no campo de futebol (figura 13), entretanto, o equipamento está completamente deteriorado, e o gramado alto tem servido de pastagem para alimentação de animais como equinos e bovinos. O lazer de sol e praia ocorre as margens do rio Parapuca, e também na praia marítima, contudo, os sujeitos navegam cerca de 20 minutos de barco e 15 minutos a pé para chegar até o mar.

Em relação às atividades religiosas, observamos a existência de um templo religioso ligado à igreja católica (Figura 13), localizado em frente à unidade básica de saúde e ao lado da escola municipal. Na pequena capela ocorrem missas regulares proferidas pelo padre do povoado Brejão. A respeito de outras religiões, não identificamos templos ou espaços sagrados, entretanto, as religiões de matriz afro-brasileira são cultuadas pelos sujeitos de Carapitanga em outras localidades do município.

Na Figura 13, observamos a representação dos elementos apresentados em forma de croqui, com imagens dos principais equipamentos públicos e privados que revelam as características físicas e sociais de Carapitanga.

Figura 13 – Croqui da comunidade Carapitanga



Fonte: Pesquisas de Campo 2018; Google satélite 2019

No croqui da figura 13, observamos a consolidação de outra atividade econômica, a Carcinicultura, que desde 2000 faz parte da paisagem e das territorialidades dos sujeitos. Entretanto, nos últimos anos, a atividade tem se expandindo e crescido com a interferência de sujeitos externos e também internos da comunidade, dividindo opiniões e moldando a identidade dos sujeitos, não só em Carapitanga, mas também na comunidade Quilombola Santa Cruz no povoado Brejão dos Negros.

3.3 Comunidade Santa Cruz: o chão conquistado pela cultura e identidade quilombola

Quando avistei a comunidade Santa Cruz da rodovia SE-100, logo percebi as cercas que os cercam, a entrada restrita e a ausência de pessoas nas ruas, estavam na maré e no roçado. Ao adentrar, logo percebi que estava sendo observado das janelas, aproveitei os olhares curiosos para dar uma boa tarde e socializar (Diário de Campo, 23 de abril de 2019).

A comunidade quilombola Santa Cruz, também conhecida como Brejão dos Negros, ou simplesmente Quilombo, está situada a aproximadamente 3,5 km da sede do povoado Brejão e 10,5 km da sede do município de Brejo Grande. Atualmente, 50 famílias vivem na localidade. O povoado foi formado em meio a intensos conflitos territoriais entre fazendeiros, empreendimentos imobiliários e a população autodeclarada quilombola.

A história da formação da comunidade teve como início o ano de 2006, quando o povoado Brejão foi reconhecido como Território de Remanescente Quilombola pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Após a expedição desse documento, iniciou-se um processo de luta pela terra culminando na eclosão de conflitos, que de acordo com Oliveira (2017) envolveu dois grupos étnicos com distintos interesses, os proprietários de terra e os trabalhadores rurais quilombolas sem-terra.

O conflito pela terra vivenciada pelos sujeitos, está relacionada a concepção teórica de território de Saquet (2013, p.34), quando salienta que “as relações de poder são um componente indispensável para efetivação de um território”, com base nessa reflexão, notamos que o processo de efetivação do território do povo quilombola, envolveu múltiplas e distintas formas de relações de conflito e poder.

Sobre os principais conflitos, Bomfim (2016) afirma que após o reconhecimento quilombola expedido pela FCP, a população do povoado Brejão ficou polarizada entre aqueles que eram contrários a certificação e os que apoiavam o reconhecimento. Os grupos contrários a decisão, iniciaram uma campanha em protesto, utilizaram carro de som e realizaram a distribuição de panfletos pelas ruas, com colagem de cartazes em postes, esquinas e prédios

públicos, na tentativa de convencer a opinião pública do povoado a negar a descendência quilombola, com o propósito de barrar/reverter o processo de certificação.

Além disso, o mesmo grupo passou a difundir boatos com falsas consequências do reconhecimento, entre elas, a volta da escravidão e o retorno as senzalas. Ações que incentivaram parte da população a negar as suas origens e desmobilizar os movimentos favoráveis a declaração.

Retomamos as reflexões de Saquet (2013) quando afirma que as relações de poder intrínsecas ao território são conformadas por forças que extrapolam as ações do Estado e envolve os processos da vida cotidiana. Ao pensar a realidade vivenciada em Brejão sob essa perspectiva, notamos que a correlação de forças envolve tanto o Estado com base nas decisões dos órgãos e instituições públicas, quanto os sujeitos afetados e as suas ações políticas.

As autoridades locais, vereadores e juízes eram os principais mobilizadores do movimento contrário à certificação. A comunidade vivenciou momentos de tensões, violências, agressões verbais e físicas. Situação que motivou o INCRA, a desenvolver ações concretas para beneficiar as famílias quilombolas, com a desapropriação da Fazenda Batateira para realização da Reforma Agrária no ano de 2011 (BOMFIM, 2016).

De acordo com o INCRA (2011) a Fazenda Batateira era improdutivo e apresentava irregularidades, pois, ocupava parte de terras da União, e era objeto de disputas territoriais. Com 469 hectares, a desapropriação do imóvel que culminou no assentamento das famílias quilombolas constituiu um processo fundamental na consolidação do território quilombola do Brejão dos Negros.

De acordo com lideranças locais, a Fazenda Batateira seria destinada, inicialmente, a um assentamento de reforma agrária convencional, para famílias sem-terra não quilombolas. Ao saber disso, os povos quilombolas que já haviam reivindicado a área em processos anteriores, e que já possuíam a certificação de remanescente quilombola, elaboraram uma carta para o INCRA, questionando a criação do assentamento, pois à área pertencia por direito histórico aos quilombolas de Brejão dos Negros. Nesta ação, a Associação Quilombola Santa Cruz conseguiu reverter à situação, e conquistaram as terras da fazenda Batateira ainda no ano de 2011.

Com a posse da terra, as famílias começaram a produzir coletivamente a mandioca, e passaram a requisitar a construção de casa de farinha para o beneficiamento do produto. “Quando nós recebemos aquela área em 2011, começamos a plantar e aí a gente viu que não tinha casa de farinha, aí nós resolvemos fazer um sistema de mutirão pra construir” (Relato 10, agricultora, Santa Cruz, 2019). Para a construção, a Associação recebeu verba de subvenção da

deputada estadual Ana Lúcia e ajuda financeira da Igreja Católica do povoado Brejão, e somente no ano seguinte, os sujeitos concluíram a casa de farinha.

Em meados de 2013, foi iniciada na comunidade quilombola Brejão dos Negros as obras do programa Minha Casa Minha Vida para áreas quilombolas de Sergipe. Nesta ação, foram construídas 84 casas as margens da rodovia SE-100, entre o povoado Brejão e Saramem, no perímetro da antiga fazenda Batateira. As obras foram entregues em duas etapas, cinquenta casas no final de 2013, e trinta e quatro casas em 2017. As unidades habitacionais são compostas por dois quartos, um banheiro, sala, cozinha, área de serviço e quintais. Todas elas são construídas de alvenaria, com telhado de cerâmica. As casas foram construídas ao longo de duas ruas, revestidas com piçarra.

Em 2017, foi entregue para a comunidade a construção de um Centro Comunitário equipado com espaço para reuniões, cozinha, banheiro e sala de informática. O prédio foi construído com recursos do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) e Sociedade Semear, como medida compensatória da Petrobras em decorrência dos impactos causados pela exploração mineral realizada em águas marinhas na atividade pesqueira dos povos tradicionais de todo o litoral de Sergipe.

O Centro comunitário se tornou a sede da Associação Quilombola Santa Cruz, e, é utilizado para a realização de reuniões da própria associação, além de eventos, atividades, oficinas e apresentações que necessitam da participação popular dos sujeitos da comunidade.

No povoado não existem equipamentos com serviços públicos básicos como de Saúde e Educação. Para acessar estes serviços os sujeitos têm de se deslocar a sede do povoado Brejão, ou sede municipal.

O abastecimento de água potável dar-se por meio de carros pipas, contudo, o serviço não consegue atender a demanda de consumo, obrigando os sujeitos a explorarem a água subterrânea, que apesar de não ser potável (figura 14, é utilizada para atividades diárias como lavar louças (figura 14-A) e banho (figura 14-B).

Figura 14 – Características da água do poço artesiano



Fonte: Pesquisa de Campo em setembro de 2019
Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan (2019)

Os reservatórios e caixas d'água são enchidos com água subterrânea, que possui aspecto e coloração que revelam a presença de sedimentos argilosos e ferro. O cheiro forte e o sabor evidenciam a existência de sais minerais. Uma das estratégias utilizadas para melhorar os aspectos e as características da água para o consumo é esperar os sedimentos decantarem para o fundo do reservatório, esta ação modifica a coloração da água para transparente pela redução da carga sedimentar, mas não modifica os níveis de salubridade e o cheiro forte.

Esta característica de abastecimento que também é recorrente nas outras comunidades, não tem perspectiva de mudança, uma vez que, tantos os moradores, como o poder público municipal já normalizaram essa situação.

No tocante as religiosidades, foram identificadas em Santa Cruz práticas das religiões: católica, evangélica e de matriz afro-brasileira. Em decorrência da comunidade não dispor de templo da igreja católica, os praticantes se dirigem a igreja da sede do povoado Brejão. As pessoas de religião evangélica de Santa Cruz se reúnem em uma das casas que foi adaptada para realização de cultos. Os adeptos ao candomblé realizam as suas religiosidades em um terreiro instalado na mata de restinga, em área mais afastada dos espaços domésticos.

Observamos na figura 15, o terreiro em meio a mata densa, sua estrutura e singularidades evidenciadas com material utilizado para a sua construção, originados da própria mata, o barro, as madeiras e as palhas. Nas imagens observamos o altar de Preto Velho, o barracão que é o espaço principal para o desenvolvimento dos rituais, e o forno a lenha, utilizado para o preparo de comidas e bebidas oferecidos as divindades e aos praticantes da religião durante os rituais.

Figura 15 – Terreiro de candomblé na mata de restinga em Santa Cruz



Fonte: Pesquisa de Campo abril de 2019.

Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan da (2019)

Em meio à mata, os sujeitos cultuam os orixás, realizam obrigações, pagam promessas e conforme relato 11, realizam festas em homenagem a divindades.

No nosso terreiro a gente faz três festas por ano, essa do mês de abril que é a de Oxóssi. Ele é o orixá que nunca deixa faltar o alimento na mesa de um filho. Ai depois vem a festa de Cosme e Damião, que representa as crianças para a religião de matriz africana. E tem a festa da Santa Cruz, que representa nosso senhor Jesus Cristo que na religião de matriz africana é oxalá (Relato 11 – Líder Religioso do quilombo Santa Cruz, 2019).

As festividades são desenvolvidas nos ambientes sagrados do terreiro e transcendem para o profano no espaço construído das comunidades, sobretudo, na festa de Oxóssi, quando no final da tarde, é suspenso um mastro na comunidade, e os participantes disputam a subida até o topo do mastro, que “antigamente a gente buscava o mastro na mata, mas hoje a gente prefere usar uma barra de ferro no lugar, ai todo ano a gente pinta o mastro, e assim preservamos a mata” (Relato 12 – líder comunitária de Santa Cruz, 2019).

As atividades econômicas locais estão relacionadas as práticas de pesca realizadas no rio Parapuca, Riacho da Paraúna e nas lagoas temporárias e permanentes. O principal destino dos produtos pesqueiros é a alimentação familiar, e a produção excedente é comercializada nas próprias residências da comunidade, e na sede do povoado Brejão. A renda mensal do pescado é baixa, variando entre R\$80 e R\$120. Conforme relatos dos entrevistados, não tem atravessadores na comunidade.

Os cultivos agrícolas realizados nas roças e quintais constituem estratégia de reprodução social, uma vez que, além de suprir as necessidades alimentares dos grupos familiares, alguns agricultores conseguem vender os itens da produção, “Quando está num período chuvoso, que a gente planta bastante eu consigo vender no mês uns 30 a 40 kg de

macaxeira” (Relato 13 – Agricultor, Santa Cruz, 2018), apesar de gerar renda, o valor dos produtos cultivados são menores que os pesqueiros, um quilograma de macaxeira é comercializado entre R\$ 2,50 a R\$3,00. O rendimento mensal dos cultivos agrícolas pode chegar a R\$150. Contudo, nem todos os agricultores entrevistados, comercializavam os seus produtos, utilizando-o exclusivamente para consumo.

Recentemente, a comunidade tem sido alvo da realização do Turismo de Base Comunitária (TBC) ou visitas de grupos interessados em conhecer as histórias e as trilhas formadas dentro da mata de restinga. O passeio é guiado por sujeitos da própria comunidade, que apresentam para os visitantes o terreiro e as árvores centenárias. Ao final da trilha, os visitantes têm a opção de almoçar na casa dos grupos familiares, ou seguirem viagem para as comunidades circunvizinhas. A atividade gera renda extra, e os preços do guiamento e almoço são combinados no momento da visita.

Observamos ainda que em algumas unidades familiares, os pescadores adaptaram à sala de suas casas para vender produtos básicos utilizados no cotidiano, como os gêneros alimentícios industrializados, produtos de limpeza, e higiene pessoal (figura 16). Algumas marisqueiras fabricam o óleo de coco e vendem em frascos de 300 ml, 500 ml e 1 litro, com valores que variam entre R\$ 8 e R\$20. Verificamos ainda, a comercialização de salgados como coxinha, rissole e pastel com recheio de caranguejo e aratu, e comercializam nas suas próprias unidades familiares, e, quando convidadas, participam de feiras gastronômicas (Figura 16).

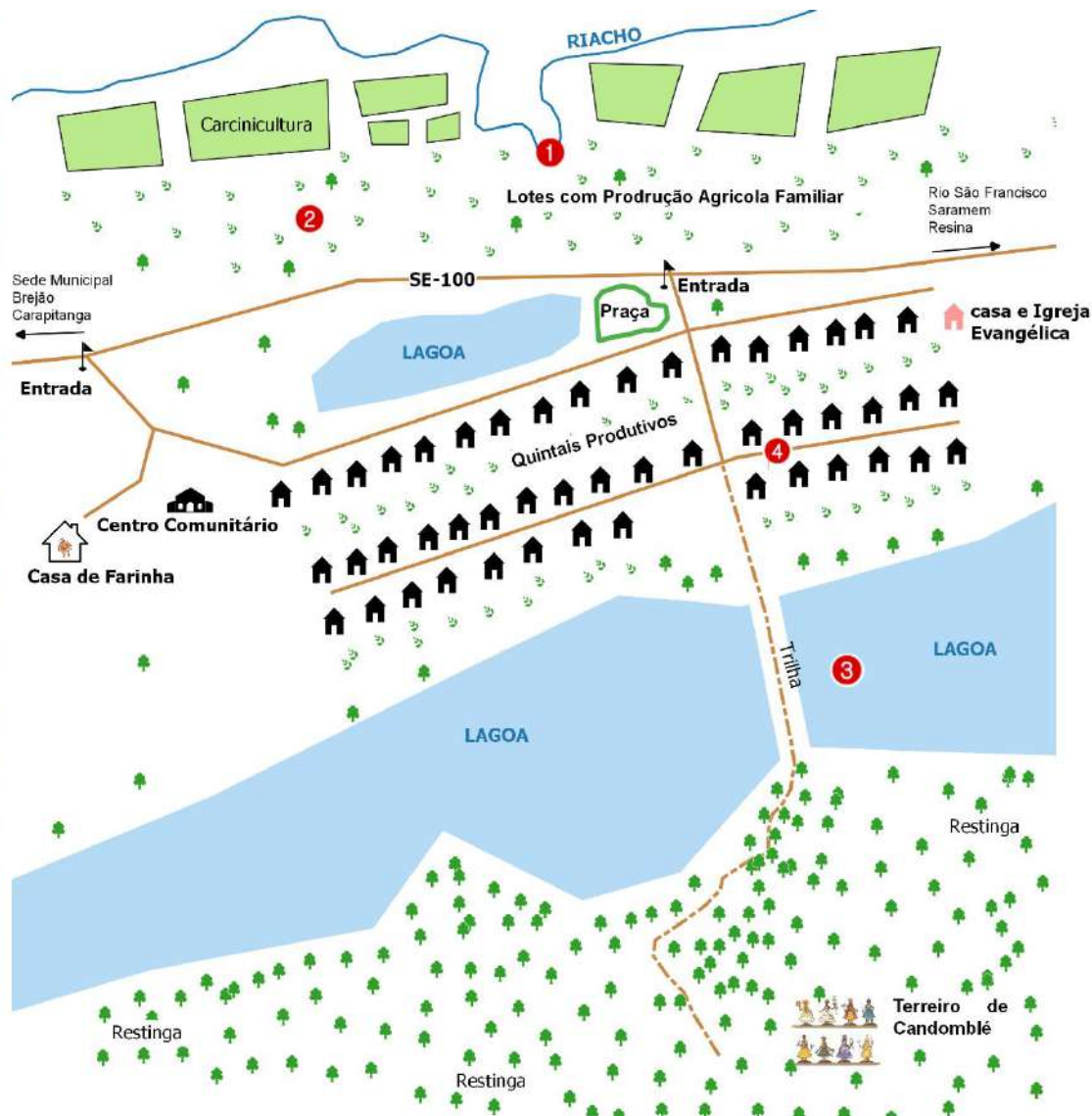
Figura 16 – Estratégias de Reprodução Social na comunidade Santa Cruz



Fonte: Pesquisas de campo Abril/setembro de 2019.

Observamos na figura 17, o croqui e fotografias que representam marcas e as características do território Quilombola de Santa Cruz.

Figura 17 – Croqui da comunidade Quilombola Santa Cruz



Fonte: Google Satellite 2019 e Trabalhos de campo abril e setembro de 2019.
 Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan da (2019)

No croqui apresentado na figura 17, observamos a dimensão do ambiente em que a comunidade está inserida, e a espacialização das práticas e das territorialidades dos sujeitos. No entorno dos lotes onde os sujeitos desenvolvem a agricultura familiar, a carcinicultura é praticada por sujeitos externos a comunidade, e por vezes, tem causado conflitos pelo uso insustentável do riacho que banha as terras dos lotes e pela privatização das áreas dos tanques, problemática que também é recorrente no povoado Saramem.

3.4 Comunidade Saramem: da destruição ao (re)começo

Quando cheguei em Saramem, logo me deparei com a grandiosidade e a “boniteza” do rio São Francisco e não resistir a *selfie*, a cena chamou a atenção de um tirador de coco, que estava sentado em sua carroça, descansando após um dia de trabalho. Ele comia uma deliciosa cocada de forno e me ofereceu. Enquanto eu degustava os sabores identitários do lugar, ele me guiava até a casa dos moradores mais antigos da comunidade, e assim iniciamos a pesquisa. (Diário de Campo, 20 de novembro de 2018)

A história do povoado Saramem está intimamente ligada à memória da Ilha do Cabeço, pois a comunidade surgiu para assentar as famílias que viviam na ilha, que foi completamente erodida em decorrência das alterações na dinâmica fluvio-marinhas no rio São Francisco, e principalmente em sua foz.

De acordo com Silva (2014), a Ilha do Cabeço era composta por uma comunidade de pescadores, e tinha boa estrutura se comparado as outras comunidades circunvizinhas, em decorrência da existência de casas, igrejas católica e evangélica, duas escolas, cemitério e o farol (figura 18). A atividade pesqueira era marcada pela fartura do pescado, e constituía a principal estratégia de reprodução social dos seus moradores.

Figura 18 – Estrutura da Ilha do Cabeço na década de 1990



Fonte: Domínio público, disponível em: <<http://sergipeemfotos.blogspot.com/2013/01/povoado-cabeco-no-municipio-de-brejo>> [adaptada em janeiro de 2020]

O processo erosivo que culminou no desaparecimento da Ilha do Cabeço iniciou no final da década de 1990, após a construção da Usina Hidroelétrica de Xingó (UHX) em 1996, no município de Canindé de São Francisco, distante aproximadamente 210 km do local. O empreendimento foi um marco da intervenção humana nas condições naturais do Rio São Francisco para fins de produção de energia elétrica, e os impactos ambientais, sociais e econômicos passaram a ser sentidos e vivenciados pelas populações ribeirinhas ao longo do baixo curso do rio.

O controle da vazão do Rio São Francisco provocou a diminuição do volume de água e consequentemente, em sua capacidade e competência para erosão, transporte e deposição de sedimentos, e penetração das águas fluviais no ambiente marinho. A foz do rio passou a ser dominada por ondas, intensificando a erosão marinha da Ilha do Cabeço até o seu completo desaparecimento, conforme relato 14.

Quando o mar veio se aproximando a gente nunca pensou que ele ia chegar nas casas, porque ele sempre vinha e voltava, mas não tão perto da gente. Mas ele foi avançando e avançando e não tinha mais volta, até que atingiu as primeiras casas, e depois a ilha toda (Relato 14 – Pescadora de Saramem, 2019).

Aproximadamente 400 habitantes tiveram que evacuar da Ilha, vivenciando, deste modo, um processo de desterritorialização forçada, realidade que nos remete aos estudos sobre dinâmicas territoriais desenvolvidos por Haesbaert (2003), quando o autor afirma que a desterritorialização está sempre associada a exclusão socio-espacial e são provocadas pelas dinâmicas econômicas que dilaceram os espaços e reformulam as estratégias identitárias.

O desaparecimento da Ilha do Cabeço significou aos sujeitos, implicou na dissolução de seu espaço vivido, onde constituíam as suas histórias, identidades, intimidades e simbolismos, possibilitando o desenraizamento simbólico e cultural, e formação de novas condições de vida, em outra dimensão material, interferindo na reformulação das identidades e no surgimento de novas territorialidades.

A única construção que resistiu a erosão foi o Farol datado do século XIX, e tornou-se atração turística por estar em meio ao leito do rio São Francisco e testemunhar a existência do povoado Cabeço. Na figura 19, podemos analisar a vila do cabeço, seu farol, e a dimensão territorial da ilha em imagem aérea de 1992, e outra imagem do mesmo local em 2014.

Figura 19 – Farol do Cabeço nos anos de 1992 e 2014



Fonte: A) domínio Público, disponível em: <<https://marsemfim.com.br/apa-de-piacabucu/>>;
 B) Arquivo Pessoal do Pesquisador (2014) [adaptadas em dezembro de 2019]

Com base nas reflexões de Haesbaert (2002, p. 133), [...] “a desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra”, ou seja, quando os sujeitos vivenciam a destruição de seus territórios, e passam pelo processo de desterritorialização, a tendência é que constituam novos territórios numa outra escala espacial geográfica, este fato ocorreu com as famílias que moravam na Ilha do Cabeço.

Em 1998 o estado finalizou a construção do residencial Saramem para abrigar as famílias do povoado Cabeço, e na ocasião foram entregues unidades habitacionais numa área que se localiza a 6 quilômetros de distância da antiga Ilha. Entretanto, conforme relato dos pescadores, nem todos os grupos familiares receberam imóveis, e (re)começaram as suas vidas em outras localidades.

O novo espaço de morada em Saramem aflorou nos indivíduos o sentimento de desconexão simbólica e cultural, tornando doloroso, o processo de reestabelecimento da vida e das condições individuais de existência na nova base material de seus territórios. Nos relatos 15 e 16 evidenciam as sensações de tristeza e estranhamento com os novos espaços de morada.

Meu marido morreu pouco tempo depois que a gente veio pra essas casas, ele já estava doente, mas ficou pior, morreu de tristeza, porque não conseguiu se acostumar com aqui. (Relato 15 – Pescadora aposentada de Saramem, 2019).

Eu gostava mais do Cabeço do que aqui [Saramem]. O Cabeço era bom, era uma maravilha, lá era fartura de tudo, era um lugar tranquilo, nós tínhamos festas, nós tínhamos tudo, tudo de bom! E depois que a gente veio morar aqui, tudo mudou, ficou tudo diferente. Lá tinha mata, caju, coqueiral e tudo que você imaginar. Quando eu vi morar aqui, que pegamos essas casas dentro dos matos, longe da beira do rio e do mar, aí eu percebi que morava no paraíso

(Relato 16 – agente de saúde de Saramem, 2019).

Observamos nos relatos que uma das principais diferenças entre a comunidade e a ilha era o distanciamento em relação aos espaços aquáticos, pois a vida no Cabeço foi marcada pela facilidade de chegada tanto ao rio São Francisco, como para o mar, e em Saramem, essa realidade mudou completamente, pois as habitações foram construídas a uma distância de meio quilômetro da margem direita do Rio São Francisco, dificultando o desenvolvimento da atividade pesqueira, e aflorando nos sujeitos, a topofobia²⁴, isto é, sentimentos de aversão ao lugar.

Atualmente Saramem fica distante a 16 km da sede municipal via SE-100 e 9 km pelo Rio São Francisco. De acordo com o censo demográfico do IBGE (2010), o setor de Saramem possuía uma população de 564 habitantes. Com base nas informações prestadas pelos agentes de saúde da Unidade Básica de Saúde da Família, a comunidade possui atualmente em torno de 300 famílias, divididas entre aquelas que moram no residencial e as que moram na ocupação as margens do Rio São Francisco.

Saramem é o segundo maior povoado de Brejo Grande, ficando atrás apenas de Brejão. No residencial se preservam características de área urbana nas formas, estruturas dos arruamentos e distribuição residencial. A ocupação as margens do rio têm características completamente distintas, com predominância de casas de taipa, madeira, com telhado de palha, cerâmica ou fibra de amianto, neste local, apenas algumas casas são de alvenaria. As ruas são estreitas, não pavimentadas (solo exposto).

A ocupação foi originada pelos moradores da Ilha do Cabeço que não conseguiram receber casas no residencial Saramem, no final da década de 1990. Posteriormente, os pescadores do residencial construíram pequenas casas as margens nesse local com a função de dar suporte a atividade pesqueira, uma vez que, a sede do povoado é distante do Rio.

Em Saramem, a atividade pesqueira desenvolvida no rio São Francisco é a principal estratégia de reprodução social e fonte de renda dos grupos familiares. As espécies de peixe são os produtos pesqueiros com maior poder comercial e os atravessadores são os responsáveis por absorver a produção excedente. Os peixes são vendidos por quilograma e os valores variam entre R\$ 8 e R\$25 em decorrência de fatores como espécie e tamanho.

Os pescadores entrevistados afirmaram não comercializar a sua produção em feiras livres, pois o trabalho da pesca ocorre de acordo com a movimentação das marés, não sendo possível conciliar o horário fixo das feiras com os horários variados da atividade pesqueira,

²⁴ Conceito presente nas reflexões de Tuan (1980).

porém, os atravessadores repassam a produção para os feirantes.

Outra estratégia para comercialização dos excedentes refere-se à formação de estoque nas suas próprias residências, onde os consumidores da própria comunidade e os visitantes os procuram para realizarem a compra do pescado. Nos meses em que a renda é fraca, os pescadores realizam o comércio ambulante do pescado pelas ruas de Saramem e comunidades circunvizinhas.

A renda mensal proveniente da comercialização do peixe é considerada baixa pelos pescadores, pois varia mensalmente entre R\$320 no mês de maior penúria e R\$700 no mês de maior demanda e disponibilidade de espécies na natureza. A renda é complementada mensalmente com o bolsa família e quatro parcelas anuais do seguro-defeso.

A pesca no Rio São Francisco é um trabalho exclusivamente masculino, e o trabalho feminino na pesca está vinculado a coleta e extrativismo de mariscos e crustáceos, nos sedimentos depositados as margens do rio São Francisco, nas lagoas e nos manguezais. A produção coletada é predominantemente utilizada para o consumo alimentar cotidiano.

Observamos na comunidade, estratégias de reprodução social que extrapolam a atividade pesqueira tradicional, a produção e comercialização de doces, e guloseimas que são comercializadas na foz do Rio São Francisco, em Piaçabuçu/AL e também o comércio de comidas em restaurantes na própria comunidade.

Na figura 20, podemos observar os elementos da culinária local no cardápio do único restaurante da comunidade, com predominância de produtos e comidas que remetem a atividade.

Figura 20– Cardápio de Restaurante em Saramem



Fonte: Pesquisa de Campo novembro de 2018
 Autor: CONCEIÇÃO SILVA, H. R. (2018)

Menezes (2013b) salienta em seus estudos que os alimentos alicerçados na cultura são

comercializados pelos sujeitos tendo em vista a garantia da reprodução econômica dos seus grupos familiares e a demanda crescente propiciada por consumidores.

Mediante a demanda externa pelos alimentos e com o intuito de aumentar a renda, organização e a capacidade de produção dos doces, e outros alimentos sustentados na identidade local, foi criado em 2010, a Associação de Doceiras e Artesãos do Povoado Saramem (ADAPS), com sede no residencial (figura 22), entretanto, a organização enfrentou dificuldades vinculadas a falta de assistência técnica e jurídica, além do surgimento de conflitos internos, que culminou sua desativação em 2015.

As doceiras do povoado Saramem vendem sua produção na feira do turista, localizada na foz do Rio São Francisco em Piaçabuçu/AL, sendo essa, a principal fonte de renda. Na figura 21, apresentamos os principais aspectos da feira e o comércio de cocadas de Saramem.

Figura 21 – Comercialização de cocadas na foz do Rio São Francisco



Fonte: Pesquisa de Campo Setembro de 2019
Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan da (2019)

Na figura 21, observamos a paisagem cênica responsável pela atração de turistas e as estratégias criadas para a comercialização das iguarias, com destaque para as cores, que representa sabores distintos e o oferecimento de pedaços de cocadas para a prova gratuita da iguaria.

Para além da produção de alimentos, alguns sujeitos produzem e comercializam artesanatos de palha, também na feira do turista em Piaçabuçu. As atividades comerciais de

Saramem também são compostas por equipamentos privados como mercearias, bares, lanchonetes, padarias, salão de beleza e depósito de bebidas, que comercializam os alimentos, produtos e serviços essenciais para a reprodução das atividades cotidianas.

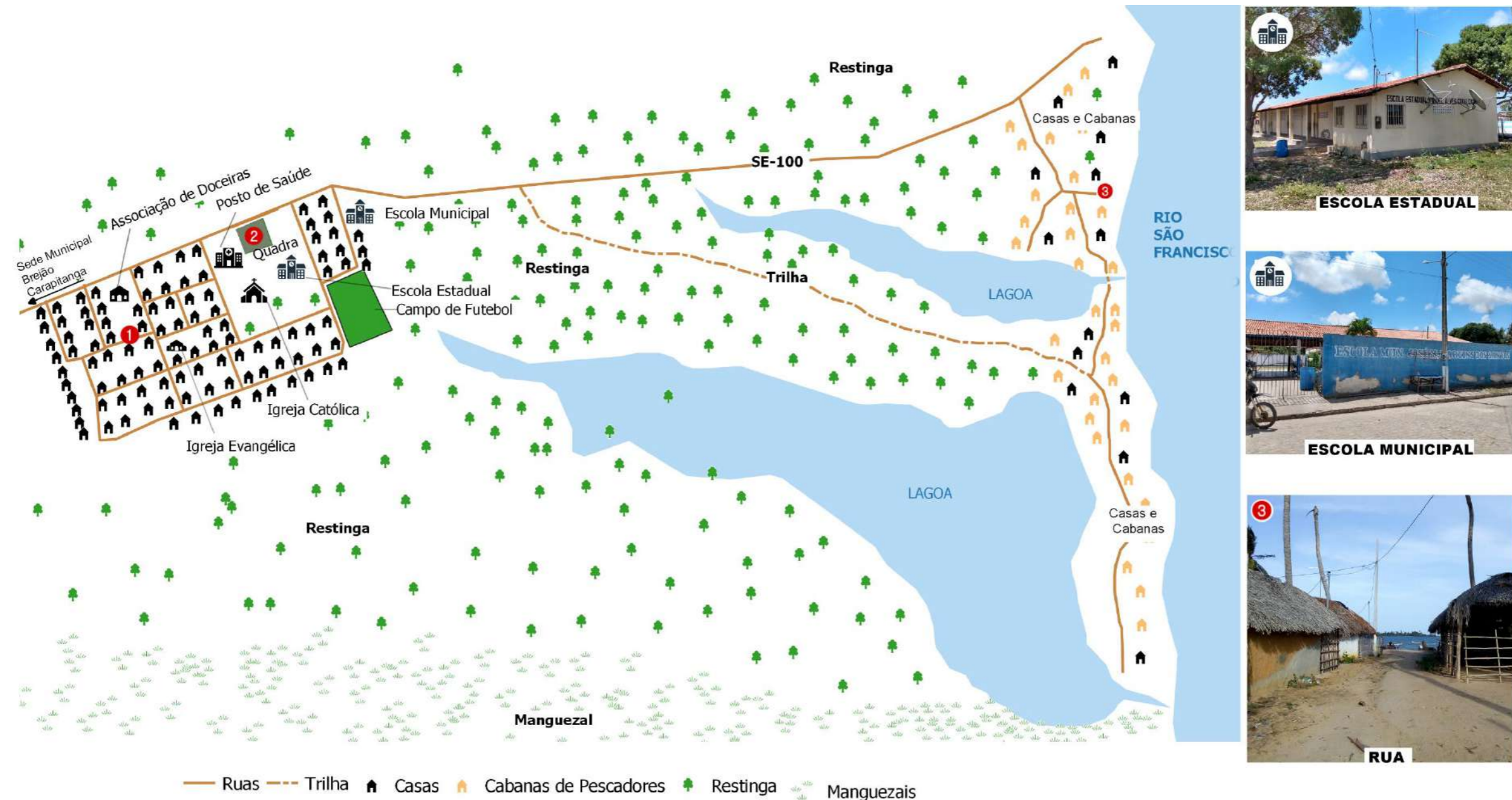
As únicas fontes de renda associadas ao emprego formal estão associadas ao trabalho nos equipamentos públicos, em cargos de agentes de saúde, vigilantes, serviços gerais, merendeiros e professores.

Os equipamentos públicos e privados se concentram no residencial. Os serviços de educação são fornecidos pela Escola Estadual Manoel Alves Cavalcante e Escola Municipal José Martins dos Santos, do 6º ao 9º ano e maternal ao 5º ano, respectivamente. Os estudantes do ensino médio se deslocam para as escolas do povoado Brejão e sede municipal, e a prefeitura disponibiliza o transporte escolar.

A Unidade Básica de Saúde da Família Carlos Augusto Ferreira oferece serviços médicos para Saramem e Resina. Três agentes de saúde atendem as comunidades de segunda a sexta. Os serviços de atendimento médico ocorrem uma vez na semana, por Clínico Geral, e uma vez por mês com os serviços de odontologia e fisioterapia.

No tocante as práticas religiosas, são desenvolvidas em dois templos. Um da igreja católica (figura 22) que se localiza na praça principal e outro da igreja evangélica Assembleia de Deus (figura 22), que fica na rua B. Não foi identificado durante as pesquisas de campo espaços e templos dedicados a outras religiões, como as de matriz afro-brasileira. Entretanto, alguns sujeitos, se auto declararam praticantes do candomblé. Na figura 22, observamos o croqui atual do povoado Saramem, com imagens que retratam as características físicas e as territorialidades dos sujeitos.

Figura 22 – Croqui da comunidade Saramem



Fonte: Google Satélite (2019); Pesquisa de Campo novembro de 2018 / outubro de 2019
 Imagens: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan (2018/2019)

No croqui, a configuração socioespacial do povoado evidencia uma maior relação com a restinga presente entre o núcleo habitacional mais denso e a ocupação, e com as lagoas que se formam nas planícies de inundação do Rio São Francisco. O manguezal, apesar de mais afastado, é um elemento importante para a reprodução das famílias e constituição de suas territorialidades.

No decorrer desse capítulo, apresentamos as territorialidades dos sujeitos que vivem nas comunidades de Carapitanga, Resina e Saramem, associadas com o meio onde constituem o seu espaço vivido. Destacamos ainda, as múltiplas estratégias de reprodução social adotada pelos grupos familiares para geração de renda para garantir as suas sobrevivências.

Consideramos que as territorialidades e as estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos povos no território tradicional pesqueiro de Brejo Grande, evidenciam os elementos essenciais na consolidação da soberania alimentar destes povos. No próximo capítulo nos debruçaremos sobre como a soberania alimentar dos povos é conformada por meio das práticas produtivas desenvolvidas com o meio.

CAPÍTULO IV

SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS PESQUEIROS BREJO-GRANDENSES



Existe Soberania Alimentar quando um povo controla o seu processo de alimentação, diminuindo a influência das grandes corporações. (COCA, 2016a, p. 11)

CAPÍTULO IV – SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS PESQUEIROS BREJO-GRANDENSES

O corpo humano é um sistema biológico que possui funcionalidades vitais que necessitam serem nutridas com os mais diversos tipos de substâncias e microrganismos. Não sendo autossustentável, a maior parte dos componentes nutricionais do corpo se estabelecem com entrada de matéria e energia de componentes externos. Ou seja, para manter o corpo em funcionamento, ele precisa ser alimentado.

A alimentação possibilita a transferência de matéria e energia ao corpo, por meio de matéria orgânica, água e minerais, que se transformam em energia e contribuem para manutenção, crescimento e conservação do organismo (CLAVAL, 2014). A fome é o sintoma comum da ausência do alimento ou existência do alimento em baixa quantidade e qualidade nutricional, e motiva o desenvolvimento de relações humanas pela busca, produção e consumo alimentares.

A alimentação em quantidade e qualidade é essencial para reprodução das espécies, de acordo com Porto-Gonçalves (2011) ela é a questão-chave para evolução da vida e se desenvolve por meio de cadeias alimentares que permitem a constituição dos hábitos e habitats. Torna-se evidente que para além do suprimento das necessidades físicas do corpo, os alimentos são formados por dimensões sociais e interferem na vida econômica, geopolítica e cultural dos povos.

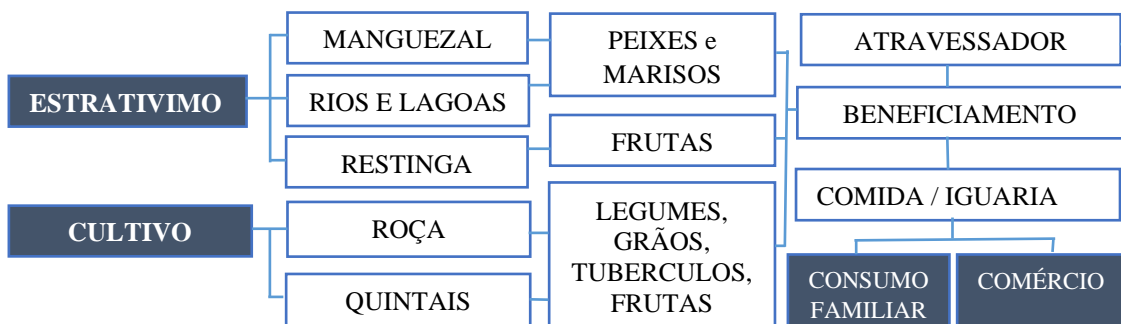
As relações tradicionais estabelecidas pelos povos com o seu meio, são compostas de estratégias que viabilizam a aquisição de alimentos que constituem as bases da formação dos seus hábitos alimentares. Sobre essa discussão, Claval (2014, p.261) compreende que “as relações ecológicas dos homens com o seu ambiente exprimem-se diretamente nos consumos alimentares”, a procura por alimentos nos espaços naturais resultam na coleta de espécies que são transformadas em comidas, que são consumidas no cotidiano dos povos.

Nos territórios pesqueiros de Brejo Grande, constatamos que as comidas são elaboradas por meio da articulação entre os elementos dos espaços terrestres e aquáticos. A maior parte da proteína animal vem das águas dos rios, manguezais e lagoas. Enquanto os temperos, grãos, frutas e legumes têm origem nas terras cultivadas ou matas locais, e também são adquiridos em feiras livres do próprio município, e cidades circunvizinhas como Ilha das Flores e Neópolis.

Os delineamentos da culinária local revelam as artes do fazer (CERTEAU, 1998) associados aos processos de elaboração da comida cotidiana, que é constituída por diversas etapas, que compreende desde o processo de extrativismo e cultivo até o consumo familiar. Na

figura 23 apresentamos um organograma da produção e consumo de alimentos no território tradicional pesqueiro estabelecido pelas comunidades.

Figura 23 – Organograma da produção e consumo de alimentos



Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan (2019)

Tomando como base a figura 23 é evidente que o consumo familiar de alimentos será assegurado se todas as etapas do processo anterior estiverem garantidas, em outras palavras, a soberania alimentar dos povos se realiza com base na autonomia no desenvolvimento das práticas produtivas de extrativismo, acesso aos ambientes, beneficiamento e consumo.

Diante das reflexões iniciais apresentadas, a proposta deste capítulo é compreender como a soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros do município de Brejo Grande tem sido instituída com base nas relações de busca, produção e consumo de alimentos e como esse processo tem sido afetado pelo avanço da carcinicultura em seus territórios.

4.1 A busca do que comer e a manutenção da soberania alimentar

Em capítulos anteriores, evidenciamos que os rios, lagoas, manguezais, restingas roças e quintais, constituem as principais estratégias de reprodução social dos povos tradicionais brejo-grandenses, pois além de gerar renda, são componentes indispensáveis para aquisição da alimentação do cotidiano. Neste tópico, pretendemos ir mais além, ao evidenciar que esses elementos naturais do território pesqueiro possibilitam as bases para a compreensão da formação da soberania alimentar desses povos.

Retomamos as concepções de Coca (2016a, p.20), ao salientar que a “soberania alimentar busca a (re)aproximação entre produtores e consumidores de alimentos, valorizando a escala local e o direito de cada povo a prover sua alimentação, sem depender das grandes corporações que atuam em escala internacional”. Com base nesta reflexão, percebemos que nos territórios pesqueiros de Brejo Grande, o autogerenciamento na produção e consumo de alimentos se realizam, a princípio, com as estratégias criadas para aquisição dos alimentos nos ambientes mencionados.

A autonomia na escolha dos alimentos e as estratégias criadas para a sua aquisição no meio ambiente está relacionado aos atributos culturais de cada povo, e assim, corroboramos com o pensamento de Woortmann (2013, p.6) ao afirmar que “toda cultura identifica, dentro do conjunto de alimentos disponíveis em cada ecossistema, o que se deve e o que não se deve comer [...]”. Desta forma, destacaremos os alimentos selecionado e coletado pelos povos tradicionais em cada um dos ecossistemas e áreas cultivadas.

As estratégias de busca de alimentos revelam as múltiplas formas, conhecimentos e a versatilidade dos sujeitos na manutenção da soberania alimentar dos seus grupos familiares, “Eu pesco, eu planto, eu vou pro mangue, eu faço tanta coisa nesse mundo pra sobreviver” (Relato 17 - Pescador, Santa Cruz). Essas práticas produtivas promovem a sensações de liberdade e auto realização dos indivíduos, pois as águas salobras dos rios, salgadas do mar, raízes aéreas do mangue, campos arbustivos e matas arbóreas da restinga, se encontram as (in)certezas e esperanças da aquisição da alimentação que saciará a fome e promoverá o sustento familiar.

O que se busca nos rios e lagoas prá comer?

A pescaria ainda significa a captura de um tipo de alimento variado (peixe, camarão, lagosta, e outros) e rico em proteína, que acaba atuando como escudo consistente para resguardar a família em termos de dieta, diminuir custos financeiros, e com isso, proteger em medida importante, os pescadores de desventuras e maior dependência externa nesse aspecto. (RAMALHO, 2017, p.130)

No tocante as reflexões apresentadas por Ramalho (2017), observamos que a realização da atividade pesqueira é essencial para a segurança alimentar dos grupos familiares, pois além diversificar os hábitos alimentares com uma ampla variedade de espécies, garante também, os elementos nutricionais necessários para manutenção das necessidades vitais do corpo.

Nas águas dos rios São Francisco e Parapuça, os pescadores e marisqueiras se resguardam contra a fome e a penúria com a captura de espécies como o Pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), Curimã (*Mugil cephalus*), Camarupi (*Megalops atlanticus*), Pescada (*Cynoscion acoupa*), Tainha (*Mugilidae*), Bagre (*Siluriformes*), Mandin-amarelo (*Pimelodus maculatus*), Pilombeta (*Chloroscombrus chrysurus*), Xaréu (*Caranx hippos*), Carapeba (*Eugerres brasilianus*), Caranha (*Lutjanus cyanopterus*), Tucunaré (*Cichla spp*), Piau (*Leporinus spp*), Curimatã (*Prochilodus spp*), Mero (*Epinephelus itajara*), Tilápia (*Oreochromis niloticus*), Traíra (*Hoplias malabaricus*) e o Robalo (*Centropomus pectinatus*).

Essas espécies são extraídas, por meio de artifícios de pesca como as redes de arrasto, tarrafa, camboa e emalhar, além da utilização de linhas, jererés e covos artesanais. O que define a utilização de cada uma das técnicas de pesca são as condições naturais do ambiente, que se alteram devido às fases da lua, tempo e estações do ano, conforme relato 18.

Todo mundo que vive a profissão da pesca sabe o momento certo de pegar o peixe. Prá se guiar tem o relógio, tem as fazes da lua, tem a maré, tem tudo. Todas as fases são boas prá pescar, o pescado só tem que escolher o tipo de artifício e a região. Pescar com rede na fase da lua cheia é fraco de peixe, porque fica claro e o peixe ver a rede, mas isso só acontece onde tem água misturada, em água só salgada ou só doce, o peixe não ver a rede e não acontece isso. (Relato 18– Pescador de Saramem, 2018).

Com base no relato, a atividade pesqueira é realizada com o conhecimento aprofundado das técnicas, tempo e comportamento das espécies em cada ambiente, e assim, quanto maiores os saberes e experiências dos sujeitos com o meio, maiores são as possibilidades da garantia do alimento pra sobreviver.

Nos rios, os sujeitos buscam espécies de mariscos como o Camarão de água doce (*Macrobrachium acanthurus*), Sururu (*mytella Charruana*) e a Ostra (*ostrea edulis*). As duas últimas espécies citadas se acumulam no fundo dos canais fluviais, e fixam em galhos e raízes. Para sua captura, os sujeitos utilizam o artifício do mergulho, que em determinados momentos, tende a ser profundo e duradouro.

O mergulho nas águas em busca do alimento é uma prática que ultrapassa a sua função técnica revelando a complexidade da dimensão experiencial e sensitiva dos pescadores com os elementos da natureza. Sob essa perspectiva, o mergulho configura-se como o lançamento do corpo numa dimensão completamente líquida que requer habilidades como o controle da respiração, nado e sensibilidade para identificar, localizar e capturar os mariscos. De acordo com Ramalho (2017), o mundo sensível dos pescadores está atrelado às capacidades e potencialidades do corpo nas suas relações com a ecologia marinha.

Assim como os rios, as lagoas são estratégicas para manutenção da soberania alimentar, pois representam uma fonte alternativa para a aquisição de alimentos. No Relato 19, constatamos algumas das espécies capturadas nesses ambientes e as suas formas de consumo:

Lá pra bandas da lagoa da bola, o povo traz de saco à traíra e o camarão de água doce. Meu filho foi lá e pescou nove traíras, e tinha duas que parecia um jacaré de tão grande. Eu comi tanto no mundo dessas traíras, assada no óleo, com feijão, com cuscuz, com arroz e até na brasa (Relato 19– Marisqueira de Santa Cruz, 60 anos, 2019).

Verificamos no relato que o consumo da traíra acompanhou as principais refeições diárias, principalmente no almoço e janta. Ainda de acordo com os sujeitos locais, além do

Camarão de água doce e traíra, coleta-se o Cará (*Geophagus brasiliensis*), a Piranha (*Pygocentrus natterer*) e a Saburica (*Macrobrachium jelskii*). Contudo, a pesca nas lagoas depende das condições climáticas perenes, sendo desenvolvida com mais frequência no inverno, quando as lagoas tornam próprias a reprodução das espécies, e também durante as pequenas cheias do Rio São Francisco, que abastecem as lagoas com alguma das espécies do rio.

O que se busca no mangue prá comer?

Para Santos (2018), os manguezais comportam uma fauna rica em espécies de peixes, crustáceos e moluscos que estão presentes na dieta alimentar das populações ribeirinhas, são fontes de rendimento e lazer. Verificamos que nos substratos lamosos, emaranhado de raízes e florestas de mangue, as espécies mais comuns capturadas pelas marisqueiras e pescadores são os Siri (*Callinectes sapidus*), Caranguejo (*Ucides cordatus*), Guaiamum (*Cardisoma guanhumi*), Aratu-vermelho (*Goniopsis cruentata*), Unha-de-velho (*Tagelus plebeius*), Maçunim (*Anomalocardia brasiliiana*), Sururu (*mytella Charruana*) e a Ostra (*ostrea edulis*).

A pesca e a coleta desenvolvida neste ecossistema são realizadas predominantemente pelo sexo feminino, que adquirem e transmitem os saberes e as técnicas de sobrevivência nos manguezais desde criança. Apesar do trabalho no mangue representar o sustento e a garantia da alimentação, esse meio é hostil e perigoso, obrigado as mulheres a adotarem estratégias de proteção, como uso de gás líquido na pele, para evitar o ataque de insetos, e roupas de tecido grosso para evitar ou minimizar os efeitos dos cortes e perfurações.

Em relação às técnicas para coleta das espécies nesses ambientes, notamos que a busca do caranguejo e guaiamum requer, inicialmente, a identificação das tocas construídas pelos crustáceos em lamaçais. Para fisgar esses crustáceos, os sujeitos utilizam uma armadilha conhecida como redinha em cima das suas tocas, com o deslocamento á superfície os animais se embaraçam e ficam presos, conforme relato 20.

Primeiramente a gente procura o buraco do caranguejo macho prá colocar a redinha. Quando a gente acha, cavamos um buraco na entrada da toca e colocamos ela juntamente com uns pedaços de pau prá sustentar. Ai quando o caranguejo sobe prá sair da toca, ele se engancha na redinha (RELATO 20 – Pescador De Saramem, 2019).

Conforme observamos no relato 20, a redinha facilita a captura do caranguejo. Entretanto, essa é uma técnica recente no território, pois como afirma a marisqueira de Santa Cruz, “eu nasci e me criei pegando caranguejo pelo braço para vender e pegar meu

tostãozinho²⁵, aí o finado Mingau chegou de Pirambu²⁶ com essa história de redinha e todo mundo começou a usar, porque era mais fácil e menos perigoso” (Relato 21, 2019), a técnica antiga é considerada perigosa, pelos sujeitos, pela possibilidade de ataques de outros animais que se escondem nas tocas abandonadas, como cobras.

Entretanto, a utilização da redinha não tem sido uma técnica mais eficaz, “os macacos estão comendo os caranguejo antes da gente, a gente coloca a redinha e o Caranguejo se engancha, aí o macaco pega e quando a gente vai ver não tem mais nada” (Relato 22- pescador de Santa Cruz, 2019), devido a esse problema, algumas marisqueiras e pescadores tem optado por utilizar a técnica do braço, mesmo diante dos riscos para a integridade física e saúde.

A apreensão/fisga do Aratu-vermelho ocorre de maneira simples, e requer a utilização de uma vareta, retirada de galhos de espécies da flora do mangue ou restinga e uma cordinha que, de um lado, é amarrada na extremidade da vareta e, do outro, utiliza-se couro de frango para atrair o crustáceo. Na figura 24 observamos parte do processo de coleta da espécie no manguezal, o aratu fisgou o couro de frango e a marisqueira irá soltá-lo dentro do balde.

Figura 24 – Técnica utilizada para captura do Aratu-vermelho



Fonte: Pesquisa de campo dezembro de 2018

Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan (2018)

O artifício utilizado para a coleta do Aratu-vermelho, não se restringe ao instrumento apresentado. O crustáceo só se sente confiante quando as marisqueiras emitem os seus sons,

²⁵ Referência a dinheiro / dinheirinho.

²⁶ Município da Zona Costeira de Sergipe.

seus cantos e assovios que se somam a uma paisagem sonora²⁷ do mangue, marcada também pelo balançar tranquilo das folhas, estalar dos galhos e o movimentar das águas.

La no mangue a gente chega bem devagarzinho prá não espantar o aratu, e começa a cantar, assoviar ou então coloca uma música pra tocar no celular e espera o aratu chegar perto, sem som ele não vem, aí quando ele chega a gente joga o couro da galinha prá ele morder, assim que ele morde, a gente puxa com a vara e solta ele no balde (RELATO 23 – MARISQUEIRA DE CARAPITANGA, 2018).

Conforme percebemos no relato 23, os cantos e assovios são táticas inventadas pelas marisqueiras para a atração do animal. Contudo, a espécie possui sensibilidade não só aos sons, mas também, aos movimentos. Durante a captura os sujeitos devem se movimentar o mínimo possível, pois os deslocamentos bruscos afugentam o crustáceo.

Notamos que algumas espécies possuem particularidades para a identificação. O maçunim está sempre preso a raízes e galhos; já a unha-de-velho é encontrado enterrado em áreas arenosas e identificado por meio de uma minúscula cavidade observada da superfície, e, com o auxílio de uma pá o molusco é coletado. Na Figura 25, apresentamos algumas das espécies capturadas pelos sujeitos no ecossistema manguezal e espaços aquáticos. As disponibilidades das espécies proporcionam a manutenção dos hábitos alimentares, a segurança e soberania alimentar dos pescadores, marisqueiras, assim como dos seus respectivos grupos familiares.

Figura 25- Espécies da fauna coletadas nos rios e manguezais de Brejo Grande/SE



Fonte: Pesquisa de campo 2018

Autores: CONCEIÇÃO SILVA, Heberly Ruan; CARMO, Luciana Priscila do (2018)

O que se busca na restinga pra comer?

Em terra firme, verificamos que os sujeitos buscam alimentos na restinga. O ecossistema apresenta diversificada biodiversidade de espécies endêmicas e exóticas da fauna e da flora.

²⁷ Sobre o conceito de paisagem sonora, saber mais em: Torres e Kozel (2010)

Para a alimentação, é coletada frutas como o Coco (*Cocos nucifera*), Manga (*Mangifera indica*), Caju (*Anacardium occidentale*), Mangaba (*Hancornia speciosa*), Cambuí (*Myrciaria tenella* O. Berg), Araçá (*Psidium cattleianum*), Ingá (*Inga edulis*), Guajiru (*Chrysobalanus icaco*), Oiti (*Licania tomentosa*), Jamelão (*Syzygium cumini*), Muricí (*Byrsonima crassifolia*), Jenipapo (*Genipa americana*), Amesca (*Protium heptaphyllum*), cajá (*Spondias mombin*) e Maracuja do mato (*Passiflora cincinnata*).

A busca do coco ocorre durante todo o ano por sujeitos designados popularmente por “tiradores de coco”. É possível percebermos que essa é uma atividade que requer equilíbrio e habilidade técnica para escalar a árvore para extração do fruto e posteriormente fazer o descascamento. Nos estudos de Santos (2019), autora identificou que em Coruripe/AL, essa atividade é um ofício executado exclusivamente por homens e configura-se como importante fonte de renda para as famílias. Nos territórios pesqueiros de Brejo Grande, esse ofício é importante, pois garante a produção de alimentos e derivados do coco.

A manga, caju, mangaba, cambuí, araçá, guajiru, oiti, jamelão, murici, jenipapo, amesca, maracujá do mato, cajá e o ingá estão disponíveis na natureza em alguns períodos do ano. A busca por esses produtos têm o propósito de complementar a alimentação familiar, além da comercialização nas feiras da cidade. Na Figura 26, observamos algumas frutas da restinga que são coletadas pelos sujeitos.

Figura 26 – Espécies da flora encontradas na restinga em Brejo Grande/SE



Fonte: Pesquisa de campo 2018/2019

Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan (2018;2019)

Após a coleta, os sujeitos atribuem saberes e fazeres nos processos de beneficiamento dessas espécies vinculados a identidade territorial e quando são submetidas a variados tipos de preparo que as transformam em comidas e bebidas que fazem parte do cotidiano e hábitos alimentares dos povos.

O que cultivam nas roças e quintais?

No território pesqueiro analisado, o cultivo de gêneros agrícolas sob a prática da agricultura familiar/camponesa é praticado pelos sujeitos da Comunidade Quilombola Santa Cruz. Esta é a única em que os grupos familiares dispõem de lotes para o desenvolvimento da atividade. Nesses espaços são cultivados tubérculos, frutas e legumes, como a macaxeira (*Manihot esculenta*), mandioca (*Manihot esculenta*), batata (*Solanum tuberosum*), batata-doce (*Ipomoea batatas*), melancia (*Citrullus lanatus*), banana (*Musa*), coco (*Cocos nucifera*), maxixe (*Cucumis anguria*), milho (*Zea mays*), feijão (*Phaseolus vulgaris*) e amendoim (*Phaseolus vulgaris*).

Os alimentos produzidos nas roças são essenciais para a manutenção da Soberania alimentar desses povos, pois além de serem cultivados em terra compartilhada, os sujeitos têm protagonismo no gerenciamento em todas as etapas da produção, que engloba a preparação do solo, plantio, colheita, beneficiamento e produção de derivados. Esses alimentos constituem as bases da formação dos hábitos alimentares e asseguram o sustento dos grupos familiares, os livrando da fome e má nutrição.

A mandioca (figura 27) e a macaxeira são cultivadas durante todo o ano, e o seu processo de multiplicação ocorre com a fragmentação do caule de uma planta adulta e o plantio dos fragmentos. O cultivo não é irrigado e a melhor produção ocorre no inverno, devido à concentração de chuvas. A batata e a batata-doce também são produzidas constantemente, e se multiplicam com o plantio de ramos. A melancia, banana (figura 27), maxixe (figura 27), feijão e o amendoim (figura 27) são produzidos em épocas específicas do ano para o consumo familiar, “eu planto feijão-de-corda e só colho a conta de comer em casa mesmo, porque não tem saída e não tem transporte para virem buscar ou a gente levar pra vender. Antigamente a associação fez parceria com atravessadores, e eles vinham buscar aqui, mas hoje não tem mais.” (Relato 24 – Agricultora de Santa Cruz, 2019).

Desta forma, a não comercialização dos alimentos ocorre, muitas vezes, pela falta de estrutura para escoamento e não por baixa capacidade produtiva dos agricultores. O milho é cultivado entre março e setembro, devido às comemorações juninas, neste período, alguns agricultores conseguem vender a produção excedente nas praças do povoado e sede municipal.

Figura 27 – Espécies cultivadas em lotes no município de Brejo Grande/SE



Fonte: Pesquisa de Campo 2019

Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan da (2019)

Nas terras da comunidade quilombola destinada aos cultivos agrícolas, os alimentos são produzidos com a cooperação dos membros das famílias e envolve os adultos e as crianças mais velhas para receber os saberes que serão transmitidos geralmente dos pais. Entretanto, as práticas produtivas desenvolvidas nesses lotes são comumente lideradas por homens, com exceção das famílias chefiadas por mulheres.

Machado e Menasche (2012), ao estudar o trabalho do homem e o trabalho na mulher no trabalho na reprodução camponesa, e baseados em Heredia (1979) e Woortmann e Woortmann (1997), afirmam que, geralmente, o trabalho do homem está voltado para fora de casa e o da mulher para dentro de casa.

As reflexões apresentadas pelos autores convergem em alguns aspectos e divergem da realidade vivenciada no território tradicional pesqueiro de Brejo Grande, onde as mulheres exercem o protagonismo no trabalho dentro de casa, mas também fora dela. O trabalho da mulher fora de casa é exercido com as práticas extrativistas exercidas principalmente nos manguezais. Em relação ao trabalho do homem, se concentra exclusivamente fora de casa, principalmente nos rios e no caso particular de Santa Cruz, nos roçados.

Em Santa Cruz, o trabalho da mulher quando desenvolvido dentro de casa, ou nos espaços domésticos na definição de Collignon (2010), envolve não somente as atividades do cotidiano, como cuidar da casa, das crianças, cozinhar, passar e lavar, mas também, o trabalho desenvolvido nos quintais. Na figura 28, observamos algumas das características dos quintais na comunidade citada.

Figura 28 – Características dos quintais na comunidade Quilombola Santa Cruz



Fonte: Pesquisa de campo 2019

Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan (2019)

Nesta comunidade, os quintais têm cerca de 50 a 100 m², devido ao espaçamento das casas serem muito próximo uma das outras, como observamos na figura 26. Os quintais são delimitados com muros de madeira coletadas na própria restinga, os muros são formados com madeiras enfileiradas e trançadas umas, nas outras com arame, e com espaçamento quase nulo entre elas, evitando a saída ou entrada de pessoas e animais nos quintais.

Ainda em relação aos quintais, Almeida (2016a) afirma que no meio rural o quintal se constitui em espaço dos saberes, onde a mulher reproduz os seus conhecimentos sobre as plantas utilizadas tanto para alimentação, quanto para uso medicinal, e desta maneira, é um espaço cultural, simbólico e estratégico para a saúde e a segurança alimentar.

Na comunidade quilombola Santa Cruz, os quintais são espaços onde as mulheres exercem protagonismo na sua organização, e constituem uma importante estratégia de reprodução sociocultural e econômica para os grupos familiares. São espaços alternativos para cultivo de frutas, tubérculos, legumes comumente utilizados na alimentação diária. Na figura 27, observamos a produção de banana, macaxeira, limão e goiaba em um dos quintais produtivos dos núcleos familiares da comunidade, e analisamos ainda, o protagonismo da mulher. Salientamos que a produção nos quintais tem aumentado consideravelmente na comunidade, mas nem todos, têm as mesmas características (figura 29).

Figura 29 – Quintal produtivo na comunidade Quilombola Santa Cruz, 2019



Fonte: Pesquisa de Campo de outubro de 2019

Autor: FEITOZA, Lucas dos Santos (2019). Organização: CONCEIÇÃO SILVA, H. R. (2019)

No caso de Santa Cruz, o quintal representa a autonomia das mulheres na produção e consumo de alimentos, sendo importante estratégia para constituição da segurança alimentar familiar. Nos seus estudos sobre a mulher rural e a valorização dos quintais, Almeida (2016b) constatou que o uso da mandioca plantada no quintal é diferente da produzida na roça, enquanto a primeira é para o consumo cozido, a segunda é direcionada a produção de farinha. O mesmo acontece nos quintais de Santa Cruz, que concentram a produção da macaxeira, que são consumidas no café-da-manhã e janta. Enquanto a mandioca do Roçado é destinada à produção de farinha e outros derivados.

Os maiores quintais do território tradicional pesqueiro estão em Carapitanga, que além de ser utilizado para beneficiamento dos produtos pesqueiros, tem outras funcionalidades. Os quintais de Carapitanga constituem a extensão da cozinha, é o lugar onde as mulheres preparam os alimentos com fornos a lenha artesanais ou improvisados (figura 30). É o lugar das festividades e comemorações familiares nos fins de semana e outras datas especiais, pois dentro das casas não tem espaços destinados a este fim.

Figura 30 – Formas de preparo do alimento nos quintais de Carapitanga



Fonte: Pesquisa de Campo junho e dezembro de 2018 respectivamente.
Autor: Conceição Silva, Heberty Ruan da (2018)

As maneiras como são preparadas as comidas nos quintais de Carapitanga fazem parte das territorialidades que evidenciam as particularidades culturais e identitárias dos sujeitos. Esta realidade nos remete as reflexões de Almeida (2017) quando destaca que as formas como os alimentos são preparados revelam os modos mediante os quais os indivíduos projetam suas identidades. Neste viés, os alimentos, comidas e bebidas e os seus sabores são conformados por particularidades culturais e identitárias dos sujeitos.

No item 4.2, apresentaremos como os produtos da pesca, extrativismo e cultivo se transformam em comidas e bebidas vinculadas á cultura e á identidade dos povos tradicionais pesqueiros.

4.2 Os sabores da cultura e da identidade dos povos brejo-grandenses

Os alimentos consumidos pelos povos nos territórios pesqueiros de Brejo Grande estão imbuídos por sentidos, significados e materialidades que perpassam por todos os processos de produção, desde a definição do que plantar, pescar e extrair até as fases de beneficiamento, modos de preparo e consumo. Nessas atividades são evidenciadas não somente as acepções simbólicas pessoais, mas também as características sociais dos grupos, pois de acordo com as reflexões de Almeida (2017) a comida e as formas de comer evidenciam que os seres humanos são simultaneamente organismos biológicos e seres sociais. O que significa que o ato de se alimentar não nutre somente o corpo, mas também as relações sociais.

Ainda sobre a questão da alimentação, Claval (2014, p.227) reflete que “a gama de produtos que podem entrar na alimentação é muito ampla, e sempre suscetível de modificações”, contudo, por meio da identidade cultural, contexto social e da intersubjetividade

dos povos, os sujeitos tendem a desenvolver um processo de seleção do que comer, como comer e quando comer. Assim, a alimentação também é composta por atributos simbólicos e culturais das sociedades. Sobre o assunto Woortmann (2013) elucida:

Nas mais diferentes sociedades, os alimentos são não apenas comidos, mas também pensados; quer dizer, a comida possui um significado simbólico – ela expressa algo mais que os nutrientes que a compõem. A família, não se reproduz apenas biologicamente, nem se reproduz apenas pela força de trabalho. Ela se reproduz também simbolicamente, e uma das dimensões dessa reprodução pode ser apreendida pelo modo de comer. (WOORTMANN, 2013, p.6).

Para além da comida, a autora ressalta que a forma, o modo de comer, retrata como os alimentos são pensados nos diferentes espaços geográficos. Ao analisar os hábitos alimentares de comunidades tradicionais sertanejas, Menezes (2013a) expõe que os indivíduos se alimentam de acordo com a sociedade as quais pertencem e que os processos de produção e consumo e permeado de experiências pessoais e significações culturais. Vemos, assim, que o mesmo ocorre nas relações alimentares das comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande, com a consumação dos seus alimentos identitários e culturais.

Na perspectiva da cultura alimentar, Pons (2005) considera que ela é formada por um complexo gustativo e possuem dimensões biológicas e culturais e permeiam as relações de tradição, identidade, saberes, sabores e comensalidades compartilhadas por determinados grupos. Isto posto, entendemos que as comunidades tradicionais pesqueiras conformam uma cultura alimentar que está simbolicamente enraizada na ampla variedade de comidas, bebidas e iguarias constituídas na relação dos sujeitos com o meio.

As experiências dos sujeitos com o meio mediada por relações alimentares se caracterizam como práticas territoriais. Menezes (2013a) interpreta que cada ação possui significados para os indivíduos e suas culturas, e quando estas ações estão relacionadas aos alimentos, comidas e ao paladar, nos possibilita a compreensão dos aspectos culturais e econômicos que estão incutidos na formação dos territórios.

Assim, o processo de formação da identidade alimentar de um povo está intimamente ligado ao território que os pertencem. Woortmann (2013, p.8) afirma que “a cozinha de um país ou região, está alicerçada a um território, assim como a um espaço e utensílios de grupos ou coletividades que a mantiveram no decorrer do tempo”. Neste caso, as ações territoriais alimentares são marcadas por laços históricos, identitários e culturais dos povos.

Nos territórios tradicionais pesqueiros de Brejo Grande as primeiras ações praticadas pelos sujeitos após a aquisição dos alimentos pescados, extraídos e cultivados é submete-los ao processo de beneficiamento, que consiste no tratamento e a preparação prévia para torna-los

comestíveis.

Nos peixes a preparação para o consumo consiste na retirada das escamas, barbatanas, espinhas e vísceras. Nos camarões esse processo consiste na remoção da casca, cabeça e patas, restando apenas a carne. O exoesqueleto do aratu tem que ser quebrado para remoção da carne que fica na parte interna, e os sujeitos ainda fazem a abertura das conchas das ostras, unha-de-velho e maçunim para retirada da parte comestível. No Siri, caranguejo e guaiamum, é feita apenas a limpeza do corpo para remoção da lama e dos pelos que se acumulam nas patas, e posteriormente são submetidos aos cozimentos e outros tipos de preparo.

A respeito das frutas, algumas são consumidas *in natura* ou no formato de sucos que acompanham as refeições. Já outras necessitam ser beneficiadas, como o coco, que passa pelo processo de remoção de casca, do miolo seco e fibroso e do endocarpo, sobra a polpa, que pode ser consumida *in natura* e, também, pode ser ralada, raspada e/ou transformada em leite e óleo. O coco é o produto mais versátil do território, pois é utilizado em uma infinidade de pratos da culinária típica local, desde o café da manhã à janta, em pratos salgados e doces, “o coco aqui a gente utiliza pra tudo, faz o óleo, o leite pra colocar na moqueca, e cocada também” (Relato 5 – Marisqueira de Carapitanga, 2018). Esta é uma iguaria que está associada ao processo de cocção de peixes e mariscos.

O leite de coco utilizado para o cozimento de peixes e mariscos²⁸ e juntos, conformam um sabor que reflete a relação entre os espaços terrestre e aquáticos, uma vez que o coco é da restinga e a proteína dos rios e lagoas. As moquecas (Figura 31) são consumidas no cotidiano com farinha de mandioca, arroz, feijão e macarrão. No Relato 26 a marisqueira de Saramem explica o processo de preparação da moqueca.

Pra fazer o leite de coco a gente rala o coco e lava com água normal, depois joga o bagaço. Para fazer a moqueca à gente cozinha o peixe ou o camarão no leite de coco, aí pode botar coentro, batata, tomate, pimentão e outras verduras pra dar gosto. Aí pode fazer moqueca de caranguejo, aratu, de tudo, mas a gente faz mais de camarão e peixe (Relato 26, marisqueira de Carapitanga, 2018).

Além das moquecas, apuramos que os peixes, caranguejos, siris, guaiamum e aratu são consumidos principalmente cozidos. Inicialmente esses alimentos são submetidos a uma emersão em água, tomate, cebola, pimentão, sal e limão ou simplesmente em água com sal. O molho que sobra do cozimento é aproveitado para a elaboração do pirão. O pirão é um alimento formado com a mistura do molho com a farinha de mandioca e, geralmente, é consumido com o marisco, juntamente com o arroz e salada.

²⁸ Marisco é o nome utilizado para se referir as espécies de crustáceos e moluscos.

Notamos, também, que os sujeitos das comunidades pesquisadas preparam as proteínas em processo denominado de fritada. Essa comida é feita com os catados de Aratu (Figura 31), ou de Ostra, de Maçunim e/ou de Unha-de-velho, peixes e camarão. Para fritar é utilizado o óleo de soja industrializado, e também no óleo de coco, “Pra fazer o óleo de coco, você rala o coco, tira o leite, bota pra talhar aquele leite e no outro dia você pega e tira aquela nata de cima e bota na panela. Ali já vai ser o óleo de coco, e a água que fica embaixo você joga” (Relato 27 – Marisqueira de Santa Cruz, 2019).

Figura 31 – Culinária típica dos Territórios Tradicionais Pesqueiros de Brejo Grande



Fonte: Pesquisa de campo 2018

Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan (2018)

Com base na figura 31, analisamos que os hábitos alimentares apresentados são formados pelas comidas identitárias da culinária local e também por alimentos processados e industrializados, é o caso do consumo de refrigerante (ao lado da fritada de aratu) e do macarrão (ao lado da tainha frita). O fato apresentado nos remete ao estudo de Menezes e Cruz (2017), quando abordam a influência da globalização no consumo alimentar.

Em decorrência da globalização, ao mesmo tempo em que traz rupturas com os territórios de produção e leva a padronização, também proporciona diversidade alimentar, pois é justamente pela circulação de produtos que muitas regiões podem acessar alimentos que até então não eram consumidos (MENEZES; CRUZ. 2017, p.41).

Percebemos que produtos alimentícios industrializados têm incrementado e diversificado os hábitos e a dieta da população das comunidades pesquisadas. Entre os alimentos processados inseridos na culinária local, destaca-se ainda o arroz, e a massa de milho para cuscuz. A praticidade da cocção e os preços atrativos contribuem para que esses alimentos ganhem espaço no consumo das famílias, conforme relato 28: “Eu como mais o arroz de

mercado, porque é menos trabalhoso, é só jogar na panela e esperar secar, já o comum daqui, as vezes têm que tirar a casquinha e quando ele fica cozido, ainda tem que escorrer” (Marisqueira de Carapitanga, 2019).

O arroz produzido no município era consumido de diversas formas, nas três principais refeições diárias e também nas sobremesas e lanches, pois, além do consumo do arroz cozido no almoço, o cuscuz de arroz era apreciado no café da manhã e janta, já os bolos e o arroz-doce em festividades. Entretanto, a diminuição da produção municipal do grão e a inserção do arroz industrializado, os alimentos tradicionais derivados do arroz local têm sido erradicados, pois esse produto industrializado não tem a mesma consistência para produção dos derivados.

De acordo com Menezes, Santos e Conceição Silva (2019) a tecnologia e a valorização do arroz transgênico produzido no sul do Brasil provocaram o aumento da produtividade e a expansão do seu comércio para todo o país, a ponto de a produção sergipana não conseguir concorrer, perdendo espaço e mercado consumidor nos próprios municípios produtores.

Em artigo produzido para destacar as mudanças na alimentação nas comunidades sertanejas em Sergipe, Menezes (2013a) identificou o desuso da banha no preparo de alimentos e o domínio do óleo de soja. Percebemos processo semelhante nas comunidades pesquisadas, em que a utilização do óleo de coco na cocção de alimentos tem sido erradicada, em decorrência da praticidade e baixo custo do óleo de soja. Para obtenção do óleo de coco, os sujeitos necessitam produzir artesanalmente, ou comprar na própria comunidade, entretanto, o preço da especiaria é 500% superior ao derivado da soja, e por isso deixou de ser priorizado pelas famílias.

Apesar do consumo dos alimentos citados terem diminuído, os sabores de ambos permanecem nas memórias atreladas as experiências de sabores ligadas a um contexto histórico, sociocultural e econômico distinto ao atual, mas que possuem forte representatividade e estão enraizados na identidade dos indivíduos.

A experiência do consumo vivenciadas no passado permanece viva na memória e nas oralidades dos sujeitos “o cuscuz de arroz era um dos melhores, todo dia eu lembro, eu fazia ele no braço, pegava o arroz e colocava no pilão pra bater, ficava uma delícia, meu pai do céu, que saudades! e esses de milho não tem gosto de nada” (Relato - 29, Marisqueira de Santa Cruz, 2019). O arroz tem uma capacidade peculiar de aguçar a memória dos sujeitos que vivem no território tradicional pesqueiro analisado, principalmente em relação ao saber fazer das comidas e derivados e os sabores associados a esses alimentos.

De noite a gente comia o cuscuz do próprio arroz, botava de molho até ele ficar pubando, aí a gente escorria a água, e botava no pilão pra pisar e fazer a

massa e depois ralava o coco pra misturar com a massa e cozinhar o cuscuz, era bom! A gente ainda come, mas não é como o arroz que nós fazíamos, porque agora já é beneficiado lá na fábrica, já vem a massa pronta, mas não é gostoso de jeito nenhum, a diferença é muita, muita, muita! O gosto é diferente de mais, eu preferia pisar no pilão, porque você está comendo e sentindo o gosto do arroz, come sabendo que é arroz. Hoje é mais fácil, mas é mais ruim, não dá pra comparar o arroz do pilão para o arroz que vem da fábrica (Relato 30 – Marisqueira de Saramem, 2019).

Constatamos que os alimentos que não fazem mais parte dos hábitos alimentares permanecem a memória afetiva, representativa e simbólica dos sujeitos. Com base no relato 30, percebemos ainda, que o coco é um alimento utilizado na produção do cuscuz de arroz, desta maneira, consideramos que é o alimento mais presente no preparo de comidas e iguarias, e também é utilizado para amenizar a fome nos momentos de penúria, conforme relato 31.

Na hora da fome com os meus filhos, quando a farinha tava pouca, eu ia pegar uns cocos, ralava, misturava com a farinha e jogava um pouquinho de sal, botava no cuscuzeiro e a farinha inchava, aí dividia um pouco pra um e um pouco pra outro. Ficava um cuscuz de coco com farinha e dava pra todo mundo, fiz e muito (Relato 31 – Marisqueira de Santa Cruz, 2019).

Outras iguarias que singularizam e complementam os sabores e a identidade cultural alimentar nos territórios pesqueiros são os doces, bolos e guloseimas. A produção de cocadas, compotas de caju, doce de leite, queijadina e bolo de macaxeira são alimentos que também estão presentes no cotidiano, e as suas preparações envolvem um conjunto de técnicas e saberes.

As cocadas são preparadas em três principais tipos, a primeira e a segunda tomam como base o coco ralado, e a segunda, as raspas do fruto. Elas são submetidas a cocção junto com o açúcar, mas a textura e o sabor se diferenciam. A primeira é conhecida, popularmente, como cocada de fita; a segunda, cocada de forno; e a terceira como cocada de fita (Figura 32).

Durante o processo de preparação da iguaria, notamos que os sujeitos adicionam outros elementos para diversificar os sabores das cocadas. Foram identificadas, ao menos 16 sabores diferentes: amendoim, castanha, goiaba, abacaxi, café, brigadeiro, amendoim, pimenta, gengibre, maracujá, chocolate, caju, graviola, coco puro, coco queimado e leite condensado. A variedade de sabores é uma estratégia adotada para chamar a atenção dos consumidores e promover a comercialização.

Outro doce produzido é a compota de caju, que é preparada de acordo com a disponibilidade do fruto na restinga. Neste caso, relaciona-se ao calendário natural do fruto que compreende os meses de novembro a fevereiro. O consumo sazonal desse doce nos remete as discussões de Montanari (2008), ao ressaltar a produção e o consumo de comida relacionado ao calendário. A safra do caju em Sergipe acontece nos citados meses, portanto, os doces são

produzidos nesse período, tendo em vista a oferta desse fruto pela natureza. Para fazer esse doce, a castanha é removida e, na panela, é misturado água, açúcar e o pedúnculo. Todos esses ingredientes são submetidos às altas temperaturas que transformam o caju, tornando-a concentrado com calda.

A queijadinha preparada nos territórios tradicionais pesqueiros de Brejo Grande, diferentemente do costume nos mais diversos locais do país, tem como o principal ingrediente o coco e não queijo. Na culinária local, existem dois tipos de queijadinha, a primeira é feita com uma massa homogênea composta por farinha de trigo, manteiga e cocada branca, a segunda é feita uma massa como base e adiciona o doce de coco (figura 32). Ademais, constatamos, também, que os bolos, a exemplo do que é feito de macaxeira (figura 32), é produzido na região e, como nos outros alimentos, é inserido no preparo desse alimento o coco ralado.

Para além dos doces, os frutos da restinga são transformados em bebidas como sucos e cachaças. Os sucos são feitos com as frutas encorpadas como o caju, mangaba, manga e jenipapo. As bebidas alcoólicas, por sua vez, são produzidas por meio da mistura da cachaça com os frutos, caules e raízes que atribuem os sabores da restinga à aguardente. As cachaças de cambuí (figura 32), coco, murici, jenipapo e cipó mil homens (popular milome) são igualmente produzidas e consumidas pelos sujeitos.

Os saberes na produção de alimentos são compostos por gestos que de acordo com Claval (2014) são transmitidos com as repetições e oralidades. A transmissão de saberes tradicionais geralmente ocorre no âmbito familiar e assim é repassado entre as gerações. No Relato 32, evidenciamos a representatividade da cocada na vida do sujeito que desde a infância aprendeu com a sua avó e reproduzia nas suas brincadeiras de criança:

Eu aprendi a fazer essas cocadas com minha avó. Ela fazia cocada pra eu comer no internato. Aí eu comecei a aprender com ela, eu brincava muito de boneca e fazia as cocadas para comer com as bonecas, com 8 anos isso. Ai com 14 anos eu me casei e comecei a fazer essas nessas assadeiras e comecei a vender na rua. (Relato 32, Doceira de Saramem, 2019)

Figura 32 – Doces, guloseimas e bebidas da cultura alimentar dos povos pesqueiros



Fonte: Pesquisas de Campo em novembro de 2018 e setembro de 2019
Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan da (2018-2019)

A cocada está presente na memória e faz parte da identidade dos sujeitos que os produzem. Nessa perspectiva, “[...] os alimentos têm histórias associadas com o passado de quem os utiliza; as técnicas empregadas para produzir, processar, preparar, servir e consumir os alimentos são todas culturalmente variadas, portadoras de suas próprias histórias” (MENEZES; CRUZ, 2017, p. 35). Assim, os alimentos são fontes de valores e significados.

Em relação aos alimentos produzidos nas áreas cultivadas, somente a mandioca e o coco são beneficiados para o consumo de derivados, a casa de farinha comunitária de Santa Cruz tem maquinários e fornos, conforme relato “nossa casa de farinha tem três fornos, dois funcionando e um não, tem duas prensas, tem o motor de ralar, tem o motor de passar o caroço, hoje é tudo na máquina e na energia” (Relato 33 - Pescador de Santa Cruz, 2019). Os equipamentos facilitam a produção da farinha de mandioca e outros derivados como beiju e o pé de moleque.

Assim como o coco, a farinha também é um dos principais elementos para garantia da segurança alimentar dos sujeitos, pois, garante a sustentação do corpo e acompanha inúmeras comidas do cotidiano. Da mandioca se produz outros tipos de derivados como o pé de moleque e o beiju. Na figura 33, vislumbramos a produção de farinha e beiju.

Figura 33 – Produção de derivados da mandioca em Santa Cruz



Fonte: Pesquisa de Campo de abril de 2019

Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan da (2019)

Para destacar as formas, maneiras e os jeitos de como os alimentos originados dos cultivos agrícolas são consumidos, recorreremos as reflexões de DaMatta (1986, p.56), no momento em que o autor salienta que “[...] o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere”. As variadas formas de preparo e degustações dos sabores dos alimentos da terra, evidencia a realização dos indivíduos enquanto pertencente a um grupo social associado a uma cultura alimentar vinculada a terra e as águas.

O jeito de comer a macaxeira geralmente é cozida e durante o café da manhã e janta, ou também, torna-se ingrediente pra comidas típicas, como explica no relato: “O escondidinho de macaxeira é uma delícia, a gente pega na roça, cozinha e faz uma camada de macaxeira e uma camada de camarão, uma camada de macaxeira e uma camada de galinha” (Relato 34 – Marisqueira de Santa Cruz, 2019). Neste alimento típico, percebemos ainda a correlação de ingredientes da terra e das águas.

Em relação ao milho, o sujeito explica o jeito de comer: “a gente come o milho assado na brasa, cozinhado, e minha esposa também faz canjica. É a melhor canjica! E ela gosta de fazer pamonha também” (Relato 35 - Pescador de Santa Cruz, 2019).

O Maxixe é um legume que se come cozido em molhos e caldos, no feijão, carnes, frango, peixes e mariscos. Durante a cocção o maxixe adquire o gosto do alimento principal e é apreciado, pois possibilita uma sensação de saciedade mais rapidamente.

No quadro 02, apresentamos uma síntese dos alimentos coletados e cultivados, além das formas de consumo estabelecida no território em análise.

Quadro 2 – Síntese da produção e consumo de alimentos identitários no Território Tradicional Pesqueiro de Brejo Grande, 2018 -2019.

PRÁTICA PRODUTIVA	PRODUTO ALIMENTÍCIO PRIMÁRIO	AMBIENTES	COMUNIDADES DESTINO					COMIDAS, BEBIDAS IGUARIAS TÍPICAS DERIVADAS
			CA	SC	SM	C. F.	COM	
Pesca artesanal	Pescadinha	Rios/mar						Fritadas, assados, cozidos, moqueca, caldos, ensopados, recheios, pirão.
Pesca artesanal	Camurim	Rios						
Pesca artesanal	Arraia	Rios/mar						
Pesca artesanal	Bagre	Rios/mar						
Pesca artesanal	Carapeba	Rios						
Pesca artesanal	Pilombeta	Rios/mar						
Pesca artesanal	Curimã	Rios/mar						
Pesca artesanal	Caranha	Rios						
Pesca artesanal	Tucunaré	Rios						
Pesca artesanal	Xira	Rios						
Pesca artesanal	Mero	Rios						
Pesca artesanal	Tilápia	Rios/lagoas						
Pesca artesanal	Traíra	Rios/lagoas						
Pesca artesanal	Piau	Rios/lagoas						
Pesca artesanal	Camurupim	Rios/lagoas						
Pesca artesanal	Xaréu	Rios/mar						
Pesca artesanal	Robalo	Rios						
Pesca artesanal	Mandim Amarelo	Rios						
Pesca artesanal	Tambaqui	Rios/lagoas						
Pesca artesanal	Tainha	Rios						
Pesca artesanal	Pescada	Rios						
Pesca artesanal	cação	Rios/mar						
Pesca artesanal	vermelha	Rios/mar						
Pesca artesanal	Peixe porco	Rios/mar						
Pesca artesanal	Piranha	Rios/lagoas						
Pesca artesanal	Camarão nativo	Rios/lagoas						
Criação	Camarão de cativeiro	Tanques						
Coleta	Caranguejo	Manguezal					Cozidos inteiros ou catados, Pirão do caldo da panela, Recheios para iguarias diversas.	
Coleta	Guaianum	Manguezal /restinga						
Coleta	Siri	Manguezal / Rios/mar						

PRÁTICA PRODUTIVA	PRODUTO ALIMENTÍCIO PRIMÁRIO	AMBIENTES	COMUNIDADES			DESTINO		COMIDAS, BEBIDAS IGUARIAS TÍPICAS DERIVADAS
			CA	SC	SM	C. F.	COM	
Coleta	Aratu	Manguezal						Cozidos inteiros ou catados, Pirão do caldo da panela, Moqueca do catado, Fritada do catado, Recheios para iguarias diversas
Coleta	Ostra	Manguezal / Rios						
Coleta	Sururu	Manguezal / Rios						
Coleta	Massunim	Rios/lagoas						
Coleta		Manguezal / Mar						
Coleta	Unha de veio	Rio/margens/praias						
Extrativismo / cultivo	Coco	Restinga/ Roça						Cocadas, queijadinha, cachaça e óleo, moquecas, caldos, cuscuz,
Extrativismo	Caju	Restinga						Compota, cocada, suco e cachaça.
Extrativismo	Jenipapo	Restinga						Suco e cachaça
Extrativismo	Cambuí	Restinga						Cachaça
Extrativismo	Mangaba	Restinga						Suco
Extrativismo	Manga	Restinga / Quintais						Suco
Extrativismo	Cajá	Restinga / Quintais						Suco
Extrativismo	Maracujá do mato	Restinga / Roça						Suco
Extrativismo	Jamelão*	Restinga						-
Extrativismo	Ingá*	Restinga						-
Cultivo	Melancia	Roça						Suco
Cultivo	Mandioca	Roça / Quintais						Farinha, beiju, tapioca e bolos.
Cultivo	Macaxeira	Roça / Quintais						Bolos, cozido
Cultivo	Milho	Roça						Pamonha, canjica, cozido
Cultivo	Amendoim	Roça						Cozido
Cultivo	Feijão	Roça						Cozido
Cultivo	Maxixe	Roça						Cozido

Notas: (CA) Carapitanga; (SC) Santa Cruz; (SM) Saramem; (C.F) Consumo familiar; (COM) Comércio; (*) Consumo somente *in natura*

Fonte: Pesquisas de Campos de 2018 e 2019

Organização: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan da (2019)

Os alimentos cultivados conformam uma multiplicidade de possibilidades de consumo e diversifica os hábitos alimentares do território tradicional pesqueiro, o acesso à terra e autonomia na produção dos quintais é primordial para reprodução socioeconômica das famílias. Entretanto, os sujeitos têm vivenciados nos últimos anos o processo de territorialização de atividades econômicas que interferem negativamente no processo de coleta, beneficiamento e consumo de alimentos tradicionais e identitários, ameaçando a Soberania alimentar dos povos.

4.3 Soberania alimentar dos povos brejo-grandenses sob ameaça

Os efeitos das atividades econômicas de modelo de desenvolvimento neoliberal para produção de energia elétrica, na usina hidroelétrica de Xingó e o cultivo de camarão em cativeiro tem afetado diretamente as práticas de extrativismo e cultivo de alimentos que garantem a sobrevivência dos grupos familiares e a reprodução sociocultural, simbólica e identitária dos sujeitos. As atividades provocam conflitos territoriais pelo uso e acesso aos recursos naturais e causam mudanças nas estruturas socioambientais do meio.

Segundo Alves (2010) a carcinicultura quando inserida nos territórios tradicionais pesqueiros provoca danos aos recursos naturais, como remoção da vegetação de manguezais e poluição de estuários. Neste caso, a atividade provoca um desequilíbrio nos ecossistemas, pois para que possa ser instalada é necessária à supressão das matas de mangue e a troca constante de água com fontes naturais, geralmente de cursos d'água naturais.

Em estudos realizados por Alves et al. (2017) nas comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande foi constatado que a expansão da carcinicultura tem implicado na descaracterização da paisagem e em mudanças no cotidiano dos povos pesqueiros. Complementamos a discussão ao considerar que a visão é o sentido mais sensível do corpo e contribui diretamente na forma como sentimos, percebemos e reconhecemos o ambiente. As mudanças bruscas visíveis na paisagem, provocadas pela carcinicultura, interferem diretamente formação da identidade e nos sentimentos dos indivíduos. Na figura 34, observa-se o desmatamento de 05 hectares de mangue no povoado Carapitanga.

Figura 34 – Carcinicultura em área de manguezal em Carapitanga



Fonte: Pesquisa de Campo junho de 2018

Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Hebert Ruan da (2018)

O aparente dano ambiental possui consequências não só para a natureza, mas, também para as comunidades tradicionais pesqueiras, pois o desmatamento do mangue promove a diminuição das áreas destinadas para a coleta de mariscos e implica na redução do território dos pescadores e marisqueiras, que passam a enfrentar dificuldades para adquirir a alimentação cotidiana. Diante da problemática, a estratégia de sobrevivência utilizada pelos sujeitos é a busca por áreas de manguezais mais conservados, para isso, percorrem e navegam por longas distâncias. Deste modo, a prática da carcinicultura impõem novas territorialidades e modifica a cotidianidade dos sujeitos.

As longas distâncias percorridas contribuem na ampliação da jornada de trabalho e aumento do gasto de combustível utilizado no motor das pequenas embarcações, situação que modifica as relações de consumo, pois os grupos familiares tendem a disponibilizar parcela maior da renda para aquisição do produto. Em Carapitanga, o uso de embarcações a motor tornou-se obrigatório, mesmo para as marisqueiras que centralizam seus trabalhos nos manguezais, devido à ausência de mata densa e baixa ocorrência de espécies de mariscos nas áreas próximas aos seus espaços domésticos, inviabilizando o trabalho com locomoção a pé. Em Santa Cruz, as marisqueiras precisam caminhar aproximadamente dois quilômetros sob a mata de restinga para encontrar com a área de manguezal, entretanto, essa área inicial foi transformada pela carcinicultura, e assim, os sujeitos se locomovem com a utilização de embarcações para áreas com maior produtividade.

As embarcações constituem uma estratégia para os sujeitos continuarem o seu trabalho de busca e coleta das espécies para levar o alimento para seus núcleos familiares. Essa problemática social em pauta afeta a autonomia e a liberdade de escolha dos locais onde se devem coletar os alimentos, interferindo negativamente na consolidação da soberania Alimentar dos pescadores e marisqueiras. Esses sujeitos além de vivenciaram a perda de

território da pesca próximo aos seus lares, passaram a conviver com o fenômeno da privatização de espaços que antes se tinha o livre acesso.

De acordo com Brandão (2012) é comum que nas comunidades tradicionais aos sujeitos desenvolvam experiências de vida com territórios cercados e ameaçados. Constatamos essa afirmativa do autor nos territórios tradicionais pesqueiros de Brejo Grande, com o cercamento e a privatização das áreas de mangue para a prática da carcinicultura, e, provoca conflitos territoriais marcados pela evidência de relações dissimétricas de poder frente as relações identitárias, simbólicas e culturais dos indivíduos, ao impor mudanças na mobilidade, proibição de acesso às proximidades dos tanques, tensões e a violência, que já culminaram em assaltos, castigos e perda de vida humana, conforme relato 36.

Os donos de viveiro aqui não deixa ninguém passar pelo muro de jeito nenhum e aqui já teve foi morte por causa disso, porque um dono de viveiro não queria deixar o rapaz passar e o rapaz disse que ia passar porque o caminho dele sempre foi aquele ai o outro disse que ele não passava, ai brigaram e o rapaz foi e matou o outro de faca, matou pra sobreviver (Relato 36 – Marisqueira de Carapitanga, 2019).

Conforme observamos no relato 36, o conflito territorial foi provocado pela privatização e fechamento de local antes utilizado para o trânsito de pessoas para acesso às áreas de manguezal e rio Parapuca e pela proibição dos sujeitos passarem pela borda, que de acordo com relatos informais de carcinicultores, a passagem por ela pode prejudicar e ceder a estrutura. Para evitar confrontos, os sujeitos devem procurar novos caminhos e novas formas de acesso aos manguezais e rios.

Para além da supressão da vegetação dos manguezais e privatização, a carcinicultura causa impactos nos corpos hídricos, devido à constante troca de água entre os rios e os tanques. Santos (2008) assevera que no processo de cultivo, engorda e despesca do camarão vários procedimentos e produtos químicos são utilizados, a saber, Metabissufito de Sódio (NaHS_2O_5), dióxido de enxofre (SO_2), calcário pulverizado (CaCO_3), Cal virgem (CaCO), Cal Hidratada (Ca(OH)_2) dentre outros tipos de insumos, com o objetivo de criar as condições ideais para adaptação e sobrevivência da espécie exótica *Litopenaeus Vannamei*. Neste caso, os produtos químicos e insumos tem a função de corrigir as condições de acidez do solo e a salinidade da água. Em Brejo Grande identificamos a utilização o calcário Agrícola (CaCO_3) e o silicato de sódio alcalino (Na_2SiO_3), conforme observamos na figura 35.

Figura 35 – Produtos químicos utilizados na carcinicultura em Brejo Grande



Fonte: Pesquisa de Campo em outubro de 2019

Autor: CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan da (2019)

Nas áreas de manguezais é comum que a biodiversidade nativa do ecossistema adentre nos tanques destinados a carcinicultura. Este acesso tem provocado a redução da produtividade do camarão exótico, que se torna presa de alguma das espécies endêmicas. Para controlar o acesso e garantir uma alta produtividade, os produtores utilizam venenos e outros tipos de defensivos agrícolas para reduzir a população dos predadores, conforme relato 37: “lá no mangue tem produtor que usa até veneno de carrapato pra matar os mariscos” (Carcinicultor de Brejo Grande, 2019). Esta situação tornou-se uma problemática socioambiental, pois a fauna local passou a ser considerada praga, e como tal, necessita ser combatida e controlada.

Os insumos químicos e os defensivos agrícolas além de alterarem as características de acidez e salinidade da água, criam as condições ideais para que parte das espécies nativas não sobrevivam. O agravante é que, ao final de cada ciclo, a água do tanque é escoada para os leitos naturais dos rios sem nenhum tipo de tratamento, afetando os cursos d’água e a reprodução das espécies nativas, que são necessárias a manutenção da soberania alimentar dos povos tradicionais pesqueiros. A carcinicultura quando praticada aos moldes descritos, impõe as comunidades tradicionais, um estado de insegurança alimentar. Sobre o assunto relata a marisqueira de Carapitanga:

Hoje você entra na beira do mangue e só sente aquele cheiro de coisa podre, de coisas que morrem lá dentro. Lá tem muito marisco, só que tudo morto. Ai ninguém sabe se é o cloro, se é o cal que eles jogam. Eu acho que é o cloro, pois tem o cloro que é vermelho. Ai eles cloram o viveiro, jogam os negócios lá e fecham, passam dois, três dias lá. Ai quando eles abrem, aquela água vai todinha pra dentro da maré, aí prejudica né, por isso que tá a falta de marisco (Relato 38 – Marisqueira de Carapitanga, 2018).

Apesar de não ter conseguido identificar estudos científicos que atestem a relação da carcinicultura com a mortandade e redução de espécies do sistema estuarino-lagunar do Rio São Francisco nos últimos anos, os sujeitos sociais, por meio das suas vivências e experiências cotidianas no território, atribuem a diminuição da população de peixes, crustáceos e moluscos aos rejeitos de produtos químicos e agrotóxicos lançados pelos viveiros diretamente nos cursos fluviais.

Com base em observações *in loco* e relatos dos pescadores e marisqueiras, percebemos que o avanço da carcinicultura tem provocado desequilíbrio econômico para as famílias que sobrevivem exclusivamente da atividade pesqueira tradicional, que quando comprometida, pode desencadear uma crise de alimentação e consumo nos núcleos familiares. O relato 39 retrata o desaparecimento e morte das espécies que interfere negativamente na atividade pesqueira.

A pesca não está boa não, sumiu tudo. Antes a gente ia e pegava 4 ou 5 quilos e hoje não pegamos nada, e às vezes não paga nem a gasolina. Já pesquei de tudo, já peguei peixe, já peguei caranguejo, aratu, o que aparecesse. O sururu foi quem sumiu mesmo, você olha assim dentro dos mangues e chega dá pena de ver aquelas tranceiras de sururu tudo morto, chega dá uma pena. (Relato 39 – Marisqueira de Carapitanga, 2018).

Diante da problemática de mortandade, os sujeitos buscam as espécies em áreas mais distantes para garantir o alimento para as famílias. A falta de mariscos, peixes e crustáceos endêmicos tem afetado também, os hábitos alimentares dos povos, realidade que se evidencia a partir da substituição do camarão endêmico pelo de viveiro em diversos tipos de preparo como nas fritadas e moquecas (figura 36).

Figura 36 – Camarão de viveiro incrementando os hábitos alimentares



Fonte: Pesquisas de Campo em dezembro de 2018 e abril de 2019

Os sabores do camarão de viveiro aos poucos se incorporam na identidade alimentar dos sujeitos “eu prefiro o de viveiro que é mais gostoso, o do rio é mais fininho e pequeno e tem pouca carne e o de viveiro é mais gordo e tem mais tamanho” (Relato 40 – Filha de marisqueira de Carapitanga, 2018), entretanto, os idosos afirmam que o camarão do rio é mais saudável, pois o de viveiro é “carregado” e pode causar ou acentuar inflamações pelo corpo.

Entretanto, não só a carcinicultura tem ameaçado a soberania alimentar dos povos tradicionais, outro problema vivenciado é o aumento do nível de salinização dos canais fluviais, lagoas e águas subterrâneas pertencentes ao sistema estuarino-lagunar do Rio São Francisco. É ocasionado por meio da penetração de águas marinhas nos rios e lagoas, e foi assentado em decorrência do controle da vazão do Rio São Francisco pelas Usinas Hidroelétricas ao longo do seu curso.

A salinização da água tornou-se uma problemática social grave, pois além de afetar o uso e a distribuição de água nas comunidades, interfere diretamente no desaparecimento, mortandade e consumo de espécies de provenientes de água doce. Nos rios de grande porte como o São Francisco, as espécies foram afugentadas em direção a montante, já os pequenos riachos, com nascente e foz dentro do próprio município, ficaram completamente salinizados, as espécies de água doce foram erradicadas, dando lugar a espécies que convivem bem em águas salobras, conforme observamos no relato 41.

Aqui nesse riacho tinha camarão, peixe, e antigamente tinha massunim, mas o pessoal já não pega mais porque acabou. Era uma coisa que antigamente tinha e hoje não, e com essa água salgada acabou tudo, antes você chegava daqui pra ali e rapidinho pegava dois, três baldes cheios de massunim e hoje não pega mais. Hoje, bom de pegar aqui é o aratu, e não tinha antes, a água foi salgando e eles vieram subindo, porque antes só encontrava aratu lá no mangue. (Relato 41 - Pescador de Santa Cruz, 2019).

Diante da nova problemática ambiental, os sujeitos passaram a mudar as estratégias para prática do extrativismo, coleta nesses ambientes, situação que influencia em mudança dos hábitos alimentares que passou a ser baseado muito mais em espécies de águas salobras e salgadas em detrimento das espécies de água doce, como “o pintado, o mandi, pirarucu, dourado do rio, carapeba, tucunaré e o piau tem muito pouco por aqui e eu comia muito na minha infância” (Relato 42 – Pescador de Saramem, 2018).

Diante de situações de conflito vivenciadas por estes povos, os sujeitos acabam assumindo posicionamentos e identidades territoriais diversificadas. Em Brejão e Carapitanga, a carcinicultura é desenvolvida tanto por sujeitos internos quanto externos a comunidade.

Os moradores, são influenciados por políticas públicas de incentivo, que propaga a melhoria das condições financeiras e sucesso econômico da atividade, e, tornar-se produtor é um sonho almejado por muitos indivíduos. Neste caso, alguns sujeitos tornaram-se produtores, situação que complexifica as relações sociais, identitárias e de pertencimento a atividade pesqueira, a carcinicultura e ao território.

4.3.1 Percepção, pertencimento e identidade territorial com a carcinicultura

Os níveis de pertencimento dos indivíduos se relacionam diretamente com a construção identitária, e sobre o assunto, relembramos a concepção de Castells (1999, p.23) quando entende que a formação da identidade “vale-se da matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso”. As relações desenvolvidas no espaço no decorrer do tempo subsidiam a constituição de significados e moldam as identidades. Em relação aos povos tradicionais pesqueiros de Brejo Grande, o desenvolvimento da carcinicultura têm contribuído na constituição de múltiplos significados e identidade dos indivíduos, que acabam tomando posicionamentos e percepções distintas.

Para compreender as múltiplas identidades que eclodiram com o avanço do cultivo de camarão, basearemos nas reflexões de Bassand (1999) apresentadas por Almeida (2005, p.110), os autores evidenciam cinco tipologias de identidades assumidas pelos sujeitos de acordo com o grau de pertencimento com os seus territórios.

- 1) os apáticos e os resignados: destacam-se pela atitude passiva e por não se identificarem com os interesses locais e territoriais;
- 2) os migrantes potenciais: aqueles que não veem perspectivas de realizações de seu projeto pessoal naquele território e estão buscando ocasiões para migrarem;
- 3) os modernizadores: são aqueles adeptos de todas as formas de modernização. Este tipo geralmente forma a parcela dos bem-sucedidos na política e na economia local e são quase sempre depreciadores do patrimônio e da história local que consideram como tradições obsoletas e retardatárias.
- 4) os tradicionalistas: dotados de uma identidade histórica, patrimonial e emblemática muito forte são os que reivindicam um projeto territorial consistente para congelar a região em seu estado de desenvolvimento atual, ou seja, em reconstruí-la segundo um modelo antigo de caráter mítico.
- 5) os regionalistas: são os que preconizam o desenvolvimento autônomo de sua região a qualquer preço e mediante ao recurso de qualquer meio uma vez que consideram asfixiante o centralismo estatal. (ALMEIDA, 2005, p. 110).

No território tradicional pesqueiro estabelecido por Carapitanga, Santa Cruz e Saramem no Sistema Estuarino-Lagunar do Rio São Francisco é possível identificar sujeitos e indivíduos que em suas oralidades externalizam quatro dos perfis apresentados por Bassand (1999 apud ALMEIDA, 2005), no tocante ao senso de pertencimento relacionado ao território e a carcinicultura.

Os apáticos se concentram em Saramem, os pescadores e marisqueiras não conseguem perceber as injustiças ambientais²⁹ ocasionadas pela criação de camarão em cativeiro nas suas

²⁹ De acordo com Alves e Santos (2015, p. 55) As injustiças ambientais encobrem um conjunto de situações que

atividades econômicas do cotidiano. Sobre o assunto discorre o relato: “O pessoal que cria camarão fica longe da gente, eles no canto deles e a gente no nosso, ninguém se prejudica” (Relato 43, Pescador De Saramem, 2018), A apatia deve-se ao fato de que a carcinicultura não faz parte paisagem do espaço construído da comunidade, apesar de estar próximo dos ambientes as quais os sujeitos desenvolvem as suas práticas produtivas.

Em Carapitanga é perceptível a presença de sujeitos resignados, que apesar de serem afetados diretamente com atividade econômica em voga, mantêm a atitude passiva, pois, a carcinicultura possibilita o desenvolvimento do trabalho informal e sazonal, sobretudo para os filhos de pescadores e marisqueiras, conforme relato:

Aqui tem pouco conflito, porque ninguém briga com os donos de viveiro, porque às vezes eles chamam os filhos para trabalhar lá nos viveiros e isso acomoda o pessoal. Coloca uns seis, sete homens rapazinhos pra cuidar dos viveiros e eles já tiram um dia de trabalho. (RELATO 44, Marisqueira de Carapitanga, 2018).

No Território Pesqueiro encontra-se ainda, os migrantes potenciais, que por não acreditarem na melhoria das condições de vida e financeira, migram para os grandes centros urbanos do estado. A migração ocorre de maneira forçada, pois os desgastes físico e socioeconômico nos territórios de vivência da atividade pesqueira está intensificado devido às disputas pelos recursos naturais. Pescadores e marisqueiras têm buscados novos territórios de sobrevivência, como analisamos no Relato:

Minha mãe mesmo, foi embora. Aqui não tinha como ela sobreviver, aqui não estava dando o marisco. Ela sabia pescar, ela ia pescar camarão e não era sempre que dava. Aí, não estava dando para ela se manter aqui. Foi quando minha mãe pediu para minha irmã arrumar um trabalho para ela, e ela foi embora pra Barra dos coqueiros e lá está trabalhando numa fábrica. Até ontem eu falei com ela e ela disse que até levou dois rapazezinhos para trabalhar. (Relato 45 – Filha de Marisqueira, 2018)

A realidade vivenciada mostra que a migração já está ocorrendo, e a tendência é de que, quem migrou influencie a migração de outros migrantes potenciais. Nos novos espaços de vivência, os migrantes são submetidos as novas condições de trabalho e renda, podendo provocar o desenraizamento no tocante as práticas produtivas tradicionais, uma vez que são realizadas no contexto familiar e do auto exploração, além de permear laços de afetividade e identidade. Nas cidades, o trabalho da mulher se concentra nos serviços domésticos e de limpeza, enquanto os homens tonam-se ajudantes de alguns tipos de profissão, como pedreiro

são caracterizadas pela distribuição desigual de poder sobre a base material da vida social e do desenvolvimento, surgindo principalmente através da apropriação do elitista do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e na exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento (ACSELRAD et al., 2010).

e mecânico.

Em relação aos sujeitos com perfil identitário denominado de modernizadores, se dividem em dois principais grupos, o primeiro refere-se aos indivíduos proprietários de viveiro de camarão, e os seus familiares que já desenvolvem a atividade em pequena escala com viveiros de até 2 hectares, e afirmam que a única saída para o desenvolvimento dar-se-á pela carcinicultura, conforme relato 46.

A carcinicultura tem que ir à frente, porque é o que mais está tendo aqui, é o que mais está mudando a vida das pessoas e eu acho que tem que ficar porque já tinha há muito tempo. O que mais está levando o pessoal daqui a melhorar de vida é a carcinicultura. (Relato 46 – Carcinicultor de Carapitanga, 2019).

O segundo grupo é formado por aqueles que, não tem condições financeiras para construir um viveiro de camarão, mas, tem o sonho em torna-se produtor, para melhoria das condições familiares de vida, conforme relato 47.

Para manter um viveiro, tem que ter dinheiro, pois não é só cavar e botar o camarão e tem que colocar ração, tem que botar uma pessoa para botar comida. Aqui na comunidade só quem tá se lucrando é quem tem os seus viveiros, e seu deus quiser, um dia eu consigo construir o meu. (Relato 47 - Pescador de Carapitanga, 2019).

Em relação aos tradicionalistas, esses constituem um grupo identitário forte, principalmente na comunidade quilombola de Santa Cruz. São os pescadores, marisqueiras e agricultores familiares que dotados de identidade vinculada as práticas tradicionais desenvolvidas nos manguezais e cursos fluviais, tem se posicionado contra a prática a carcinicultura devido aos usos insustentáveis do meio ambiente e os danos causados do ponto de vista social, cultural e econômico aos grupos familiares dos povos tradicionais pesqueiros. Analisamos os relatos 48 e 49.

Os viveiros têm prejudicado e muito a nossa comunidade, você chega ali na beira do riacho e só tem cheiro de coisa podre, é o veneno que eles botam pra matar o marisco e a gente fica sem e eles lucrando com camarão (RELATO 48 – Marisqueira de Carapitanga, 2019).

Esses viveiros prejudicam demais a gente, porque antes o porto era livre e agora pra sair no rio pra pescar é a maior dificuldade, eu acho que tem que acabar com eles porque o estrago pra gente que pesca é muito grande (Relato 49 – Pescador de Santa Cruz, 2019).

Observamos no relato 48 e 49, que os tradicionalistas têm consciência dos danos que a prática da carcinicultura tem causado para o ambiente e para a realização da atividade pesqueira na comunidade. A identidade territorial desses sujeitos e o senso de pertencimento está enraizada nas práticas tradicionais de pesca, e por isso, se posicionam contra a carcinicultura.

Durante a realização da pesquisa, não identificamos indivíduos com posicionamento

identitário vinculado ao perfil regionalista.

Diante das múltiplas identidades apresentadas, refletimos que apesar de compartilharem do mesmo território, os indivíduos acabam assumindo interpretações e atribuem significados ao mundo experienciado de formas distintas, com base nas suas acepções particulares associadas ao caráter simbólico e cultural vivenciado no território. Sobre o comportamento simbólico, Tuan considera que:

Os seres humanos ostentam uma capacidade altamente desenvolvida para o comportamento simbólico. Uma linguagem abstrata de sinais e símbolos é privativa da espécie humana. Com ela, os seres humanos construíram mundo mentais para se relacionarem entre si e com a realidade externa. O meio ambiente artificial que construíram é um resultado dos processos mentais – de modo semelhante, mitos, fábulas, taxonomias e ciência. (TUAN, 1980 p. 15)

As reflexões postuladas por Tuan (1980) nos faz pensar que a subjetividade é uma dimensão particular da espécie humana, e ao passar o tempo, vai aprimorando a sua capacidade de interpretação do mundo, sob referências culturais e simbólicas, e também identitárias. Castells (1999) evidencia que as identidades estão inseridas em contextos permeados por relações de poder, e propõe três tipos de identidade que contribuem para interpretação da sociedade atual.

1) *Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar suas dominações em relação aos atores sociais [...]

2) *Identidade de Resistência*: Criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas e ou/estagnadas pela lógica de dominação, construindo assim, trincheiras de resistência e sobrevivência [...]

3) *Identidade de Projeto*: Quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade [...] (CASTELLS, 1999, p. 24)

As tipologias da identidade apresentadas por Castells (1999) nos impulsiona a uma interpretação a luz desses conceitos a atividade da carnicultura com base nos atores sociais, e complementa a discussão desenvolvida baseada em Bassand (1999) que nos permitiu interpretar sob a perspectiva dos indivíduos.

A identidade legitimadora está sendo instituída historicamente pela atuação do Estado que representa os interesses dos produtores de camarão e facilita a sua expansão pelo território tradicional pesqueiro das comunidades já mencionadas, influenciando na dominação e alienação dos sujeitos que motivados pelos interesses econômicos se insere na atividade, conformando novas relações identitárias.

A identidade de projeto é a menos frequente entre os sujeitos. Entretanto, identificamos a participação de marisqueiras de Carapitanga no Movimento das Marisqueiras de Sergipe

(MMS). Este movimento busca construir uma identidade relacionada ao trabalho da mulher na atividade pesqueira para dar visibilidade e valorizar as suas práticas produtivas tradicionais. No território analisado, a participação das mulheres marisqueiras no movimento tem influenciado na formação da identidade de projeto nas comunidades, o uso de símbolos, cores, hinos e cantigas já fazem parte da formação identitária do citado grupo.

No que se refere à identidade de resistência, é a mais frequente entre os pescadores e marisqueiras, que passam a vivenciar em seus cotidianos, experiências de conflito e o ônus do desenvolvimento da carcinicultura. Mesmo diante das dificuldades, criam novas estratégias, se adaptam, persistem e resistem na atividade pesqueira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



“Quem elegeu a busca, não pode recusar a travessia”

João Guimarães Rosa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao dissertar sobre as temáticas delineadas nesse estudo constatamos que a soberania alimentar é uma proposta que tem se constituído de forma democrática e horizontal por meio do diálogo dos movimentos sociais organizados formados por povos tradicionais que sobrevivem no campo. Embora apresentem diferentes peculiaridades e realidades geográficas, em relação as suas práticas culturais, eles lutam por uma causa comum, de transcender as barreiras da fome, insegurança alimentar e da miséria no campo, com base nos princípios de acesso às terras, águas e florestas para conquista e manutenção do território, da autonomia na produção de alimentos e comidas saudáveis e da sua segurança alimentar.

Entretanto, observamos que os povos tradicionais nas diferentes escalas geográficas têm enfrentado dificuldades para conquistar e manter a soberania alimentar em decorrência das barreiras instituídas pela estrutura fundiária extremamente desigual, repressão de instituições públicas e privadas, e marginalização dos movimentos sociais. Além disso, a expansão de atividades econômicas e de empreendimentos ligados a uma lógica de reprodução hegemônica neoliberal, ameaça e se apropria dos recursos necessários a sobrevivência dos povos e lhes impõem mudanças e transformações sociais e ambientais, que provocam a insegurança alimentar, fome e subnutrição.

Em relação aos povos tradicionais pesqueiros, a soberania alimentar está fortemente associada, não somente ao acesso e a luta pela terra, mas principalmente pelo acesso e uso aos espaços aquáticos, em suas múltiplas tipologias, como mares, cursos fluviais de rios, estuários, lagoas e todos os ecossistemas que se formam às margens. No município de Brejo Grande, os povos tradicionais pesqueiros estabeleceram suas comunidades em contato direto com os espaços aquáticos, e os caminhos para a construção e manutenção da soberania alimentar estão associadas e são dependentes dos recursos naturais presentes tanto nos corpos hídricos, como nos ecossistemas restingas e manguezais.

A soberania alimentar dessas comunidades está alicerçada na garantia da liberdade de acesso às áreas de restinga, manguezais e rios, onde espécies da fauna e da flora são coletados para posteriormente serem beneficiados, atribuindo-lhes valores de troca, pois são comercializados em feiras e repassados para atravessadores, e valores de uso, transformados em comidas para consumo. Além disso, a soberania reside na autonomia que os pescadores e marisqueiras possuem na decisão do que se deve pescar, onde pescar e como pescar, e nos tipos de comidas e iguarias que devem ser preparadas para o consumo cotidiano.

Neste caso, observamos que a constituição dos sabores e hábitos alimentares estão

relacionados às práticas produtivas desenvolvidas no transitar entre os manguezais, rios e restingas, que oferecem uma biodiversidade de espécies comestíveis que quando beneficiadas, combinadas, temperadas e preparadas diversificam e delineiam a culinária local. A base na formação dos hábitos alimentares dos territórios tradicionais pesqueiros de Brejo Grande, está vinculada às relações ecológicas e existenciais dos sujeitos com a natureza.

Na comunidade quilombola Santa Cruz, além da soberania alimentar ser constituída pelas práticas produtivas tecidas nos rios, manguezais e restinga, observamos a existência de cultivos agrícolas, de tubérculos (mandioca, batata e macaxeira) legumes (maxixe), grãos (feijão, milho e amendoim) e frutas (coco, melancia, caju), além de iguarias derivadas como a farinha de mandioca, bolos e beijus, exclusivamente para consumo próprio. Percebemos que o potencial produtivo supera as necessidades de consumo da comunidade, e os excedentes permanecem na própria comunidade, pois os sujeitos não possuem meios para escoar a produção. Diante deste fato, sugerimos que a Prefeitura Municipal de Brejo Grande adquira os excedentes para compor a alimentação escolar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar que exige que no mínimo 30% dos alimentos sejam adquiridos no próprio município, esta ação poderia melhorar as condições de renda dos grupos familiares.

Os sabores das comidas e iguarias fazem parte da identidade cultural dos sujeitos, e por considerar a identidade é um processo de formação histórica, os hábitos alimentares tendem a ser ressignificados com o tempo. Nos territórios tradicionais pesqueiros analisados, observamos a inserção de alimentos industrializados e processados em decorrência do desaparecimento e a diminuição de alimentos artesanais como o arroz da terra e iguarias derivadas, óleo de coco e comidas formadas com espécies de peixes e mariscos que foram afugentadas e/ou extintas dos ambientes no entorno das comunidades.

A autonomia na produção e o consumo de alimentos tem sido afetada nos últimos anos pela prática da carcinicultura e controle da vazão do Rio São Francisco na Usina hidroelétrica de Xingó, que interferem diretamente na disponibilidade de alimentos na natureza, e na liberdade para o desenvolvimento das práticas produtivas.

Em Brejo Grande, a carcinicultura tem se expandindo de maneira desmedida e sem o devido controle dos órgãos oficiais que regulamentam, fiscalizam e estudam a referida atividade. Os produtores passaram a criar os camarões em cativeiro sem experiência e nenhum tipo de assistência técnica, culminando na efetivação de uma multiplicidade de crimes ambientais, como desvio e despejo de poluentes nos cursos fluviais, e o desmatamento de áreas de preservação permanente como manguezais.

Além disso, ocasionam conflitos pelo uso dos recursos naturais do território tradicional

pesqueiro, afetando de forma direta na soberania alimentar dos pescadores e marisqueiras das comunidades, uma vez que, impõe a esses sujeitos sociais, privações que impedem a sua autonomia e liberdade das práticas da pesca e coleta de mariscos e pescados.

Observamos que os órgãos ambientais de fiscalização e regulamentação da atividade são fragilizados, pois, não conseguem evitar a eclosão da maior parte dos crimes e conflitos, e só conseguem atuar quando as consequências da falta de regulamentação tomam grandes proporções. Diante disso, se faz necessário que, no município de Brejo Grande seja efetivada ações de órgãos como a ADEMA, com aparelhagem necessária para orientar os produtores e fiscalizar cotidianamente a produção, a fim de evitar novos crimes ambientais e controlar a expansão da atividade com base no respeito às leis ambientais.

Acreditamos que a pesca industrial promovida pela carcinicultura e a atividade pesqueira tradicional, podem coexistir sem uma atrapalhar o desenvolvimento da outra. Existem estudo que evidenciam soluções para redução do uso de agrotóxicos em tanques localizados nos manguezais. Para evitar a entrada de espécies nativas nos viveiros de camarões recomendamos que os produtores do sistema estuarino-lagunar, faça a instalação de cercas com telas, com altura de no mínimo um metro e meio sobre os diques dos viveiros, desta forma, os crustáceos e moluscos terão dificuldade de acesso aos tanques. Esta ação dispensa o uso de defensivos agrícolas e outras substâncias e garante a reprodução de outras espécies.

Sugerimos aos governos estaduais e municipais a elaboração de um projeto com finalidade de proteger o território pesqueiro e controlar a expansão da carcinicultura, por meio da criação de uma reserva extrativista para prática da pesca artesanal, evitando a expansão da atividade dentro da reserva, conservando desta forma, os recursos naturais necessários as práticas produtivas tradicionais, garantindo assim, a soberania alimentar dos povos.

Acreditamos que a cultura e a identidade estão em constante movimento, mutação e ressignificação no tempo e no espaço, sendo assim, não é possível analisar esses elementos de forma engessada ou pausada, pois ao longo da vida, os sujeitos são submetidos a várias perspectivas de experiência em decorrência da dinamicidade do mundo.

Nas comunidades, principalmente em Carapitanga, identificamos a formação de uma identidade coletiva “macro” que versa sobre as significações acerca da atividade, econômicas, culturais e sociais que contribuem para a formação de um território cuja a identidade tradicional pesqueira é a mais evidente. Entretanto, na escala do indivíduo, foi possível perceber as múltiplas identidades que estes assumem com base na cotidianidade compostas por olhares, experiências, sentidos de ser e pertencer ao mundo. Interpretamos as múltiplas identidades sob

a ótica de Castells (1999) e Bassand (1999), para mostrar que as relações identitárias e tradicionais são passíveis de mudanças.

Compreender a problemática da soberania alimentar nas comunidades tradicionais pesqueiras sobre a ótica das categorias território e territorialidades, nos ofereceram os subsídios para compreender a dinâmica social de vida dos sujeitos, as estratégias criadas para manutenção da soberania alimentar e a análise das relações dissimétricas de poder existente no município. Desta forma, consideramos que as categorias apresentadas juntamente com os conceitos de comunidades tradicionais, identidade, soberania e segurança alimentar nos possibilitaram a compreensão da realidade vivenciada, proposta na construção do projeto.

Em Brejo Grande, o número de pescadores e marisqueiras registrados profissionalmente supera o número de trabalhadores no mercado formal, desta forma, a pesca artesanal é uma das maiores fontes de renda para os moradores do município. Neste sentido, os poderes executivos e legislativos municipais deveriam criar políticas de proteção, fomento e estruturação da atividade, como a criação de galpões de beneficiamento, fábricas de gelo comunitária para o condicionamento do pescado, criação de programas para absorção e comércio da produção.

Finalizamos a escrita com a esperança de que esta dissertação suscitará no surgimento de novas propostas de pesquisa sobre soberania alimentar de comunidades tradicionais pesqueiras, uma temática ainda pouco explorada e que carece de estudo propositivos mais aprofundados, para evitar e mitigar as problemáticas e os conflitos experienciados pelos povos tradicionais pesqueiros.

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre os sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, M. G. **Tantos Cerrados: Múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidades sociocultural**. Goiânia/GO, ed. Viera, 2005, p. 321-347.
- ALMEIDA, M. G. A propósito do trato do invisível, do intangível e do discurso na Geografia Cultural. **Revista da ANPEGE**, V.9, n.11, p. 41-50, 2013.
- ALMEIDA, M. G. Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste de Goiás: quintais como expressões territoriais. **Revista Confins [online]**, n. 29, 2016a.
- ALMEIDA, M. G. Mulheres Rurais - A descoberta e conquista da Cidadania pela Valorização Dos Quintais. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXVII, n. 2, p. 138-161, jul./dez. 2016
- ALMEIDA, M. G. Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo. In: SERPA, A., org. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações [online]**. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 313-336. ISBN 978- 85-232-1189-9. Available from SciELOBooks.
- ALMEIDA, M.G. **Geografia Cultural** – um modo de ver. Gráfica UFG, Goiânia, 2018.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica. Rio de Janeiro/RJ: **Escola Nacional de Ciências Estatísticas**, 2002.
- ALVES, N. M. S. et al. Mudanças no cotidiano das comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande - Sergipe, Brasil. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXVIII, n. 1, p. 187-202, Jan./Jun. 2017. ISSN: 2318-2695
- ALVES, N.M.S. Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do litoral norte do estado de Sergipe – Diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território. Tese (Doutorado em Geografia) **Núcleo de Pós-Graduação em Geografia**, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2010.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 1º Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.
- BOMFIM, Wellington de Jesus. O reconhecimento do direito a terra e território da Comunidade Quilombola Brejão dos Negros (SE). **Anais do I Seminário Nacional de Sociologia**. São Cristóvão/SE, 2016. p.1265-1280.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. CORREA, R. L. ROSENDAHAL, Z. **Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2002, p.83-131.
- BRANDAO, C. R..A comunidade tradicional. In: João Batista de Almeida Costa; Cláudia Luz de Oliveira. (Org.). **Cerrado, Gerais, Sertão - comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. 1ed.São Paulo: Intermeios, 2012, v. 1, p. 367-380
- BRANDÃO. Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Revista Ruris**. V. 1 N. 1, março de 2007. p.37-62.
- BRASIL. **Decreto n. 6040**, 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Brasília/DF, 2007.

Brasil. **São Paulo Perspec.** vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2001

CALLOU, A.B.F. Povos do Mar: Herança Sociocultural e Perspectivas no Brasil. **Ciência e Cultura.** Campinas SP Brasil. 2010 p.45-48.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 14, 2003, p. 119 – 125.

CARVALHO, M. E. S. A carcinicultura na zona costeira do estado de Sergipe. Dissertação. (Mestrado em Geografia) **Núcleo de Pós-Graduação em Geografia.** Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão/SE. 2004. 178 f.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 21-28 e 78-87.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** Edições Antares - Rio de Janeiro, 1984.

CASTRO, Josué. Homens e Caranguejos. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer.** Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora vozes, 1998.

CLAPP, Jeniffer. **Food security and international trade: unpacking disputed narratives.** Roma, 2015.

CLAVAL, Paul. **A geografia Cultural.** (Trad. Luís Fugazzola Pimenta; Margareth de Castro Afeche Pimenta) Florianópolis: Editora UFSC, 4. ed. 2014.

CLAVAL, Paul. Terra dos homens: a geografia uma apresentação. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 29, pp. 80 - 86, 2011

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista Nera.** Presidente Prudente. Ano 19, n.32 edição especial. 2016b, p.14-33.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. A Soberania Alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC). Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2016a.

COLLIGNON, B. De las virtudes de los espacios domésticos para lá geografía. in: Alycia Lindón y Daniel Hiernaux (dirs), Los Giros de la Geografía Humana: Tendencias y horizontes, Anthropos-UAMI, Barcelona, 2010, p.201-216.

CRUZ, Valter Carmo. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: Bezerra, A. C. A. et. al. (Orgs). **Itinerários Geográficos.** Niterói: EdUFF, 2007. p. 13-35.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DARDEL. Eric. O Homem e a Terra: natureza da realidade Geográfica. (Trad. Werther Holzer). São Paulo: **Perspectiva**, 2011.

DECLARATION OF NYÉLÉNI, 2007. In: **Forum for Food Sovereignty Nyéléni.** Sélingué, Mali. February 23 - 27, 2007. Disponível em:
<https://nyeleni.org/DOWNLOADS/Nyelni_EN.pdf> Acesso em: 13 de Agosto de 2019.

- DEUS, J. A. S. et al. Os processos comunitários de reafirmação identitária e a constituição de paisagens culturais alternativas nos vales dos rios doce e Jequitinhonha/MG – Brasil. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXIX, n. 1, p. 73-90, Jan./Jun. 2018. ISSN: 2318-2695
- DEUS, J. A. S.; SILVA, L. R. M; BARBOSA, L. D. Processos Socioculturais e geohistóricos do vale do Jequitinhonha e sua (re)interpretação / decodificação através dos registros toponímicos. In: DINIZ et al. **Metamorfoses possíveis compartilhadas: Leituras em geografia cultural**. Belo Horizonte: Letramento. 2019. P.303-313
- DIEGUES. Antonio Carlos (org). Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. NUPAUB; PROBIO-MMA. São Paulo, 2000.
- DIEGUES; Antônio Carlos e ARRUDA; Rinaldo S.V. (orgs.) **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.
- DIEGUES; Antônio Carlos. **Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras**. I Encontro Internacional: Governança da Água, São Paulo, 2007.
- EDELMAN, Marc. et al. Introduction: critical perspectives on food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**. Vol. 41, No. 6, 911–931, 2016.
- EVANGELISTA, B. L. T; TEIXEIRA, L. M; Mito e memória entre comunidades tradicionais. Transversos: Revista de História. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016.
- FAO - Food and agriculture organization of the united nations. **The State of Food and Agriculture**. Roma: FAO, 2014.
- FAO. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. FAO, Roma. 2018. <<http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf> > Acesso em 08 de agosto de 2019.
- FIGUEREDO, Ariosvaldo. O negro escravo em Sergipe, uma introdução ao seu estudo. **Ci. & Tr6p.**, Recife, 16(1):45-56, /jan./jun., 1988.
- GENNARI, Adilson Marques. **Duas teorias da população no pensamento clássico: Karl Marx e Thomas Malthus**. Anais do 6º Colóquio Internacional Marx Engels. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2009.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995.
- GURAN, Milton. **Documentação fotográfica e pesquisa científica: Notas e reflexões**. Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia, 2012.
- HAESBAERT, Rogério. As armadilhas do Território. In: **Território: modo de pensar e usar**. UFC, Fortaleza, 2016. P, 09-15.
- HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre. V. 29, N. 1, 2003, p. 11-24.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. IN: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. EdUERJ. Rio de Janeiro, 1999. 248p.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: Eduff, São Paulo: Contexto, 2002.
- HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: convergências e divergências. **Revista Nera**. V. 20, n 34. 174-198. 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo Agropecuário de 2017. 2018. Disponível em: < <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>, acesso em novembro de 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo de 2010**. 2010. Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/>>, acesso em Setembro de 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Histórico de Brejo Grande**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/brejo-grande/historico>, acesso em novembro de 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Panorama de Brejo Grande**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/brejo-grande/panorama>, acesso em outubro de 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/brejo-grande/pesquisa/15/11863>. Acesso em outubro de 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Pesquisa da Pecuária Municipal**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/brejo-grande/pesquisa/15/11863>. Acesso em outubro de 2019

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra conquista novo imóvel para criação de território quilombola**. 2011. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/incra-conquista-novo-imovel-para-criacao-de-territorio-quilombola>>, Acesso em: outubro de 2011.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Parecer Técnico incra/sr-23/f-4/nº01/2013**. 2013.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/oatlas/oatlas/>, acesso em outubro de 2019.

JALIL, Laetícia Medeiros. Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais em desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2009.

LEITÃO, M. R. F. A.; LIMA; A. S.; FURTADO, G. S. Mulheres Pescadoras: A Construção da Resistência em Itapissuma. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba/PR, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1668-2.pdf>>, Acesso em janeiro de 2020.

MACHADO, Carmen Janaina Batista; MENASCHE, Renata. **Trabalho de homem, trabalho de mulher**: olhares sobre a organização do lote a partir da produção. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2012.

MACHADO, Manoel Cabral. Histórias da Avó (1). In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. Aracaju: A Academia. nº 25. 1975; p.120-124. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/RASL/article/download/8239/6608>, Acesso em outubro de 2019.

MALUF, R. et al. **Caderno Segurança Alimentar**. Disponível em: < https://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/1391606568Caderno_Seguranca_Alimentar.pdf>; acesso em 12/08/2019.

MAPA - Ministério Da Agricultura Pecuária E Abastecimento. **Plataforma tecnológica do camarão marinho cultivado**. Brasília, DF: ABCC, 2001.

MATOS, Patrícia F.; PESSÔA, Vera L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009, p. 279-291.

MATOS, Patrícia F.; PESSÔA. As tramas do agronegócio nas "terras" do Sudeste Goiano: o caminho metodológico da pesquisa. In: Glaucio José Marafon;Julio Cesar de Lima Ramires;Miguel Angelo Ribeiro;Vera Lúcia Salazar Pessôa. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teórico- conceituais e aplicadas**. 1ed.Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, v. 0, p. 151-171.

MENDONÇA, Jouberto Uchôa de; SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Sergipe panorâmico: Geográfico, político, histórico, econômico, cultural, turístico e social**. Aracaju: UNIT, 2 ed, 2009.

MENEZES, S.S.M; SILVA. P.A.S; CONCEIÇÃO SILVA, H. R, Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe, **Confins**, V. 40, 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/20412>>.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Alimentos idenitários: uma reflexão para além da cultura. **Revista geonordeste**, Ano XXIV, n.2, 2013b.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Comida de ontem, comida de hoje: o que mudou na alimentação das comunidades tradicionais sertanejas. **OLAM – Ciência & Tecnologia**. Rio Claro/SP. Ano XIII, v. 1, n. 2, julho/dezembro, 2013a.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; CRUZ, Fabiana Thomé. Alimentos tradicionais como manifestação cultural na contemporaneidade. IN: MENEZES, S. S. M; CRUZ, F. T. **Estreitando o diálogo entre alimentação, tradição e consumo**. EDUFS. 2017. p. 25-49.

MONTARI, Massino. **Comida como cultura**. Trad. Letícia Martins de Andrade. São Paulo: Senac São Paulo. 2008.

MPF - Ministério Público Federal. **FPI/SE embarga 18 fazendas de carcinicultura e notifica 45 criadores em quatro municípios**. 2017. Disponível em <<http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/fpi-se-embarga-18-fazendas-de-carcinicultura-e-notifica-45-criadores-em-quatro-municipios>>, Acesso em setembro de 2019.

MPF - Ministério Público Federal. **MPF ingressa com ações civis públicas contra criações irregulares de camarão**. 2019. Disponível em: < <http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mpf-ingressa-com-aco-es-civis-publicas-contr-criacoes-irregulares-de-camarao>>, Acesso em setembro de 2019

NASCIMENTO, Valdenison Palmeira. **Os Engenhos de Brejo Grande**. 2009. Disponível em: < <http://valdenisonnascimento.blogspot.com/2009/02/os-engenhos-de-brejo-grande.html>> Acesso em outubro de 2019.

NUNES, A. J. P.; MARTINS, P. C. C.; GESTEIRA, T. C. V. IMNV - O vírus que ameaça a carcinicultura brasileira. **Panorama da Aquicultura**, Botafogo, v. 83, n.83, p. 37-51, 2004.

- NUNES, Maria Thetis Nunes. **Sergipe Colonial I**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, Edivaldo Alves. Os Territórios Dos Maracatus do Povoado Brejão Brejo Grande/Se. Dissertação. (Mestrado em geografia) **Programa de Pós-graduação em Geografia**. Universidade Federal de Sergipe, 2017.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2010.
- PONS, Sílvia Carrasco i. Pontos de Partida Teórico-metodológicos para o Estudo Sociocultural da Alimentação em um Contexto de Transformação. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez., orgs. **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. O território. p.143-163 tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ártica, 1993.
- RAMALHO. Cristiano Wellington. **Embarcações do encantamento**: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima. São Cristóvão: Editora UFS; Campinas: Ceres – UNICAMP, 2017. 428p.
- SANTOS, Eline Almeida. Mulheres Pescadoras - Mulheres Mangabeiras: o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE. Tese (Doutorado em Geografia) **Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Universidade Federal de Sergipe, 2018.
- SANTOS, Rafaela dos. Comida de Casa, comida da escola: as contribuições do PNAE na preservação dos hábitos alimentares em Coruripe, Alagoas. Dissertação (Mestrado em Geografia) **Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Universidade Federal de Sergipe, 2019. 147 f.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo. Editora Outras Expressões. 3ed, 2013.
- SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 63-74, 1995.
- SERGIPE. Companhia de Desenvolvimento Industrial e Recursos Minerais de Sergipe. **Estudo de Áreas Potenciais para o Cultivo de Camarão Marinho em Sergipe**. Aracaju: CODISE, 2004. 15p.
- SILVA, Edilson Carneiro da. Um mergulho nas águas do Velho Chico: Territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos pescadores artesanais de Saramem, Brejo Grande/SE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Universidade Federal de Sergipe, 2014. 146f.
- SILVA. Anelino Francisco. A pesca artesanal como arte e como significado cultural: o caso potiguar. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 8, p.57-65, jul./dez. de 2010
- SOUZA, A. F. G; BRANDÃO, C. R. Ser e viver enquanto comunidades tradicionais. **Mercator**, Fortaleza, v. 11, n. 26, p. 109-120, 2012.

- SOUZA, M. J. F. T, et al. **Estatística Pesqueira da Costa do Estado de Sergipe e Extremo Norte da Bahia 2010**. São Cristóvão: Editora UFS. 2012.
- SOUZA, M. J. F. T, et al. **Estatística Pesqueira da Costa do Estado de Sergipe e Extremo Norte da Bahia 2011**. São Cristóvão: Editora UFS. 2013.
- STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horacio Martins de. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos**. 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-umanecessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>>. Acesso
- STEYAERT, Marc. **Prefácio**. In: VANNUCCI, Marta. *Os Manguezais e Nós*. (Trad. Denise Navas-Pereira). São Paulo: edusp, 2003.
- TUAN, YI-FU. Topofilia: **um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução: Lívia de Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel. 1980, p.6-33.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. (Trad. Lívia de Oliveira) São Paulo: Difel, 2013.
- TURRA NETO, N. pesquisa qualitativa em geografia. In: **XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG**, Belo Horizonte. Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos: entre escalas, poderes, ações, geografias, 2012.
- VALENTI, W. C. 2002. Aquicultura sustentável. In: **Anais do Congresso de Zootecnia**, Vila Real, Portugal, 2002.p.111-118
- VANNUCCI, Marta. **Os Manguezais e Nós**. (Trad. Denise Navas-Pereira). São Paulo: edusp, 2003.
- VARGAS, Maria Augusta Mundin. **Desenvolvimento Regional em Questão: O Baixo São Francisco Revisitado**. NPGeo/UFS, São Cristóvão/SE. 1999.
- VASCONSELOS. Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Rev. Nutr.** vol.18 no.4 Campinas July/Aug. 2005
- VIA CAMPESINA. **Food Sovereignty Now! a guide to food sovereignty**. European coordination via campesina. 2018. Disponível em: <https://www.eurovia.org/food-sovereignty-now-an-in-depth-guide/> Acesso em outubro de 2018.
- WEBER. Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009.
- WITTMAN, H. Food sovereignty: a new rights framework for food and nature? *Environment and Society: Advances in Research*, **Wageningen**, v. 2, n. 1, p. 87–105, 2011.
- WOORTMANN, Ellen F. Comida como linguagem. **Revista Habitus**. Goiânia, v. 11, n.1, p. 5-17, jan./jun. 2013.
- ZANOTTO, Rita. Soberania alimentar como construção contra hegemônica da Via Campesina: experiências no Brasil e na Bolívia. Dissertação (Mestrado em Geografia) **Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe**. Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Universidade Estadual Paulista – UNESP. São Paulo, 2017.

APÊNDICE



Apêndice A	Roteiro de observação	152
Apêndice B	Roteiro de entrevista	153
Apêndice C	Termo de consentimento e livre esclarecido	155
Apêndice D	Termo de Autorização de uso de imagem	157

APÊNDICE A - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA



PROJETO:

Carcinicultura em Brejo Grande/SE: Soberania, segurança e hábitos alimentares nos territórios tradicionais pesqueiros.

PESQUISADOR: Heberly Ruan da Conceição Silva

ORIENTADORA: Prof. Dra Sônia de Souza Mendonça Menezes

Localidade: Carpitanga [] Santa Cruz [] Saramen []

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO SEMIESTRUTURADA

1. Das disposições econômicas

- 1.1 Identificar atividades econômicas existentes no povoado;
- 1.2 Atividades ligadas à venda de produtos e serviços;
- 1.3 Carcinicultura (proximidade e dimensão física).
- 1.4 Atividades econômicas ligadas ao meio ambiente comum.
- 1.5 Práticas e atividades pesqueiras (pesca, coleta e beneficiamento).
- 1.6 Práticas agrícolas (produtos cultivados, localização e beneficiamento)
- 1.7 Produção de artesanatos

2. Das disposições socioculturais

- 2.1 Religiosidades
- 2.2 Aspectos do cotidiano
- 2.3 Hábitos alimentares
 - 2.3.1 Principal base alimentar
 - 2.3.2 Receitas do cotidiano
 - 2.3.3 Alimentos identitários
- 2.4 Marcas da identidade: símbolos que podem expressar a identidade pesqueira;
- 2.5 Espaços utilizados como encontro para os ensaios, rituais ou ritos (associação, cooperativas, escolas).
- 2.6 Vestimentas, atividades que estão exercendo; instrumentos de trabalho utilizado;
- 2.7 Relações de vizinhança, lazer e trabalho.

3. Base Material do território

- 3.1 Características físicas do povoado.
- 3.2 Espaço Construído (infraestrutura).
- 3.3 Relação comunidade ambiente físico: hidrografia, geomorfologia, biomas.

4. Das disposições relacionadas aos serviços públicos e privados.

- 4.1 Saúde (postos de saúde); coletar todas as informações referentes a população dos povoados (nº de habitantes; faixa etária; homens e mulheres; principais tipos de doenças; período que ocorrem as doenças; atendimento médico).
- 4.2 Educação (unidades de ensino, transporte escolar);
- 4.3 Segurança;
- 4.4 Evidências do planejamento originário do setor público no espaço urbano.
- 4.5 Serviço de transporte
mercearias, bares, restaurantes, salão de beleza, áreas de lazer

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIADE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA



PROJETO:

A PESCA TECENDO A VIDA: TERRITORIALIDADES, SOBERANIA ALIMENTAR E
CARCINICULTURA NO MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE/SE

PESQUISADOR: Heberty Ruan da Conceição Silva

ORIENTADORA: Prof. Dra Sônia de Souza Mendonça Menezes

<p>Entrevistador: _____</p> <p>Data da entrevista: ____/__/2018 Hora de início: _____ Hora de fim _____</p> <p>Localidade: Carpitanga [<input type="checkbox"/>] Santa Cruz [<input type="checkbox"/>] Saramen [<input type="checkbox"/>]</p>

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

<p>ENTREVISTADO: _____</p> <p>IDADE: _____ SEXO: F (<input type="checkbox"/>) M (<input type="checkbox"/>)</p> <p>ESCOLARIDADE: _____</p> <p>ESTADO CIVIL _____ FILHOS: _____</p> <p>OCUPAÇÃO: _____ NATURALIDADE: _____</p>
--

Pertencimento a atividade pesqueira

1. Você gosta de ser pescador/marisqueiras?
2. Com quem você aprendeu esse ofício?
3. Você aprendeu saberes com seus antepassados ou descendentes? Quais?
4. Utiliza no seu trabalho conhecimentos tradicionais relacionados aos astros, natureza (lua, maré, estrela.)
5. Os moradores da comunidade ainda têm essas relações íntimas com a natureza?
6. A pesca continua a ser realizada da mesma forma que no passado?
7. Quanto a qualidade do pescado, continua da mesma maneira?
8. Quanto a quantidade de pescado, acontece da mesma forma?
9. Qual o destino do pescado?
10. Quais os tipos/espécies pescado? Alguma espécie desapareceu?
11. Quais dessas espécies são mais consumidas pela família? Por quê?
12. Quais das espécies são mais comercializadas? Onde?
13. Existe alguma atividade que atrapalha a pesca?

Carcinicultura e identidade dos sujeitos

14. Há quanto tempo a carcinicultura foi inserida na comunidade?
15. Quem pratica essa atividade na comunidade?

16. Quem são os proprietários dos tanques? Membros da comunidade ou empresário de outros lugares?
17. Você percebeu alguma mudança na atividade pesqueiras após a chegada da carcinicultura?
18. Existem conflitos relacionados a carcinicultura?
19. Qual a sua opinião sobre a prática da Carcinicultura?
20. De que maneira a Carcinicultura te afeta?
21. A carcinicultura é uma atividade positiva ou negativa?
22. Você consegue diferenciar o camarão de água doce, salgada e viveiro?

Hábitos e identidade alimentar

23. O que vocês cultivam? Onde? Tamanho da terra?
24. Propriedade da terra é adquirida por herança; compra; arrendamento; parceria?
25. O que é que se busca na restinga para comer?
26. O que é que se busca no rio para comer?
27. O que é que se busca nas lagoas para comer?
28. O que é que se busca no manguezal para comer?
29. Quais os tipos de alimentos que vocês consomem no dia a dia?
30. Como vocês adquirem os ingredientes?
31. Como é preparado esse tipo de comida?
32. Quais as receitas típicas tradicionais da sua comunidade?
33. Das comidas citadas por você, qual gosta mais?
34. Existe alguma receita de família?
35. Existe algum tipo de comida ou alimento que deixou de ser consumido? Por quê?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**PROJETO DE PESQUISA:**

A PESCA TECENDO A VIDA: TERRITORIALIDADES, SOBERANIA ALIMENTAR E CARCINICULTURA NO MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE/SE

OBJETIVO GERAL DA PESQUISA:

Analisar como se constitui a soberania alimentar dos povos tradicionais do sistema estuarino-lagunar do Rio São Francisco no município de Brejo Grande/SE, e como tem sido afetada pelo avanço da carcinicultura

PROCEDIMENTOS:

Serão realizadas entrevistas com os sujeitos sociais moradores, pescadores e marisqueiras dos povoados Carapitanga, Santa Cruz e Saramem com o intuito de entender as suas territorialidades que evidenciam o modo de vida tradicional pesqueiro e os seus hábitos alimentares.

Heberty Ruan da Conceição Silva
Pesquisador

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que os objetivos e procedimentos descritos acima me foram lidos e explicados pelos responsáveis e que concordo participar da mesma.

Estou informado(a) de que se houver qualquer dúvida a respeito do andamento da pesquisa terei total liberdade para perguntar ou me recusar continuar participando da mesma.

Também estou informado(a) que:

- a) Não serei obrigado(a) a realizar nenhuma atividade para a qual não me sinta disposto(a);
- b) Meu nome e dos demais participantes da pesquisa, não serão divulgados;
- c) As informações individuais não serão divulgadas;
- d) Os responsáveis deverão fornecer informações sobre a pesquisa quando forem solicitadas;
- e) Os participantes da entrevista poderão solicitar que suas informações sejam excluídas;
- f) A entrevista será suspensa imediatamente caso venha a gerar conflitos ou qualquer mal-estar dentro do grupo;

g) As entrevistas serão gravadas e transcritas.

Ao assinar este termo, passo a concordar com a divulgação das informações da pesquisa em ambientes acadêmicos, desde que respeitadas as condições acima, que me forem explicadas.

O pesquisador responsável por este projeto de pesquisa é Heberty Ruan da Conceição Silva, pode ser contatado pelo e-mail heberty.ruan@gmail.com ou pelos telefones: (79) 99860-6065 / 98863-6221.

Brejo Grande, _____ de setembro de 2019

Entrevistado (a)

Pesquisador

APÊNDICE D - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

***TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS***

Eu _____, CPF _____, RG _____,

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Heberty Ruan da Conceição Silva e Sônia de Souza Mendonça Menezes do projeto de pesquisa intitulado “ENTRE MANGUEZAIS, RIOS E RESTINGAS: SOBERANIA ALIMENTAR DOS POVOS TRADICIONAIS PESQUEIROS E A CARCINICULTURA NO MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE/SE” a realizar as fotos e vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos e vídeos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (dissertação, livros, artigos, slides, documentários e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Brejo Grande, ____ de setembro de 2019

Heberty Ruan da Conceição Silva
(responsável pela pesquisa)

Sujeito da Pesquisa